

Ericson Flores

**“UM POSTO DE COMBATE E UMA TRIBUNA DE DOCTRINA”:  
O PARTIDO LIBERTADOR E O JORNAL  
ESTADO DO RIO GRANDE (1929-1932)**

Passo Fundo, julho de 2009

Ericson Flores

**“UM POSTO DE COMBATE E UMA TRIBUNA DE DOUTRINA”:  
O PARTIDO LIBERTADOR E O JORNAL  
“ESTADO DO RIO GRANDE” (1929-1932)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo

2009

A Emily,  
que enche de alegria as nossas vidas.

## **Agradecimentos**

A Deus, na pessoa de Jesus Cristo, meu único e suficiente Senhor e Salvador pessoal.

À esposa Zélia, pelo amor, incentivo, apoio e compreensão pelas ausências e momentos de convívio que foram perdidos.

Aos pais Otomar (in memorian) e Luiza e aos sogros Moisés (in memorian) e Maria Cereni.

Aos irmãos Cláudia, Fabiele e Clérison.

À professora Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel, pela orientação, incentivo, indicações de leituras e locais de pesquisa, discussões e sugestões.

Ao professor Dr. Eduardo Munhoz Svartman, pelas sugestões na qualificação.

Aos professores Drs. Fernando Camargo, Gerson Luís Trombetta, Janaína Rigo Santin e Tau Golin.

Ao atual coordenador do curso, Prof. Dr. Adelar Heisfeld.

Aos colegas de curso, agradeço a convivência enriquecedora.

Às secretárias do Programa de Pós-Graduação em História da UPF.

A CAPES/MEC (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior), pelo auxílio financeiro, sem o qual não seria possível a realização do curso.

Aos funcionários dos arquivos e instituições de pesquisa.

“O homem do Rio Grande já nascia com a marca de seu partido.”

Moisés Vellinho

## RESUMO

Este trabalho procura mostrar a posição do Partido Libertador (PL) em relação ao movimento revolucionário que em outubro de 1930, entregou o governo do Brasil a Getúlio Vargas. A fonte de pesquisa utilizada foi, basicamente, o jornal *Estado do Rio Grande*, órgão oficial do partido. O periódico foi publicado, em sua primeira fase, entre outubro de 1929 e julho de 1932. Foram analisados especialmente os editoriais, por manifestarem a opinião do jornal e, conseqüentemente, do próprio PL. Tal agremiação política havia sido organizada em março de 1928, congregando três vertentes: os antigos federalistas, os simpatizantes de Assis Brasil e os dissidentes do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Representavam uma fração da oligarquia do Rio Grande do Sul, com forte concentração na região sul do estado, onde predominava a economia pastoril, com grandes fazendas dedicadas principalmente à bovinocultura. Quando surgiu o nome de Getúlio Vargas como candidato à presidência da República, provocado por uma dissensão entre São Paulo e Minas Gerais, os libertadores decidiram apoiá-lo. Formou-se então a união das duas forças políticas gaúchas em torno da candidatura Vargas. A Aliança Liberal foi defendida pelo *Estado do Rio Grande*, enaltecendo seus postulados democráticos. No entanto, com a derrota eleitoral dos candidatos de oposição ao governo federal, decorreram meses de conspiração revolucionária. Nesse período os políticos opositores se aliaram aos tenentes. Nesse momento, o jornal libertador faz duras críticas ao presidente da República, Washington Luís, expressando o seu apoio ao movimento revolucionário. Em novembro de 1930, após poucas semanas de luta, quase sem reação, Getúlio Vargas era empossado como chefe do governo provisório. Inicia-se então um embate entre os novos detentores do poder: os políticos tradicionais, de tendência liberal e os tenentes, de tendência autoritária. Os libertadores começam uma campanha em favor da reconstitucionalização imediata do país, contra o prolongamento da ditadura, defendida pelos tenentes. O jornal do PL torna-se porta-voz do movimento constitucionalista no Rio Grande do Sul, até romper definitivamente com Vargas, no 1º semestre de 1932. Em julho deste ano, apóia os paulistas na Revolução Constitucionalista e seus principais líderes são obrigados a deixar o país.

Palavras-chave: Partido Libertador, Estado do Rio Grande, imprensa, anti-getulismo.

## ABSTRACT

The purpose of this work is to show the relationship of the Liberator Party (PL) with respect to the movement of revolution which delivered the presidency of Brazil to Getúlio Vargas in October of 1930. The research source used for the work was basically the newspaper *State of Rio Grande*, the official journal of this party. This periodical, in its initial stage, was published from October, 1929 to July, 1932. The editorial columns of the paper, in particular, were analyzed, since they revealed the opinions of the paper, and thus of the PL itself. This political association had been organized in March of 1928, bringing together three distinct streams of thought: the historic federalists, the supporters of Assis Brasil, and the dissidents of the Republican Party of Rio Grande (PRR). These represented a segment of the oligarchy of the state of Rio Grande do Sul, being strongly concentrated in the southern region of the state, where the ranching industry predominated, with its large ranches dedicated primarily to cattle-ranching. When the name of Getúlio Vargas appeared as a candidate for the presidency of the Republic, as a result of a conflict between São Paulo and Minas Gerais, the liberators decided to support him. At that time there was formed around the candidacy of Vargas a union of the two political powers of the gaucho state. This Liberal Alliance was defended by *State of Rio Grande*, which praised its democratic principles. However, after the electoral defeat of the candidates, who opposed the federal government, there followed months of revolutionary conspiracy. It was in this time period that these leaders of political opposition allied themselves with the lieutenants. And at that time the liberator journal made harsh criticisms of the president of the Republic, Washington Luís, giving its support to the revolutionary movement. In November of 1930, after only a few weeks of struggle, and almost without resistance, Getúlio Vargas was inaugurated as head of the provisory government. And it is at this moment that a clash begins among the new power-holders: the political traditionalists with their liberal leanings and the lieutenants with their authoritarian tendencies. The liberators begin a campaign in favor of an immediate reconstitutionalization of the country and against a prolonging of the dictatorship, which is upheld by the lieutenants. The newspaper of the PL becomes a spokesman for the constitutionalist movement in the state of Rio Grande do Sul, until finally breaking completely with Vargas in the first half of 1932.

In July of the same year, the journal gives its support to the constitutionalist faction in the state of São Paulo in its Constitutionalist Revolution, and its main leaders are forced to flee the country.

Key-words: Liberator Party, State of Rio Grande, press (journalism), anti-getulism (opposition to Getúlio Vargas).

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Os 9 estados sob domínio revolucionário (ERG, 07 out. 1930) ..... p. 107
- Figura 2 – Os 12 estados sob domínio revolucionário (ERG, 09 out. 1930) ..... p. 107
- Figura 3 – Os 14 estados sob o domínio revolucionário (ERG, 20 out. 1930)..... p. 108
- Figura 4 – Capa do jornal em seu 1º aniversário (ERG, 14 out. 1930) ..... p. 110
- Figura 5 – Proporção de superfície e população brasileiras já conquistadas pela Revolução de 1930 e as que restam ao governo Washington Luís (ERG, 23 out. 1930) ..... p. 113
- Figura 6 – Croqui da Legião Revolucionária (ERG, 24 fev. 1931) ..... p. 129
- Figura 7 – Charge saudando a ano-novo de 1931 (ERG, 31 dez. 1931) ..... p. 132
- Figura 8 – Capa do jornal no 1º aniversário da Revolução de 30 (ERG, 03 out. 1931) .. p. 142
- Figura 9 – Capa do jornal em seu 2º aniversário (ERG, 14 out. 1931) ..... p. 143

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Eleição para presidente do Estado – 1907 – Votação de F. Abott .....	p. 26
Mapa 2 – Eleição para presidente do Estado – 1922 – Votação de Assis Brasil .....	p. 26
Mapa 3 – Inscritos na Aliança Libertadora – 1924 .....	p. 27
Mapa 4 – Distritos eleitorais – 1924 .....	p. 27
Mapa 5 – Eleição para a Assembléia dos Representantes do RS – 1929 – Votação obtida pelo Partido Libertador .....	p. 28
Mapa 6 – Eleições para a Assembléia Constituinte de 1933 – RS – Votação da FUG (PRR + PL) .....	p. 29

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AHMMV – Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho – Porto Alegre

AL – Aliança Libertadora

BOC – Bloco Operário e Camponês

ERG – Estado do Rio Grande

FUG – Frente Única Gaúcha

MCSHJC – Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre

NUPERGS – Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense (UFRGS)

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PD – Partido Democrático

PDN – Partido Democrático Nacional

PF – Partido Federalista

PL – Partido Libertador

PRL – Partido Republicano Liberal

PRR – Partido Republicano Riograndense

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. O PARTIDO LIBERTADOR E A REVOLUÇÃO DE 1930.....	23
1.1 O Partido Libertador.....	24
1.2 A Revolução de 1930.....	43
2. A CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 1930.....	50
2.1 Os “políticos jornalistas” do <i>Estado do Rio Grande</i> .....	51
2.2 O surgimento do <i>Estado do Rio Grande</i> .....	56
3. A CONSPIRAÇÃO REVOLUCIONÁRIA.....	69
3.1 A eleição e suas conseqüências imediatas.....	70
3.2 “Protegendo salteadores”.....	74
3.3 O esfriamento da chama revolucionária.....	82
3.4 “A fagulha redentora”.....	96
3.5 “O Brasil novo”.....	104
4. A LUTA PELA RECONSTITUCIONALIZAÇÃO.....	119
4.1 O Partido Libertador e a Legião Revolucionária.....	120
4.2 O congresso do Partido Libertador.....	136
4.3 “Pelos ideais da revolução”.....	138
4.4 “As contradições da revolução”.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	162
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	168

## INTRODUÇÃO

Um dos períodos mais importantes na história do Brasil foi aquele ocorrido entre 1889 e 1930, denominado de *República Velha*. No Rio Grande do Sul, esta fase foi marcada pelo embate constante entre duas forças político-partidárias. Os republicanos e os federalistas, que protagonizaram dois movimentos armados. O primeiro, de grandes proporções, a Revolução Federalista (1893-1895)), e o segundo, a chamada Revolução Libertadora (1923). Tal período foi caracterizado por uma intensa dicotomia política entre o Partido Federalista, cujos seguidores foram apelidados de *maragatos*, e simbolizado pelo uso do lenço vermelho, e o Partido Republicano Riograndense, apelidados de *pica-paus*, tendo o lenço branco como símbolo. O primeiro grupo era composto principalmente por estancieiros e antigos charqueadores ligados ao Partido Liberal, que dominaram a política sul-rio-grandense no Segundo Reinado (1840-1889). Eram dominantes na região da Campanha, tradicional área pecuarista e charqueadora do estado, local de povoação mais antiga e predominantemente de origem luso-brasileira. Os republicanos vinham da mesma base social, mas procuravam o apoio das classes médias urbanas e tinham assumido o poder com a proclamação da república (1889). Constituíam maioria na capital e nas regiões norte e nordeste do estado, territórios de ocupação tardia, onde predominava uma população de origem ítalo-germânica.

Esse período foi imortalizado no imaginário sul-rio-grandense, através da literatura, da música e de outras manifestações culturais. Esse tipo de abordagem colaborou para formar uma visão “romântica”, onde a lealdade à cor do lenço forjou uma série de heróis, que fez parte de uma saga, a do gaúcho mítico, o centauro dos pampas, o monarca das coxilhas, etc. Historiadores têm pesquisado o assunto, de forma que o período tem sido bem abordado pela historiografia. O tema, juntamente com a Revolução Farroupilha, é um dos que mais tem sido alvo de publicações na área de História do Rio Grande do Sul. Além dos estudos estarem inseridos no contexto geral da República Velha no Brasil, temas relacionados ao assunto, como coronelismo, caudilhismo e oligarquias tem sido estudados nas mais diversas unidades da federação.

As duas forças político-partidárias envolvidas na dicotomia tiveram várias lideranças, que formavam, dentro do esquema coronelista, milícias particulares e arrebanharam seguidores, em geral, pessoas pobres que viviam sob a influência do coronel. Eram geralmente estancieiros e políticos e tinham expressão estadual ou apenas regional. Do lado republicano, os nomes de maior expressão foram Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Além destes dois, pode-se citar uma série de outros indivíduos que se destacaram nas fileiras do Partido Republicano Riograndense (PRR), como Barros Cassal, João Abbott, Ernesto Alves, Pinheiro Machado, Antão de Faria, Flores da Cunha. Entre os federalistas o principal líder foi Gaspar Silveira Martins, sendo que se pode destacar ainda, Joca Tavares, Juca Tigre, Pedro Salgado, Rafael Cabeda, Prestes Guimarães, Gaspar Barreto, os irmãos Gumercindo e Aparício Saraiva, Zeca Neto, Honório Lemes, Felipe Portinho e Leonel Rocha. Além destes, houve alguns que, por diversos motivos, saíram das fileiras do PRR e passaram para a oposição, como Demétrio Ribeiro, Assis Brasil, Fernando Abbott e Ramiro Barcelos. Tais nomes são apenas alguns dentre muitos, e não estão citados aqui aqueles que entraram em “cena” após a revolução de 1923, tendo papel de destaque nos acontecimentos nacionais a partir de 1930.

Nosso projeto de dissertação levou-nos à busca por documentos que revelassem dados a fim de analisar a participação das oposições na campanha da Aliança Liberal. Diante disso, chegamos ao acervo quase completo do jornal *Estado do Rio Grande*, órgão oficial do Partido Libertador. Esta agremiação política, que foi criada em 1928, na cidade de Bagé, era a sucessora ideológica do Partido Federalista, reunindo a maior parte dos antigos *maragatos*, bem como os simpatizantes de Assis Brasil, chamados de Democráticos, e os dissidentes republicanos.

A principal fonte por nós utilizada, portanto, foi o jornal *Estado do Rio Grande*, encontrado no Museu de Comunicação Social Hypólito José da Costa, no Arquivo Histórico Municipal Moysés Velinho e no Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-grandense, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, todos em Porto Alegre. O jornal era o órgão oficial do Partido Libertador, mas era um periódico comercial, onde apareciam não somente notícias políticas e econômicas de cunho estadual e nacional, mas também informações sociais, esportivas, culturais, publicidade, etc. O diretor era Raul Pilla, Lucidio Amaro da Silveira era o diretor-gerente e Anor Butler Maciel, Armando Fay de Azevedo, Mário de Sá e Waldemar Ripoll, (e mais tarde Mem de Sá) os redatores principais.

Mais tarde Vicente M. Santiago ocupou o posto de redator-secretário. Ressalta-se que todos eles eram membros atuantes dos diretórios central e regional do PL.

O jornal de formato tablóide circulava de segunda a sábado e era vespertino. Tinha geralmente 12 páginas, com exceção da edição de segunda-feira, que contava com 16 páginas. Sóbrio, contava com poucas fotografias e trazia notícias transcritas de jornais do centro do país, especialmente de cunho político. Não há informações quanto à tiragem e à circulação do jornal. Nossa pesquisa baseia-se, quase que exclusivamente nos editoriais, que eram escritos geralmente por Raul Pilla, Mem de Sá e Waldemar Ripoll.

Sabemos que a escolha de um jornal partidário como fonte de pesquisa traz uma dificuldade metodológica. O problema se constitui no fato de que traz apenas uma posição, ou seja, a visão unilateral. Também podemos dizer que, por ser o órgão oficial do PL, o discurso pode esconder as divergências internas, transmitindo uma idéia de unidade nas fileiras partidárias. Tendo o jornal como nossa fonte primária quase exclusiva, pensamos de acordo com Marialva Barbosa, quando ela diz que as fontes “(...) não são documentos reais que contém *verdades*. Dialogando com elas, para tão somente reconstruir o passado e, dessa forma, entender melhor o momento presente, estamos fazendo história.”<sup>1</sup> Nosso desafio é perceber nos editoriais do *Estado do Rio Grande*, escritos entre 1929 e 1932, a mudança de opinião do Partido Libertador, em relação ao projeto proposto pela Aliança Liberal e depois, tornado efetivo, pelo movimento armado e pelo governo provisório de Getúlio Vargas. Queremos entender, a partir da opinião expressa pelo jornal, qual o desejo dos libertadores naquela conjuntura e por que eles pretendiam tais objetivos, naquele momento.

Carlos Roberto da Rosa Rangel, em seu trabalho sobre os conflitos políticos no Rio Grande do Sul, no período de 1928 a 1938, também analisou um bom número de editoriais do ERG. No caso dele, pesquisou os jornais de novembro/dezembro de 1930 e o período entre fevereiro a junho de 1932. Nestes editoriais ele percebeu “a inclinação analítica que tende a reduzir os fenômenos sociais a uma ordem linear de causas e efeitos, dentro de

---

<sup>1</sup> BARBOSA, Marialva, *Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades*, In: NEVES, Lúcia M. B. P. e MOREL, Marco (Org.), *História e Imprensa – homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos: anais do colóquio*, Rio de Janeiro, UERJ, 1998, p. 88.

uma perspectiva mecanicista de compreensão do mundo.”<sup>2</sup> Segundo Rangel, para o jornal libertador, a solução dos problemas políticos, econômicos e sociais do Brasil à época, poderia ser resolvido com um governo providente, com a melhora do sistema representativo, sem corrupção eleitoral e violência policial e com uma maior influência dos setores produtivos junto ao governo central.

“A pobreza não era consequência da condição de classe (...) A debilidade do modelo político vigente não provinha da baixa participação popular nos assuntos públicos (...) A crise econômica da pecuária não era reflexo da fragilidade de um modelo produtivo dependente da proteção de mercados e defasado tecnologicamente (...).”<sup>3</sup>

Como veremos em nosso trabalho, os oligarcas do PL não queriam mudanças estruturais, característica típica dos conservadores liberais.

Entendemos também que é importante observar “a forma como o leitor entendeu, nos limites de sua cultura, os sinais emitidos ou impressos (...) Importa, pois, a apropriação diferenciada de mensagens feita por um leitor, um sujeito social e histórico, vivendo num mundo pleno de significados.”<sup>4</sup> Faltam informações, mas seria interessante sabermos quem eram os leitores do *Estado do Rio Grande* naquele final de década de 1920 e início dos anos 30. Certamente o jornal não era lido somente pelos libertadores, embora estes deveriam formar a maior parte dos seus leitores. Naquele tempo havia *A Federação*, jornal do PRR, que ainda era o partido mais forte no estado. Também o *Correio do Povo* e o novato *Diário de Notícias*, periódicos sem vínculos com os partidos políticos. Portanto, o ERG não deveria ser o jornal mais lido no Rio Grande do Sul, mas como órgão do PL, deve ter tido certa influência, especialmente nos meios mais eruditos e politizados.

Ressaltamos que, como um órgão partidário, o *Estado do Rio Grande* tinha a função de formar opinião junto aos leitores. O engajamento na Aliança Liberal, na Revolução de 1930 e na campanha pela reconstitucionalização, demonstra o papel político do jornal. Não era simplesmente um veículo de comunicação, mas uma tribuna, um palanque, um panfleto libertador. Por isso, tivemos o cuidado de “filtrar” as informações nele contidas,

---

<sup>2</sup> RANGEL, Carlos R. R. *Crime e castigo: conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-1938)*. Passo Fundo, UPF, 2001, p. 34,35.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>4</sup> BARBOSA, Marialva, *Op.cit.*, p. 88.

porque representavam uma visão parcial, partidária, facciosa, embora dominante no Rio Grande do Sul, no período que antecedeu o movimento de outubro de 1930.

Também devemos entender a escrita jornalística do ERG, tomando o cuidado apontado por Marialva Barbosa:

“(...) é uma ficção do jornalista, pensar o que descreveu, com começo, meio e fim, como *verdadeiro* ou *real* e que ele registrou simplesmente o que aconteceu. Tanto aquilo que representa o ponto inicial de sua narrativa, como o que se localiza como ponto final são inevitavelmente construções, que dependem também de uma linguagem figurativa capaz de dar o aspecto de coerência.”<sup>5</sup>

Ao analisarmos os editoriais do jornal, temos claro que vamos pesquisar um texto elaborado por políticos, que certamente antes da publicação, reuniam-se para chegar a um acordo quanto àquele texto. Entendo que os editores do ERG assim procediam, porque precisavam demonstrar a unidade partidária, deixando de publicar as opiniões ou os assuntos que o partido não tinha deliberado ou aqueles que suscitavam discordâncias internas.

Diante dos exemplares do jornal, nosso objetivo foi estudar a posição oficial do Partido Libertador naqueles anos de transição, quando chegava ao fim a República Velha e, com a Revolução de 1930, iniciava-se a denominada Era Vargas. Ao encontrar praticamente todos os exemplares do jornal, desde seu surgimento em outubro de 1929, até a última edição da sua primeira fase, em julho de 1932, veio à mente uma temática de pesquisa: a posição do Partido Libertador diante da candidatura de Getúlio Vargas, pela Aliança Liberal, em oposição a Júlio Prestes, o candidato situacionista, ungido pelo presidente Washington Luís. Sabe-se que os libertadores foram dos maiores defensores da candidatura de Vargas, nas eleições presidenciais de 1930, mas, dois anos depois, unidos aos paulistas, pegaram em armas para derrubar o chefe do governo provisório. Nossa proposta era entender esta mudança de comportamento dos libertadores, a partir dos editoriais do jornal *Estado do Rio Grande*, neste período de tempo.

A proposta foi de estudar a posição partidária em três momentos distintos: primeiro, o período de campanha eleitoral, entre outubro de 1929, quando surgiu o

---

<sup>5</sup> Idem, p. 90.

jornal, e fevereiro de 1930, pois a eleição ocorreu no dia 1º de março daquele ano. O segundo momento, de março a novembro de 1930, quando ocorreu a conspiração revolucionária que levou Getúlio Vargas ao poder e, por fim, o terceiro momento, entre novembro de 1930 até julho de 1932, quando o jornal foi proibido de circular pelo governo federal, porque o Partido Libertador estava apoiando os paulistas na Revolução Constitucionalista. Ao buscarmos uma bibliografia inicial, nos deparamos com um ensaio escrito por Maria Cecília Kanan, na obra organizada por Héglio Trindade, sobre a Revolução de 1930 e a imprensa partidária.<sup>6</sup> Nesse texto encontramos as linhas básicas de uma temática de pesquisa à qual estávamos propostos dar continuidade, de maneira mais aprofundada.

Conforme Antonio Hohlfeldt, o *Estado do Rio Grande* foi “o último jornal que se pode classificar como político-partidário, em sentido estrito.”<sup>7</sup> O papel da imprensa em geral e da imprensa partidária, em particular, na época, foi explicada por Guilhermino César:

“Numa época em que a rádio-difusão ainda não se divulgara, o jornal era, realmente, o veículo de algo consumido não só pelas massas, mas também pelas elites, de tal sorte que era através dos jornais que recebíamos as notícias do mundo.

Num país onde o trato da História, no geral, é feito muitíssimos anos depois do acontecimento, temos que recorrer, obrigatoriamente, à imprensa, porque só ela nos pode dar uma folha de temperatura da opinião pública. É justamente a imprensa brasileira, entre 25, 30, 32, um espelho fiel dessa realidade social, dessa realidade política, dessa realidade econômica e financeira do Brasil.”<sup>8</sup>

O autor acima citado explica a importância dos jornais na época, devido à exclusividade que possuíam na divulgação das notícias e idéias políticas. Ressalta, porém, que é preciso distinguir a imprensa que vivia do escândalo, do panfleto, daquela imprensa orgânica, conservadora, “que veiculava as opiniões com mais serenidade, contribuindo assim para que cada um pudesse melhor ajuizar do valor das informações ao seu

---

<sup>6</sup>KANAN, Maria Cecília. *O “Estado do Rio Grande” e os libertadores (1929-1932)*, In: TRINDADE, Héglio (Org.). *Revolução de 30: Partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 357-366. Este capítulo trata do tema que estamos pesquisando. Nossa proposta era de continuar a pesquisa iniciada pela autora, dando um caráter mais amplo, entendendo que o assunto poderia ser aprofundado.

<sup>7</sup> HOHLFELDT, Antonio. A imprensa (1870-1930), In: BOEIRA, N. e GOLIN, Tau (Coord.), *História geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo, Méritos, 2007, v. 3, t. 2, p. 325.

<sup>8</sup> CESAR, Guilhermino, Escritores e jornalistas, In: *Simpósio sobre a Revolução de 30, Porto Alegre, out. 1980*. Porto Alegre, ERUS, 1983. p. 611,612.

alcance.”<sup>9</sup> A nosso ver, o *Estado do Rio Grande*, apesar de ser um jornal partidário, e por isso, panfletário, se enquadrava na imprensa orgânica, conservadora. César continua:

“Não havia a chamada imprensa neutra. Essa neutralidade furta-cor, que muitas vezes ocorre hoje na imprensa universal, não era de regra no Brasil (...)

Mas a imprensa sulina notabilizou-se justamente pela marca que cada jornal trazia; pela marca partidária de cada jornal. E então, por isso mesmo, como instrumento de ação, representou uma arma poderosa.

No Rio Grande do Sul não se liam os jornais do Rio com a mesma frequência que nós podemos fazê-lo hoje. Contudo, a imprensa do Rio Grande do Sul, que não era tão adiantada como a do Rio e São Paulo, exerceu de fato um papel importantíssimo: galvanizou a opinião pública regional.”<sup>10</sup>

Não sabemos o alcance do jornal, sua tiragem e circulação, por isso, não podemos medir sua influência junto à sociedade gaúcha. Mas o fato de circular diariamente, exceto aos domingos, com edições de no mínimo 12 páginas, durante dois anos e nove meses, sendo que, em sua primeira fase, parou de circular devido à proibição imposta pelo governo provisório, leva-nos a crer que o jornal era bem vendido e tinha um bom número de assinantes.

Dante de Laytano, falando acerca da grande imprensa dos anos 30, explica:

“Deu-se então um sortilégio estranho, um mistério inesperado. É que os jornais, a grande imprensa, que antes não se entendiam, e se atacavam um ao outro, passaram a ter uniformidade, uma unidade, uma idéia só: fazer a revolução (...)

(...) Os jornais do Rio Grande marcharam juntos. Foi uma coisa nova na vida da imprensa brasileira. Cada jornal era uma idéia; cada jornal era uma bandeira; cada jornal era um partido; cada jornal era um programa; cada jornal era vinculado a um princípio determinado. Um era Libertador. Outro era republicano. Outro não era uma coisa nem outra: era meio conservador.”<sup>11</sup>

Laytano destaca a união dos jornais *A Federação* e o *Estado do Rio Grande* em torno da candidatura Vargas e posteriormente, da revolução. Analisando os

<sup>9</sup> Idem, ibidem.

<sup>10</sup> Idem, p. 613.

<sup>11</sup> LAYTANO, Dante de. In: Idem, p. 615-616.

editoriais, percebemos que realmente as críticas ao PRR eram pontuais, geralmente tratando de assuntos do interior do estado, onde alguns coronéis republicanos ainda insistiam nas velhas práticas de perseguição política dos tempos de Borges de Medeiros.

Falando sobre a imprensa rio-grandense, Alberto André, disse que o ERG:

“(...) participou ativamente da revolução através da colaboração de Raul Pilla, seu diretor, de Assis Brasil e dos libertadores da época. Foi o que mais sofreu dos nossos jornais após a revolução. Em 1932, por compromissos assumidos com o Partido Libertador, ele teve que ficar ao lado dos paulistas. Ficar ao lado dos paulistas no Rio Grande do Sul era uma missão muito difícil para qualquer veículo de comunicação. Foi fechado pelo governo federal, por ato de 13 de julho de 1932. Voltou a funcionar com a Constituição democrática de 1934. Suspenso em 1937 pelo ato que extinguiu os partidos políticos, retornou, posteriormente, com a volta do Brasil à sociedade democrática, em 1946.”<sup>12</sup>

Portanto, o jornal dos libertadores circulou entre 1929 e 1961, com uma interrupção entre 1932 e 1934 e outra, durante o Estado Novo (1937-1945).

Francisco Rüdiger diz que “o surgimento do jornalismo político-partidário gaúcho no terceiro quartel do século XIX está ligado ao processo pelo qual a classe política transformou a imprensa em agente orgânico da vida partidária.” Era comum, portanto, a publicação e a circulação desses jornais, embora na época por nós pesquisada, a imprensa noticiosa já estava se consolidando. O autor informa que “a dedicação ao jornalismo servia de meio para a profissionalização como político” e acrescentou que

“(...) o jornalismo ganhou, com a forma político-partidária, um conceito, tornando-se meio de formação doutrinária da opinião pública, cujos termos e medida dependerão de cada partido (...) Os jornalistas são os responsáveis pela tarefa de transmitir de forma criteriosa a doutrina dos partidos e dirigir a opinião pública.”<sup>13</sup>

Diz o citado autor que os serviços de correio e a melhoria das estradas permitiram uma distribuição maior e mais eficiente dos jornais e a tiragem média era

<sup>12</sup> ANDRÉ, Alberto. In: Idem, p. 630.

<sup>13</sup> RÜDIGER, Francisco R. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre, Ed. UFRGS: 1993, p. 24-28.

de dois mil exemplares. Devido ao alto custo de manutenção das publicações, somente os maiores jornais sobreviviam. Entretanto, a sua manutenção era mais um problema político do que financeiro, pois os periódicos não visavam lucro mercantil, mas à doutrinação da opinião pública.

É interessante o registro que Francisco Rüdiger faz acerca de Júlio de Castilhos e de *A Federação*:

“Castilhos, orador medíocre, mas especialista no manejo da pena, criou novas concepções jornalísticas, principalmente o conceito prático de que a imprensa não precisa limitar-se a registrar os acontecimentos políticos, pois que pode modificar seu curso. As conjunturas de crise política e social fomentam movimentos de opinião contraditórios e a receptividade do público, criando espaço para a intervenção doutrinária da imprensa. O jornalismo não é uma força passiva, embora partidariamente engajada, do processo de formação da opinião pública, mas um fator ativo de modelagem pública da própria opinião.”<sup>14</sup>

Quando surgiu o *Estado do Rio Grande* a imprensa partidária já estava entrando no período de declínio. Rüdiger aponta três motivos para isso: primeiro, foram sumindo suas condições econômicas de possibilidade; com o encarecimento do papel e da tinta, geralmente importados, desvalorização da moeda brasileira, inflação e queda do poder aquisitivo. Em segundo lugar, foram as próprias condições culturais dominantes que começaram a se reformular, em função das transformações na estrutura social. A formação das camadas médias fez surgir um novo público, que exigia um padrão jornalístico diferenciado. Por último, as condições políticas foram se desarticulando. No Rio Grande do Sul, a conciliação da classe dominante às vésperas da Revolução de 1930 retirou muito do significado da imprensa político-partidária. O golpe de misericórdia foi dado pelo Estado Novo, que aboliu oficialmente os partidos e decretou o fechamento de diversos jornais, entre eles *A Federação* e o *Estado do Rio Grande*.

Nosso trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro mostra a formação do Partido Libertador, a partir da aglutinação das forças oposicionistas em torno da Aliança Libertadora, formada após o Pacto de Pedras Altas, que pôs fim a revolução de 1923. Veremos que neste período ocorreu o fim do ciclo borgista e a ascensão de novas

---

<sup>14</sup> Idem , p. 31.

forças políticas, especialmente entre os republicanos, possibilitando, a partir da posse de Getúlio Vargas na presidência do estado, uma aproximação com os federalistas/libertadores, que resultou na formação da Frente Única Gaúcha. Também faremos uma pequena análise bibliográfica sobre a Revolução de 1930, visando contextualizar este movimento, usando principalmente a obra de Boris Fausto. Outros historiadores foram usados em nosso trabalho e seus textos são comentados ao longo dos demais capítulos. Destacamos, porém, somente trabalhos posteriores, deixando os inúmeros relatos memorialísticos escritos logo após os fatos.

No segundo capítulo, inicialmente apresentaremos uma breve biografia do diretor e dos redatores do *Estado do Rio Grande*, a fim de conhecermos os indivíduos que estavam por trás dos textos. Em seguida, iniciaremos a análise do jornal, em especial dos seus editoriais, publicados no período entre 14 de outubro de 1929 e 1º de março de 1930. Nesta fase ocorreu a campanha política visando às eleições presidenciais, onde o periódico libertador defendeu a candidatura Getúlio Vargas/João Pessoa, contra a chapa Júlio Prestes/Vital Soares. Aqui se percebe como o Partido Libertador se envolveu na Aliança Liberal, fazendo a apologia de um projeto que visava a “redenção do Brasil”, propondo apenas reformas políticas, que seriam satisfatórias na solução dos problemas nacionais.

O terceiro capítulo analisa o período entre 1º de março e 3 de novembro de 1930, ou seja, entre as eleições e a posse de Getúlio Vargas, como chefe do Governo Provisório, constituído após a vitória da revolução, iniciada trinta dias antes. Nesta fase o jornal irá criticar ferozmente o governo de Washington Luís, especialmente nos episódios ocorridos na Paraíba. Ocorreu também a conspiração revolucionária, porém, o periódico será cauteloso na abordagem do assunto. À medida que o tempo passa, a pregação revolucionária vai aumentando, sendo apontada como a única solução diante do autoritarismo do governo federal. Será a fase menos conservadora do PL.

No último capítulo, abordaremos os editoriais publicados a partir da posse de Vargas até o dia 13 de julho de 1932. Este foi o derradeiro número do jornal publicado em sua primeira fase, devido à proibição imposta pelo governo federal, pois os libertadores haviam aderido a Revolução Constitucionalista. Aqui ocorreu o rompimento dos libertadores com o projeto revolucionário de 1930. Como por eles dito, a luta pela reconstitucionalização imediata do país, era a própria defesa dos princípios liberais, que

teriam sido abandonados por Vargas e pelos tenentes. As oligarquias gaúchas não aceitaram as mudanças que visavam à instalação do Estado varguista. Neste capítulo veremos as críticas do PL aos projetos apresentados por setores mais revolucionários do governo provisório, num constante embate de idéias entre estes e as oligarquias. Aqui se perceberá o caráter mais conservador dos libertadores, ao insistir num projeto constitucional que não contemplava mudanças estruturais na sociedade.



## I – O PARTIDO LIBERTADOR E A REVOLUÇÃO DE 1930

Neste capítulo inicial pretende-se fazer uma consideração a respeito dos libertadores, pois há lacunas sobre este grupo na História e mesmo na Ciência Política. Pesquisando as teses e dissertações produzidas nas universidades do Rio Grande do Sul, onde há cursos de pós-graduação *stricto sensu* de História e Ciência Política, não encontramos nenhuma obra específica sobre o Partido Libertador. O período conhecido como República Velha é muito pesquisado pelos historiadores no Rio Grande do Sul. O tema da dicotomia política, que resultou na Revolução Federalista, da mesma forma. Há muitos estudos sobre os partidos Republicano e Federalista, sobre personagens como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Silveira Martins e Assis Brasil, por exemplo. Também a Revolução de 1923 foi muito abordada pela historiografia. Mas é a partir deste momento que surgem lacunas. Os acontecimentos entre 1924 e 1928, período que corresponde ao último mandato de Borges à frente do executivo estadual, apresentam, ainda, estudos esparsos, especialmente acerca do papel das oposições e o processo de sua unificação, que levou à formação do Partido Libertador, em 1928.

Veremos neste capítulo como o PL, sendo o “herdeiro político” dos federalistas, constitui-se numa força regional, fortemente representado na Campanha, tradicional reduto de pecuaristas no sul do Rio Grande do Sul. Alguns mapas foram usados para visualizarmos esta tendência federalista-libertadora naquela região. A Aliança Libertadora, formada para as eleições de 1922, visando eleger Assis Brasil ao governo do estado, deu continuidade ao processo de unificação das oposições. Apesar de avanços e recuos, de divergências entre correntes mais revolucionárias, que apoiaram o movimento paulista de 1924 e a formação da Coluna Prestes, e outras mais voltadas ao diálogo, os opositoristas se mantiveram mais ou menos unidos até a fundação do PL em março de 1928. Procuramos mostrar como os libertadores se aproximaram dos republicanos, com o início do governo Vargas no Rio Grande do Sul, e de um novo estilo administrativo, agora que Borges de Medeiros havia deixado o poder. Pretendemos também salientar a posição conservadora do

novo partido, descrevendo o seu programa, que era cópia fiel do programa do Partido Democrático Nacional, também presidido por Assis Brasil.

Ainda neste capítulo, discutimos, de forma breve, algumas obras concernentes a Revolução de 1930, a fim de contextualizar a esfera política regional com o movimento revolucionário de caráter nacional. O episódio revolucionário que pôs fim à República Velha é amplamente abordado pela historiografia. Não é nosso propósito, por ultrapassar os limites de uma dissertação, fazermos uma exaustiva análise bibliográfica do acontecimento. No entanto, como o marco cronológico da pesquisa envolve o período que vai da formação da Aliança Liberal até o rompimento da Frente Única Gaúcha com o governo provisório, entendemos que a Revolução de 1930 é o fato histórico que centraliza este processo. Portanto, analisaremos a obra de alguns historiadores, deixando de lado os relatos de teor memorialístico, escritos no calor dos acontecimentos ou logo após os fatos.

### **1. 1. O Partido Libertador**

Usando a terminologia de Hélió Trindade, pode-se dizer que o Partido Libertador fazia parte dos movimentos e estruturas partidárias conservadores-liberais, que no período de 1882 a 1937 se confrontavam com os conservadores-autoritários, sendo que ambos emergem “de uma classe política originária de um setor rural, apoiado na grande propriedade e numa economia de tipo agro-pecuário.”<sup>1</sup> Conforme este autor havia uma divisão política no interior das oligarquias regionais, sendo que os conservadores-liberais faziam parte de um modelo político conservador, assentado na estrutura de dominação tradicional e que tinha como modelo de organização do sistema político a república liberal.<sup>2</sup>

Voltando no tempo, podemos afirmar, de maneira simplificada, que o Partido Federalista foi o herdeiro do majoritário Partido Liberal, na época do Império. Conforme Sandra J. Pesavento, “(...) desde a década de 1870, mais ou menos, dominava o Partido Liberal dos grandes senhores da campanha... Passaram a caracterizar-se pelo

---

<sup>1</sup> TRINDADE, Hélió. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José H. e GONZAGGA, Sergius (Org.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 119

<sup>2</sup> Idem, p. 122

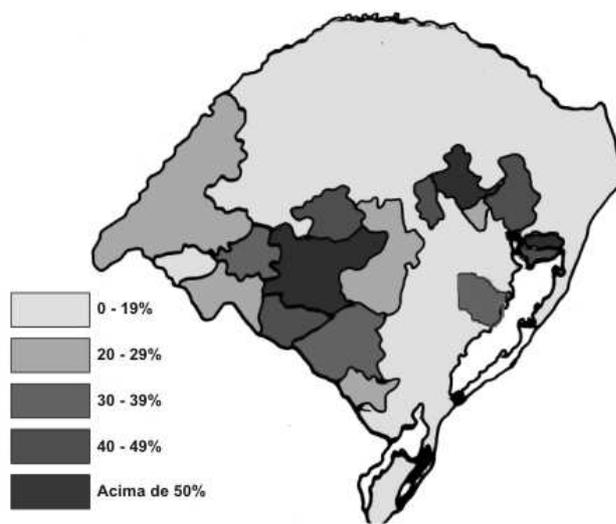
conformismo, conservadorismo e imobilismo.”<sup>3</sup> Desse modo, pode-se traçar uma linha de sucessão político-ideológica, que se inicia com os farroupilhas e vai passando pelos liberais e federalistas, até chegar nos libertadores. Eles tinham grande força política nas regiões sul e oeste do estado, regiões denominadas de Campanha ou simplesmente “fronteira”, territórios que foram o berço da colonização gaúcha, onde se formaram as grandes estâncias de criação de gado e as charqueadas. Essa força social constituiu a elite do pampa, a burguesia rio-grandense.

Desse modo, podemos afirmar que os libertadores, no final da década de 1920 e início dos anos 30, formavam uma importante força política, mas de caráter regional, praticamente limitada ao sul e oeste do estado. O norte, o centro, a capital e as demais regiões do Rio Grande do Sul, ainda viviam a hegemonia republicana, representada na força eleitoral do PRR. Há dados estatísticos que mostram esta regionalização do Partido Libertador. Nas eleições para presidente do estado de 1907, o dissidente republicano Fernando Abott enfrentou Carlos Barbosa Gonçalves, o candidato do PRR, com apoio dos federalistas. A votação de Abott concentrou-se na Campanha e na zona colonial, alcançou mais de 80% dos votos em São Gabriel, sua terra natal (Mapa 1). Noll e Trindade explicam que a alta votação de Abott em Estrela, Lajeado, Santa Cruz, São Leopoldo e São Sebastião do Caí, deveu-se a grupos federalistas presentes nesses municípios. “Os alemães haviam entrado na política ao final do Império pela mão dos liberais com o voto aos não-católicos e a predominante influência de von Koseritz”. Devido à morte deste em face das arbitrariedades cometidas pelos republicanos, havia um profundo ressentimento e oposição ao PRR em alguns setores mais tradicionais das colônias alemãs.

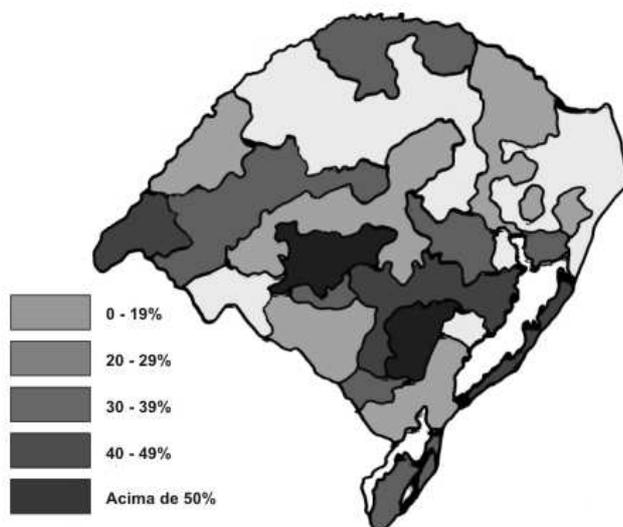
As eleições estaduais de 1922, onde Assis Brasil concorreu com Borges de Medeiros, com o apoio do Partido Federalista, evidenciou a força da oposição na metade sul do estado, com ênfase em alguns municípios como São Sepé, São Gabriel, Piratini e Canguçu, mas também aumentando sua presença nos bastiões republicanos do norte (Mapa 2).

---

<sup>3</sup> PESAVENTO, Sandra J. República Velha Gaúcha: “Estado autoritário e economia”. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 202,203



**Mapa 1 - Eleição para presidente do Estado – 1907**  
**Votação de F. Abott**  
**Fonte: NOLL e TRINDADE, 2004, p. 55.**

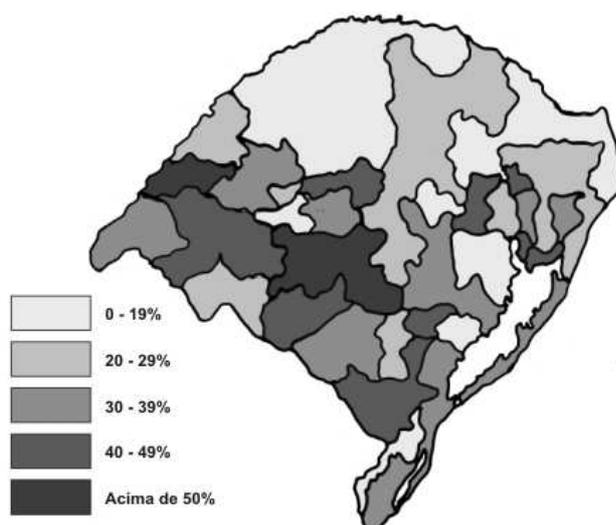


**Mapa 2 - Eleição para presidente do Estado – 1922**  
**Votação de Assis Brasil**  
**Fonte: NOLL e TRINDADE, 2004, p. 60.**

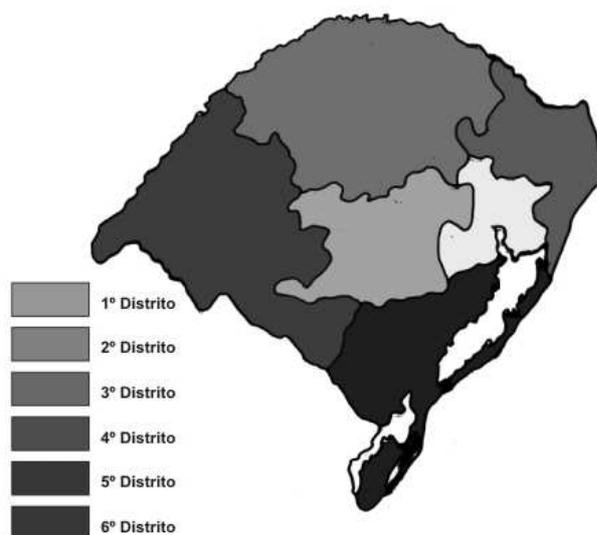
Um alistamento eleitoral feito em 1924, época da Aliança Libertadora, precursora do PL, mostra um eleitorado libertador constante, mas concentrando sua força nos três distritos que abrangem a região da Campanha<sup>4</sup> (Mapas 3 e 4). O 5º e o 6º

<sup>4</sup> TRINDADE, H. e NOLL, M. I. *Rio Grande da América do Sul: Partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS e Sulina, 1991. p. 52

distritos concentram os municípios oposicionistas. Unidos ao 2º distrito eleitoral (centro do estado), eles reuniam 47% da população e proporcionalmente uma representação menor (dez deputados estaduais num total de 32).

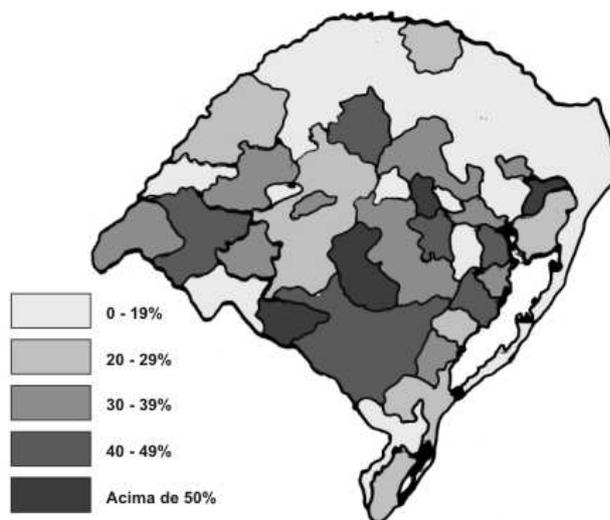


**Mapa 3 - Inscritos na Aliança Libertadora – 1924**  
 Fonte: NOLL e TRINDADE, 2004, p. 61



**Mapa 4 - Distritos eleitorais – 1924**  
 Fonte: NOLL e TRINDADE, 2004, P. 65.

A votação obtida pelo PL em 1929 para a Assembléia dos Representantes, reproduz o padrão constante de predominância na zona da Campanha, mas mostra que há uma expansão levando a um equilíbrio das forças opositoras no Estado. Nessa ocasião, Getúlio Vargas já era o governante estadual e os libertadores respiravam ares um pouco mais tranqüilos (Mapa 5).

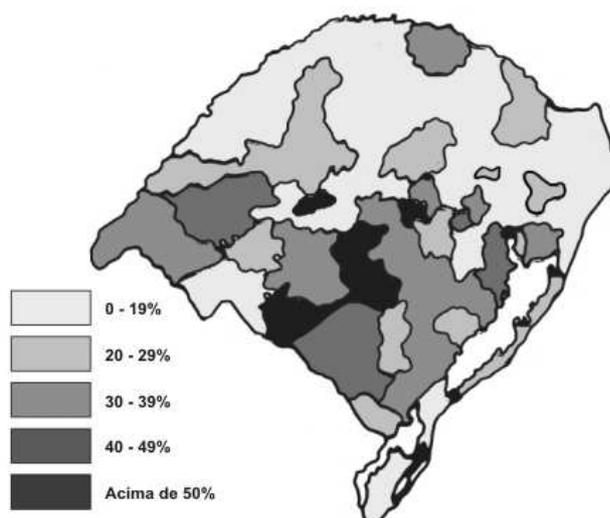


**Mapa 5 - Eleição para a Assembléia dos Representantes do RS – 1929**  
**Votação obtida pelo Partido Libertador**  
**Fonte: NOLL e TRINDADE, 2004, p. 63.**

Nas eleições para a constituinte federal de 1933, a Frente Única Gaúcha, que unia PRR e PL, quando já estava na oposição, venceu o Partido Republicano Liberal (PRL), de Flores da Cunha, apenas nos municípios de Candelária, São Pedro, Dom Pedrito, Caçapava e São Sepé. A FUG permanecia encravada no sul do estado, mostrando seu marcante traço libertador<sup>5</sup> (Mapa 6).

Outra questão que mostra a regionalização dos federalistas-libertadores era a pouca presença de líderes ou coronéis maragatos que não fossem da metade sul do estado. Podemos citar poucos nomes, que eram da metade norte do Rio Grande do Sul, como Leonel Rocha, Felipe Portinho e Prestes Guimarães, sendo que a grande maioria dos chefes maragatos era da fronteira.

<sup>5</sup> Idem, p. 58



**Mapa 6 - Eleições para a Assembléia Constituinte de 1933 – RS**  
**Votação da FUG (PRR + PL)**  
**Fonte: NOLL e TRINDADE, 2004, p. 70.**

Ao longo da República Velha, os conservadores-liberais, representados pelo Partido Federalista, aproximaram-se dos dissidentes republicanos, para enfrentar os conservadores-autoritários, representados pelo Partido Republicano Riograndense (PRR). Ainda antes da fundação do Partido Federalista, dissidentes republicanos que formavam a União Nacional e posteriormente o Partido Republicano Federal, procuraram aproximar-se dos liberais, mas como as agremiações citadas tiveram duração efêmera, a aproximação não se consolidou. Mais tarde, em 1897, Silveira Martins, do exílio, tentou, sem sucesso, a fusão entre o Partido Republicano Liberal<sup>6</sup> e o Partido Federalista. Onze anos depois, nova tentativa frustrada, quando os dissidentes do PRR que haviam apoiado a candidatura de Fernando Abott ao governo do estado em 1907, e tinham se organizado no Partido Republicano Democrático (PRD). Desta vez o veto à unificação veio do grupo federalista de Francisco Antunes Maciel.<sup>7</sup>

A aproximação ocorreu de forma mais efetiva nas eleições para o executivo estadual de 1922, quando os federalistas apoiaram Assis Brasil, contra Borges de Medeiros, do PRR, que tentava o quinto quinquênio e o terceiro mandato consecutivo na presidência do estado. Uma grave crise econômica, que abalou a pecuária e o descaso do governo estadual com os produtores rurais ajudou nesta aproximação. Conforme Héli

<sup>6</sup> Não confundir com o partido homônimo fundado por Flores da Cunha em 1932.

<sup>7</sup>TRINDADE, Héli. Op. cit., p. 154

Trindade, o apoio a Assis Brasil provinha de “três grupos de origem política diferente, embora com um fundo comum ideológico de inspiração liberal: os democratas (PRD), os dissidentes (do PRR) e os federalistas (PF).”<sup>8</sup> O resultado do pleito determinou a organização armada das oposições, levando à eclosão da Revolução Libertadora no ano seguinte, a segunda guerra civil no Rio Grande do Sul, no espaço de trinta anos.

Após o Pacto de Pedras Altas, que pôs fim à revolução de 1923, as oposições tiveram condições de estabelecer uma coligação mais perene e, sob a liderança de Assis Brasil, foi instituída em 15 de janeiro de 1924 a Aliança Libertadora, reunindo os grupos que haviam apoiado a sua candidatura dois anos antes, visando às próximas eleições federais. Assis Brasil já havia demonstrado sua força, quando foi escolhido pelos federalistas para discutir as bases do tratado de pacificação, assinado em sua fazenda. Muitos antigos *maragatos* não queriam a paz, porque não aceitavam a permanência de Borges de Medeiros por mais cinco anos à frente do governo estadual. A executiva da Aliança Libertadora (AL) foi formada com cinco membros, além de Assis Brasil, fazia parte Fernando Abbott, do PRD e os federalistas Edmundo Berchon, Firmino Torelly, mais o legendário Honório Lemes.<sup>9</sup> Seu objetivo era “propugnar os princípios da liberdade política, baseados no sistema representativo e especialmente para combater nas eleições estaduais e municipais a situação imperante no Rio Grande do Sul.”<sup>10</sup>

A eleição para o Senado e para a Câmara Federal, em maio de 1924 era esperada pelos libertadores como uma espécie de “tira teima moral” do pleito estadual de 1922. Esperavam que os resultados favoráveis confirmassem a fraude que resultou na vitória republicana. Os governistas dificultaram o serviço de alistamento dos eleitores opositores e, em favor do PRR, forjaram atestados de maioria a menores e alistaram uruguaios em suas fileiras.<sup>11</sup> O pleito ocorreu no dia 3 de maio e o candidato do PRR ao Senado, Vespúcio de Abreu, venceu com 62% dos votos, contra 37% de Assis Brasil (AL). Nas eleições para a Câmara Federal, no 1º distrito eleitoral a AL elegeu 3 deputados, com 39,7% dos votos; no 2º distrito, foram 2 deputados, com 30% e no 3º distrito, 3 deputados com 41% dos votos. No total, a AL conseguiu 125.000 votos para deputado federal, o que, teria confirmado a fraude

---

<sup>8</sup> Idem, p. 160

<sup>9</sup> KIELING, José Fernando. *Política opositora no Rio Grande do Sul (1924-1930)*. Dissertação de Mestrado em História da USP, São Paulo, 1984. p.35,36.

<sup>10</sup> OSÓRIO, Joaquim L. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul (Período Republicano)*. Pelotas: Livraria do Globo, 1930. p. 226.

<sup>11</sup> KIELING, Op. cit., p. 38.

em 1922.<sup>12</sup> Mas estes resultados recrudesceram as forças governistas e, por todo o estado, a repressão aos oposicionistas contribuiu para desarticular a AL, que deixou de participar das eleições municipais no mesmo ano, por falta de garantias. O primeiro semestre de 1924 terminou com um quadro desalentador para a oposição:

“Completamente abatida pelo poderio político e militar governista a Aliança Libertadora entrou em rápido processo de degeneração. Impotente para enfrentar a hegemonia republicana, humilhava-se contraditoriamente junto ao governo federal para tentar algumas migalhas de participação no poder do qual tinha sido sistematicamente excluída.”<sup>13</sup>

No entanto, no 2º semestre de 1924, a revolução em São Paulo, contra o governo de Artur Bernardes, mudou o cenário. A princípio, a oposição no Rio Grande do Sul, se ofereceu para ajudar o presidente da República contra os paulistas, uma vez que o PRR tinha apoiado Nilo Peçanha nas eleições presidenciais de 1922. Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra, agradeceu a disposição de Honório Lemes, que queria organizar uma milícia. Em seguida, o *Leão do Caverá* é obrigado a imigrar para o Uruguai, pois teria recebido aviso de uma ordem de prisão, determinado pelo governo do estado.<sup>14</sup> A partir disso, os aliancistas mudam de lado e passam a apoiar o movimento paulista e também os diversos levantes que ocorrem nas guarnições federais no estado, dentre eles, o de Santo Ângelo, comandado por Luís Carlos Prestes. José Fernando Kieling vê neste momento um alargamento das bases políticas da AL. Antes era uma representação da oligarquia pecuarista, mais restrita à região da Campanha. Agora, ocorre a adesão de outros grupos sociais, principalmente das classes médias e setores do operariado, que viam na AL e nos movimentos revolucionários que começavam a surgir, um canal de manifestação contra o governo federal e a crise que atingia praticamente todos os setores da economia nacional. Prova disso é o número de inscrições eleitorais em Porto Alegre neste período. A oposição registrou o dobro de inscritos em relação à situação, isto que a capital do estado não era um reduto oligárquico.<sup>15</sup> Portanto, o 2º semestre de 1924 marca o início do envolvimento da Aliança Libertadora com o movimento tenentista, dando assim, um caráter nacional às suas reivindicações e uma nova dimensão política aos libertadores.

---

<sup>12</sup> Idem, p. 39.

<sup>13</sup> Idem, p. 54.

<sup>14</sup> Idem, p. 57-58.

<sup>15</sup> Idem, p. 59.

Em 1925, os deputados Arthur Caetano e Batista Lusardo, da Aliança Libertadora, apoiaram o movimento revolucionário paulista chefiado por Isidoro Dias Lopes, iniciado no ano anterior, e Assis Brasil era reconhecido como o chefe civil da revolução. No entanto, este discordava da ala radical comandada por Luís Carlos Prestes, pois defendia a luta por vias legais, através do parlamento. Mas o grupo libertador era muito influenciado pelos revolucionários. Leonel Rocha, Honório Lemes e Zeca Neto, veteranos de 1923, atuavam na faixa de fronteira com o Uruguai e com a Argentina. Em 1925, Honório Lemes foi preso por tropas comandadas por Flores da Cunha.

Isidoro Dias Lopes planejou um golpe para o dia 14 de novembro de 1926, véspera da posse de Washington Luís. Guarnições militares de Bagé, São Gabriel e Santa Maria levantaram-se em armas precipitadamente, sem o respaldo de outros contingentes previstos, com exceção do grupo de Zeca Neto, que chegou a vencer uma batalha, mas teve que perambular dois meses pela Campanha e depois voltar para o Uruguai. Os demais efetivos revolucionários foram derrotados pelas milícias estaduais comandadas por Osvaldo Aranha, e assim, o golpe fracassou. Este fato, aliado à entrada da Coluna Prestes na Bolívia, contribuiu para que a via legal defendida por Assis Brasil predominasse a partir deste momento.<sup>16</sup>

Ainda em maio de 1926, a executiva da AL reunida em Melo, no Uruguai, orientou os libertadores no sentido de se reorganizarem os diretórios municipais e intensificar o alistamento eleitoral. Também foi debatida uma aproximação com o novel Partido Democrático (PD), organizado em São Paulo, no dia 24 de fevereiro daquele ano.<sup>17</sup> No mês de agosto deste ano, Assis Brasil manifestava-se sobre as eleições federais do ano seguinte, dizendo ter esperanças de um novo tempo com a posse de Washington Luís.

Eleições para a Câmara Federal estavam marcadas para 24 de fevereiro de 1927 e a Aliança Libertadora, num primeiro momento, decidiu boicotá-las, devido às circunstâncias vigentes no Rio Grande do Sul. Mas essa decisão provocou fortíssima repercussão entre a oposição nacional, especialmente entre os democratas de São Paulo, e a executiva da AL decidiu voltar atrás e participar das eleições. Realmente a eleição ocorreu sob forte coerção no Rio Grande do Sul.. A Brigada Militar e os provisórios atuaram,

---

<sup>16</sup> Idem, p. 66-68.

<sup>17</sup> NOGUEIRA F.º, Paulo. *O Partido Democrático e a revolução de 1930: ideais e lutas de um burguês progressista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965. v. 1. p. 154.

a mando de Borges de Medeiros, coibindo a ação dos eleitores da Aliança, que eram vistos como “foras da lei”, pois alguns participaram dos movimentos revolucionários nos anos anteriores. Mesmo assim, Assis Brasil, Batista Lusardo e Plínio Casado foram eleitos para a Câmara Federal pela Aliança Libertadora. No entanto, só o primeiro conseguiu votos suficientes para se eleger, Lusardo e Casado entraram pelo critério da representação da minoria.

Após as eleições, a luta da oposição foi no sentido de unificar-se nacionalmente. Nesse sentido, a AL, o PD de São Paulo e o PD do Distrito Federal criaram o Partido Democrático Nacional (PDN). Porém, antes disso, creio ser importante destacarmos a fundação do Partido Democrático de São Paulo, por sua íntima ligação com os libertadores, especialmente devido aos acontecimentos de 1932. Segundo Edgar Carone:

“Esdrúxula é a posição da burguesia (...) é estranha a sua tardia organização em partido. Somente em 24 de fevereiro de 1926 um grupo mais consciente, composto de elementos das finanças, do setor industrial e da pequena-burguesia auxiliados por grupos agrários – funda o Partido Democrático, resultado da fusão dos Partidos: Popular, de Antônio Prado, Evolucionista, de Marrey Júnior e Liberal, de Valdemar Ferreira, com apoio do Partido da Mocidade. A Comissão organizadora é composta do Conselheiro Antônio Prado, Frederico Steidel, Francisco Morato, Marrey Júnior, J. J. Cardoso de Melo Neto, Valdemar Ferreira, Abraão Ribeiro, Ademar de Sousa Queirós, Vicente de Azevedo, etc. Seu programa revela a pobreza ideológica freqüente nos programas da burguesia. Se mais tarde sua ação vai tomar o aspecto de uma luta pelo poder, suas bases teóricas, que poderiam debilitar os anseios da classe ou de um grupo a ela pertencente, diluem-se nas banalidades de um programa sem definição.”<sup>18</sup>

Para Carone a burguesia tardou organizar-se em partido político, tendo feito isso somente em 1926, através do PD paulista. Categorias marxistas a parte, cremos que os partidos republicanos estaduais eram representações da burguesia agrária e no Rio Grande do Sul, ambas as facções políticas (PRR e PF) também o eram. Boris Fausto diz que o nascimento do PD paulista se ligou a uma disputa em torno de postos no Instituto do Café e que o próprio Antônio Prado, embora adversário da política de valorização do produto, tinha interesses na área do café.<sup>19</sup> Isso mostra que, assim como os libertadores gaúchos, os

<sup>18</sup> CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo (1922/1938)*. São Paulo, Difel, 1975, 2. ed. p. 69.

<sup>19</sup> FAUSTO, Boris. A revolução de 1930 In: MOTA, Carlos G. (Org.) *Brasil em perspectiva*, 20 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 235

democráticos paulistas também eram oriundos da burguesia e representavam uma clivagem na classe dominante estadual.

O Partido Democrático Nacional foi fundado em 21 de setembro de 1927 na capital federal, tendo o conselheiro Antônio Prado como presidente de honra e os deputados paulistas Paulo de Moraes Barros, Francisco Morato e José Adriano Marrey Jr., o deputado pelo Distrito Federal Adolfo Bergamini e os deputados gaúchos J. F. de Assis Brasil, Plínio de Castro Casado e J. Batista Lusardo, compunham o diretório provisório.<sup>20</sup> A fundação do PDN dá novo ânimo aos opositores gaúchos.

A executiva da Aliança Libertadora convoca um congresso, que seria realizado no dia 3 de março de 1928, na cidade de Bagé, visando reorganizar as fileiras desmanteladas e desorientadas pela repressão borgista. Dessa reunião, realizada no Teatro Coliseu, com a presença de três mil pessoas, surgiria o Partido Libertador.<sup>21</sup> O lendário Honório Lemes presidiu a sessão de instalação. Felipe Portinho e Estácio Azambuja foram dos mais aplaudidos, mas também foi destacada a ausência de Zeca Neto, Leonel Rocha e Júlio de Barrios.

A fundação do Partido Libertador uniu os antigos federalistas, os democratas de Assis Brasil e os dissidentes republicanos, ou seja, reuniu as três vertentes da oposição ao PRR no final da década de 1920. No evento de fundação do PL havia uma caravana do PDN, oriunda de São Paulo, o que configurava a união entre as duas agremiações políticas. Os libertadores são chamados de “guerrilheiros da liberdade”, convocados para uma “cruzada redentora”.<sup>22</sup>

O nome do novo partido foi proposto por Assis Brasil:

“(...) (o nome) veio como vem todas as coisas que tem raízes e, ascendem para a luz. Ele simbolizava o momento da epopéia em que o Rio Grande se livrou da vergonha de viver em perpétua escravidão. Nasceu como a Aliança Libertadora (...) (esse nome) já tinha sofrido o sacramento em que a água fora

---

<sup>20</sup> NOGUEIRA Fº, Paulo. Op. cit, p. 191-193

<sup>21</sup> KIELING, José Fernando. Op. cit. P. 78-86.

<sup>22</sup> Idem, p. 93.

substituída pelo sangue dos heróis que tiveram a sorte de morrer pela causa bendita (...) o nome caldeado no calor da luta era o nome que deverá ficar.”<sup>23</sup>

Este nome já havia sido sugerido para substituir o nome do Partido Federalista em 1896, mas rejeitado por um congresso em Bagé, justamente para não lembrar a sangrenta revolução ocorrida até o ano anterior.<sup>24</sup> Assis Brasil frisou ainda que fora lembrado o nome de Partido Liberal, mas por causa do antigo homônimo da época imperial, não seria bom. O líder federalista Wenceslau Escobar propôs o nome de Partido Federalista Democrático, mas foi voto vencido. Também discordou do programa do PDN, por ser, segundo Escobar, presidencialista. Ele e Estácio Azambuja formaram os “bastiões da resistência” federalista contra a unificação partidária.<sup>25</sup> No mesmo evento ocorria a extinção do velho Partido Federalista, criado pro Silveira Martins em 1892. Paulo Nogueira Filho, um dos representantes do PD paulista presente no congresso, escreveu sobre a resistência dos federalistas:

“(...) resistências surgiam contra a nova organização, sobretudo no setor Federalista, cujo partido era composto de elementos de tradição revolucionária inquebrantável, de convicções programáticas enraizadas, e, possuidores de enorme prestígio econômico e moral, em todo o Rio Grande do Sul. Não viam eles porque enrolar sua aureolada bandeira.”<sup>26</sup>

Faziam parte do Diretório Central da nova agremiação João Batista Lusardo, Urbano Garcia, Ernesto Médici, Gabino Fonseca, Álvaro Costa, Guilherme Ludwig, Sebastião de Oliveira, Felipe Portinho, Camilo Freitas Mércio e Dario Crespo. Raul Pilla era o vice-presidente e J. F. Assis Brasil o presidente do novel partido.

O programa do PL era o mesmo do PDN, fundado em setembro do ano anterior. José Fernando Kieling, citando um articulista do *Jornal do Brasil*, afirma que o programa partidário é conservador. Não propõe grandes mudanças ou reformas, limita-se à crítica ao governo, é escasso de propostas.<sup>27</sup> Creio ser importante, para este trabalho, detalhar

<sup>23</sup> NOLL, Maria I. O contexto político revolucionário de 30 e a unificação dos partidos rio-grandenses (1928-1930). In: TRINDADE, Hégio. Op. cit., 1980. p. 33.

<sup>24</sup> TRINDADE, Hégio. Op. cit, p. 164.

<sup>25</sup> Idem, p. 140.

<sup>26</sup> NOGUEIRA FILHO, Paulo. Op. cit, p. 218.

<sup>27</sup> TRINDADE, Hégio. Op. cit, p. 95-96.

este programa, proclamado no Rio de Janeiro, por ocasião da fundação do PDN, cujo autor era o próprio Assis Brasil:

I – Defender os princípios democráticos e liberais consagrados na Constituição da República, para que se torne uma realidade o governo do povo pelo povo e para o povo, promovendo a regeneração dos costumes políticos e opondo-se a qualquer reforma constitucional que implique restrição a garantias de direitos.

II – Pugnar pela revisão constitucional, não só para que se restaurem as disposições democráticas e garantias cerceadas pela reforma de 1926, senão também para que se adotem outras reclamadas pela vida contemporânea e generalizadas pela aspiração da Nação.

III – Impor, pelo voto secreto, o sigilo absoluto do sufrágio eleitoral, como condição impreterível à sua moralidade, assegurando-o com a independência do funcionalismo público, do eleitorado em geral, com o castigo dos fraudadores e com medidas acauteladoras do alistamento, do escrutínio, da representação proporcional, da apuração e do reconhecimento.

IV – Propugnar todas as medidas que interessem à questão social, no sentido de vindicar, para todas as classes. O direito que lhes cabe de interferir na direção dos negócios públicos, animando entre elas o espírito e fraternidade por leis protetoras do trabalho, da cooperação e da assistência.

V- Promover a independência do magistério, com a criação de um órgão integral de instrução e educação abrangendo todos os cursos, especialmente os de instrução técnica profissional.

VI – Zelar pelo equilíbrio da nossa balança internacional de contas e pelos orçamentos, com providências de ordem financeira e econômica, sem as quais depara insolúvel o problema da estabilização do meio circulante e a realização do ideal de circulação metálica.

VII – Resguardar as magistraturas estaduais com a égide protetora da União, estendendo declaradamente a elas as vitalidades, inamovibilidades, insusceptibilidade administrativa e irredutibilidade de vencimentos de que constitucionalmente goza a magistratura federal, mantida para os Estados a faculdade de organizar a justiça estadual e transferida para a União a de legislar sobre processo civil, comercial e criminal.

VIII – Pleitear a independência econômica da magistratura, assentando princípios básicos de organização judiciária, igualmente obrigatória na jurisdição federal e estadual de modo a se precaverem, por um lado, as possibilidades de ação discricionária do poder judiciário e a tornar, por outro, a investidura dos juizes, a composição dos tribunais e o acesso dos magistrados, independentes de qualquer poder político.

IX – Combater as oligarquias estaduais, a incompetência, a corrupção e a irresponsabilidade, de maneira a assegurar a autonomia dos membros da Federação e o restabelecimento do mérito e da lei, da honestidade e da responsabilidade, na administração pública.

X – Observar, assim na ordem interna, como na internacional, uma política inspirada nos elevados sentimentos de ética, de equidade, de solidariedade continental e de confraternização humana.”<sup>28</sup>

---

<sup>28</sup> NOGUEIRA F. Paulo, Op. cit., V. 2, p. 649-650.

O primeiro ponto deixa clara a linha ideológica liberal do novo partido, reiterando os princípios da Constituição Federal de 1891. Não falava em elaborar uma nova carta magna, mas em uma revisão constitucional. Via no sufrágio secreto a solução para os problemas das fraudes eleitorais. Como se percebe, o programa é tímido e conservador. Não suscita questões fundamentais no campo econômico, sendo muito amplo quando fala em política tributária. Não trata das questões sociais, como educação e saúde. Não apresenta investimentos do Estado em infra-estrutura, como transportes, energia e saneamento. Passa longe de temas como reforma agrária, política agrícola, geração de emprego, previdência e assistência social aos trabalhadores. Comparado ao programa do Partido Republicano Liberal (PRL), organizado em novembro de 1932 por Flores da Cunha e Osvaldo Aranha, o programa do PL é muito mais simples, resumido e lacunar.<sup>29</sup>

A união entre os libertadores e o PDN pode ser ilustrada através do artigo IX, § 3º da Lei Orgânica do PL, que trata das finanças partidárias, que diz: “determinação das percentagens que devem ser guardados pelo Diretório arrecadador e as mandadas para o Diretório Central de Porto Alegre, ou do Rio de Janeiro, quando o Partido Democrático Nacional organizar as suas finanças com as mesmas bases.”<sup>30</sup>

Cabe destacar ainda que no programa específico do PL, há a defesa da eleição do presidente da República pelo Congresso Nacional, o comparecimento e responsabilidade dos ministros perante o Congresso, dando um caráter parlamentarista ao governo, sistema que será defendido pelo partido no futuro, após o Estado Novo. Encontra-se no Projeto de Resolução n.º 1, o lema tenentista “Representação e Justiça”, sendo que o primeiro termo inclui a exigência de um processo de alistamento eleitoral, habilitando todos os cidadãos com maioria cívica, instituindo o voto secreto, a apuração escrupulosa e a representação proporcional. O termo *Justiça* implica na autonomia do Poder Judiciário, tornando a investidura dos juízes, a composição dos tribunais e o acesso dos magistrados independente de qualquer poder político.<sup>31</sup>

O mesmo projeto de resolução trata ainda da reforma da Constituição estadual, de modo que fique harmônica com a federal. Para isso propõe os seguintes

<sup>29</sup> NOLL, Maria Izabel. *Partidos e política no Rio Grande do Sul (1928-1937)*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1980. Anexo 1 – O programa do Partido Republicano Liberal

<sup>30</sup> NOLL, Maria I. In; TRINDADE, Hégio (Org.). *Op.cit.*, 1980. p. 37.

<sup>31</sup> NOLL, Maria I. In; TRINDADE, Hégio (Org.), *Op. cit.*, 1980. p. 36

aperfeiçoamentos: promoção do povoamento da terra, crescimento da renda pública pelo aumento da produção e da riqueza, supressão de alguns impostos, desenvolvimento de instituições de crédito, promoção da instrução e da educação públicas, redução das despesas das forças de segurança, respeito à autonomia municipal e, por último, incentivo ao progresso dos trabalhadores.

As idéias parlamentaristas dos antigos *maragatos* e o presidencialismo dos *assisistas* e dissidentes republicanos não foram de fácil coesão no novo partido. Nessa questão, Mem de Sá escreveu:

“Reuniões se sucediam, debates se multiplicavam, conversas e confabulações entre os próceres não tinham fim. Tudo parecia inútil, e fatal se afigurava o encerramento do Congresso, sem conclusão favorável. Foi quando, madrugada alta, Pilla e Assis, num quarto de hotel, alcançaram a fórmula salvadora: o Programa inscreveria, logo, os dois princípios aceitos por Assis: eleições indiretas e governo coletivo. Quanto aos demais, seriam silenciados, mas expressa e peremptória seria a ressalva de que os antigos federalistas, parlamentaristas, teriam como questões abertas, no programa, as normas cardeais de seu ideário político e, ainda mais, teriam o direito de continuar propugnando por ele, mesmo dentro do Partido, para o fim de, nalgum dia futuro, obterem, pela maioria, a reforma do Programa.”<sup>32</sup>

No próprio congresso de fundação, Assis Brasil, declarou no seu discurso que não iriam copiar o parlamentarismo inglês e nem o presidencialismo norte-americano.<sup>33</sup>

São muito interessantes os fatos que ocorreram após a fundação do Partido Libertador, descritos pela paulista Paulo Nogueira Filho, do PD. Ele foi até Paso de los Libres, na Argentina, junto com o deputado Maurício de Lacerda, do Distrito Federal, Batista Lusardo e outros, a fim de encontrar-se com Miguel Costa, que lá vivia exilado. Antes desse encontro, ainda na presença de Assis Brasil, haviam conversado sobre um movimento revolucionário para derrubar Washington Luís. Na Argentina, conversaram com Miguel Costa e com João Alberto, que lá se encontrava. Dias depois, esteve em Porto Alegre e falou com Raul Pilla sobre a revolução. Voltou a falar com Assis Brasil, agora na sua residência em Melo, no Uruguai. Dali, Nogueira foi a Buenos Aires e reuniu-se com Luís Carlos Prestes. Estava combinando o movimento, que teria Assis Brasil como o chefe civil e Prestes o chefe

<sup>32</sup> SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Ed. Tabajara, 1973. p. 67-69.

<sup>33</sup> NOLL, Maria I. In; TRINDADE, Héglio. Op. cit. 1980. p. 34.

militar. Tratava-se de uma revolução democrático-libertadora, numa alusão ao nome dos dois partidos políticos que articulavam o movimento, junto com os tenentes que haviam marchado na Coluna Prestes.

Paulo Nogueira Filho ficou com a incumbência de levantar recursos financeiros para o projeto, em São Paulo. Mas as coisas não correram como o esperado. De volta à capital paulista, Nogueira encontrou seus correligionários frios em relação a um movimento armado e dispostos a participar apenas do jogo eleitoral. Não conseguiu arrecadar o que havia tratado com Prestes e este, em uma carta, sugere que o movimento seja adiado para uma oportunidade mais propícia, uma vez que não havia nem vontade e nem recursos para tal. Todos estes fatos ocorreram entre março e setembro de 1928.<sup>34</sup> Acho importante relatá-los, pois envolveu líderes do Partido Libertador, que mais tarde aderiram à revolução, mas de certa forma, como coadjuvantes, uma vez que os protagonistas principais foram os republicanos gaúchos, os mineiros e os paraibanos, numa aliança com os tenentes.

A eleição de Getúlio Vargas e de João Neves da Fontoura para a chefia do executivo estadual, em novembro de 1927; a ascensão de líderes republicanos como Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, Lindolfo Collor, Maurício Cardoso e Paim Filho, a chamada segunda geração de republicanos ou geração de 1907, de caráter mais liberal, em contraponto à liderança autoritária de Borges de Medeiros, colaboraram para que a política sul-rio-grandense tomasse novos rumos. Esta nova postura pôde ser vista em agosto de 1928, por ocasião das eleições municipais. Candidatos libertadores foram vitoriosos em Bagé, Dom Pedrito, São Gabriel, Santa Cruz do Sul e em mais dez municípios.<sup>35</sup> No entanto, como sempre ocorria, suas vitórias não foram reconhecidas. Vargas, porém, intervém em Dom Pedrito, onde fora eleito Oscar Carneiro da Fontoura<sup>36</sup> e em São Gabriel, dando esperanças aos libertadores, mas os casos de Bagé e Santa Cruz do Sul ficam pendentes. Para este município a sentença favorável ao candidato libertador veio somente em outubro de 1929 e para Bagé, a solução encontrada foi a anulação do pleito e o estabelecimento de um pacto, onde o PL e o PRR lançariam chapa única, em comum acordo.<sup>37</sup>

---

<sup>34</sup> NOGUEIRA FILHO, Paulo, Op. cit, p. 210-270.

<sup>35</sup> SILVA, Hélio. *História da República Brasileira: o fim da Primeira República (1927-1930)*. São Paulo, Editora Três, 1998, v. 7, p. 49.

<sup>36</sup> LIMA, Valentina R (Coord.). *Getúlio: uma história oral*. Rio de Janeiro, Record, 1986, 2. ed., p. 299.

<sup>37</sup> KIELING, José F. Op. cit. p. 100-103.

O modo de governar de Getúlio Vargas começou a agradar os libertadores, em especial, os setores mais conservadores do partido. Políticas que beneficiavam o setor agro-pastoril, a criação do Banco do Estado, o combate ao contrabando de charque, enfim, medidas que agradaram a velha elite gaúcha, tradicionalmente vinculada ao Partido Libertador, fizeram com que Vargas se tornasse um político simpático aos seus interesses. Como escreveu Hélio Silva:

“Os mais destacados próceres libertadores eram vistos entrando como amigos bem-vindos, no Palácio Piratini, naquela praça dominada pelo monumento a Júlio de Castilhos e emoldurada pelas velhas mansões onde habitaram ele e Borges de Medeiros (...) Um presidente republicano comprando o trigo dos libertadores!”<sup>38</sup>

Claro que esta simpatia não era uma unanimidade, até porque Vargas representava o governo Washington Luís no Rio Grande do Sul. No entanto, os agradamentos políticos, reconhecendo a vitória de candidatos libertadores e os benefícios econômicos, proporcionando crédito aos produtores da Campanha, fizeram de Vargas um político republicano muito diferente do que era o velho Borges de Medeiros.

Política semelhante à de Vargas era exercida pelos presidentes dos estados de Minas Gerais e da Paraíba, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e João Pessoa, respectivamente. Nestes dois estados, diferentemente do Rio Grande do Sul, não havia uma forte oposição ao Partido Republicano local e a conseqüente dicotomia política, de modo que seus líderes contavam com apoio quase unânime para eventuais disputas eleitorais. A verdade é que os governadores mineiro e gaúcho começaram a perceber a possibilidade de dar as cartas no jogo da sucessão presidencial, marcado para março de 1930. Antônio Carlos tinha pretensão de ser o próximo candidato à presidência da República, o que era natural depois de um quadriênio tendo um paulista à frente do governo. No entanto, “diante da teimosia do governo em encaminhar Júlio Prestes, visando à continuação administrativa, financeira e a defesa do café. A situação piora com a antipatia de Washington por Antônio Carlos (...)”<sup>39</sup> Diante disso o governador mineiro desiste da candidatura e passa a propor um nome gaúcho, Getúlio Vargas ou Borges de Medeiros, mesmo que fosse escolhido por Washington Luís, com a possível retirada da candidatura paulista.

---

<sup>38</sup> SILVA, Hélio. Op. cit, p. 162.

<sup>39</sup> CARONE, Edgard. Op. cit. p. 72.

Em nosso estado, no início de 1929 o nome de Getúlio Vargas já era apontado como um possível candidato. No entanto, a maioria dos libertadores ainda não via com bons olhos uma aliança com os adversários históricos. Este fato encontrava respaldo em nível nacional, através do PDN, onde Antônio Prado e o carioca Maurício de Lacerda discordavam de um eventual apoio da oposição a qualquer candidatura republicana.<sup>40</sup>

No entanto, o apoio a Vargas vai ganhando corpo entre os libertadores. Em julho de 1929, no encerramento do Congresso das Municipalidades, três intendentess do PL assinam uma moção em favor da candidatura de Getúlio ao Catete, no que foram apoiados por correligionários de Porto Alegre. Um deles, o Dr. Gabriel Moacyr, vislumbra “a possibilidade de rio-grandizar a República.”<sup>41</sup>

Do Rio de Janeiro, os deputados Plínio Casado e Batista Lusardo, enviam uma carta a Assis Brasil, falando da aliança política entre Minas Gerais e o Rio Grande do Sul e do rompimento dos republicanos destes estados com Washington Luís. Na carta, os dois libertadores demonstram entusiasmo com a candidatura de Getúlio, pedem para Assis qual será a atitude do PL neste contexto, e dizem que, como soldados do partido, obedecerão a decisão do Diretório Central. Afirmam ainda alguns pontos que Vargas irá defender e que a Aliança Liberal disporá de 70 deputados (num universo de 213 deputados, isso não contava muito) e 16 senadores.<sup>42</sup> Segundo Maria Izabel Noll, os libertadores haviam aceitado participar da Aliança Liberal basicamente por dois fatores ideológicos: a garantia da reforma eleitoral e a representação das minorias, garantidas por Vargas.<sup>43</sup> Conforme Joseph L. Love “A representação dos libertadores no Congresso tinha sido cortada de sete para três cadeiras em 1927 e Vargas agora prometia à oposição mais duas, sem concorrentes, dando aos libertadores um total de cinco dos dezesseis lugares.”<sup>44</sup>

As resistências dos libertadores à formação de uma coligação política com o PRR visando às eleições presidenciais começavam a cair. No mês de agosto, o Diretório Central do PL é convocado para decidir a questão e o apoio a Vargas é confirmado, ficando o

---

<sup>40</sup> KIELING, José F. Op. cit, p. 113-114.

<sup>41</sup> Idem, p. 116-117.

<sup>42</sup> NOLL, Maria I. In; TRINDADE, Hélgio (Org.). Op. cit. 1980. p. 48-52.

<sup>43</sup> NOLL, Maria Izabel. *Partidos e política no Rio Grande do Sul (1928-1937)*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1980. p. 35.

<sup>44</sup> LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 246.

partido comprometido em votar da mesma forma na convenção do PDN. No mesmo mês, Vargas recebe o apoio dos republicanos de Minas Gerais e da Paraíba, estado que indicou o candidato à vice-presidência, bem como do Partido Democrático de São Paulo. A propósito do nome para completar a chapa, Edgard Carone comenta sobre a dificuldade para encontrá-lo. Depois da recusa de vários políticos liberais eminentes e de representantes de Pernambuco e da Bahia, a vaga finalmente foi aceita pelo governador da Paraíba.<sup>45</sup> A campanha da Aliança Liberal estava nas ruas e, no Rio Grande do Sul, os conservadores autoritários e liberais estavam unidos pela primeira vez.

A adesão a Frente Única, entretanto, não foi unânime entre os libertadores. Enquanto Lusardo viajava pelo país, em campanha pró Vargas, Raul Pilla sentia-se excluído do movimento. Havia os que mantiveram uma posição de neutralidade e um pequeno grupo de antigos federalistas apoiou a candidatura de Júlio Prestes, entre eles Moraes Fernandes.<sup>46</sup> Entre os republicanos também ocorre uma dissidência e um grupo apóia o candidato da situação. A verdade é que o PL não está de “corpo inteiro” na campanha de Vargas. Os segmentos mais populares do partido não estão entusiasmados com a candidatura. Ao contrário, líderes como Antunes Maciel Jr., da elite econômica de Pelotas, e muitos oligarcas que foram beneficiados com a política de Getúlio no governo do estado, aderem à campanha.<sup>47</sup>

Ainda na fase pré-campanha eleitoral, Boris Fausto cita um discurso de Vargas que deveria causar espanto aos liberais: “a minha diretriz no governo do Rio Grande (...) se assemelha ao direito corporativo ou organização das classes promovida pelo fascismo, no período da renovação criadora que a Itália atravessa.”<sup>48</sup> Isto aponta para o futuro governo Vargas, a partir de 1937, quando passou a vigorar o Estado Novo. Para os libertadores, o caráter anti-liberal do governo já ficou demonstrado no 1º semestre de 1932, pela demora na implantação de um regime constitucional.

---

<sup>45</sup> CARONE, Edgard. Op. cit. p. 74.

<sup>46</sup> TRINDADE, Hégio. Op. cit., p. 169.

<sup>47</sup> KIELING, Op. cit., p. 126.

<sup>48</sup> Diário Nacional, 11/08/1929, apud, FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo, Brasiliense, 1970, p. 110.

Desde a definição das candidaturas, no início de agosto de 1929, até março do ano seguinte, a campanha eleitoral mexeu com o país, especialmente entre os congressistas. Hélio Silva descreve este período:

“Até 1º de março de 1930 cuidou-se de eleição. Os governadores estaduais esforçavam-se em aumentar seus colégios eleitorais. O Governo central utilizava todos os meios ao seu alcance, o empreguismo, o financiamento pelo Banco do Brasil, as remoções de funcionários, a pressão econômica e as ameaças de emprego da força para dominar os três situacionistas rebeldes. No Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e na Paraíba os seus presidentes, empenhados na sucessão de que um deles fora o instigador e os dois outros eram componentes da chapa de contestação, não foram outras as práticas. Por isso as acusações se sucediam da tribuna da Câmara, no relato da violência que todos condenavam, mas igualmente praticavam. Também será assim a fraude eleitoral. Cada situação estadual tinha um compromisso de participação, com um *quantum* prefixado, que foi cumprido desescrupulosamente, com a fraude oficializada, em todos os Estados.”<sup>49</sup>

## 1. 2. A Revolução de 1930

Com relação ao processo revolucionário de 1930 é importante a análise da obra de Boris Fausto. O historiador diz que:

“A Revolução de 1930 não foi feita por representantes de uma suposta nova classe social: a classe média ou a burguesia industrial. A classe média deu lastro à Aliança Liberal, mas era por demais heterogênea e dependente das forças agrárias para que, no plano político, se formulasse um programa em seu nome.”<sup>50</sup>

Nesse aspecto, Fausto explica que não havia uma ligação estreita entre os tenentes e as classes médias. Enquanto aqueles defenderam uma ideologia política elitista e centralizadora, estas tinham idéias liberais e propostas de descentralização administrativa. “De fato, se por um lado a defesa do voto secreto, das liberdades individuais e o nacionalismo difuso estabelecem uma ponte entre os ‘tenentes’ e a pequena-burguesia, tais traços, por outro lado, são estranhos ao universo ideológico dos setores majoritários da

---

<sup>49</sup> SILVA, Hélio. O fim da Primeira República (1927-1930) *História da República Brasileira*. v. 7, São Paulo, Editora Três, 1998, p. 114.

<sup>50</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, São Paulo, EDUSP, 2002, 10 ed., p. 325.

classe.”<sup>51</sup> O autor explica que a Revolução de 1930 não pode ser definida “como momento de ascensão das classes médias ao poder, através da representação política do tenentismo.”<sup>52</sup>

Com relação à participação dos setores médios da sociedade no movimento revolucionário, Boris Fausto conclui que “é incontestável a presença de setores pequeno-burgueses, na campanha da Aliança Liberal e em outubro de 1930.”<sup>53</sup> E diz ainda: “O movimento de 1930 não pode ser entendido sem a intervenção das classes médias, mas não é uma revolução destas classes, nem no sentido de que elas sejam o setor dominante no curso da revolução, nem de que sejam seus principais beneficiários.”<sup>54</sup> Acrescenta que o governo Vargas irá, através do maior intervencionismo estatal, ampliar as oportunidades para os setores médios. Realmente, se olharmos para os dois partidos políticos gaúchos que deram sustentação à campanha liberal, nenhum deles representa diretamente as classes médias, embora o PRR buscasse influenciar os setores médios urbanos, desde o início da República, ao contrário dos federalistas, cuja base sempre foi a oligarquia rural, mesmo que esta estivesse desalojada do poder.

Quanto à burguesia industrial, Fausto explica que ela estava comprometida com o governo da República Velha e somente aderiu à Revolução, após a sua vitória. O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, em 30 de julho de 1929, lançou um manifesto apoiando a candidatura Prestes.<sup>55</sup> Ressalta que o Partido Democrático, o principal apoio de Vargas em São Paulo, era anti-industrialista e defensor da agropecuária. Fausto diz ainda: “(...) parece claro não haver conexão entre a Revolução de 1930 e a burguesia industrial de São Paulo e mesmo do Distrito Federal (...)”<sup>56</sup> A posição dos libertadores também era anti-industrial, segundo Boris Fausto. Não somente pela origem social e ocupação profissional de estancieiros como Assis Brasil e Batista Lusardo, mas pela suas atuações na Câmara Federal, favoráveis aos projetos que beneficiavam a atividade agropecuária e contrários aos que favoreciam a indústria. Tal comportamento também ocorria entre os republicanos, mesmo que a atividade industrial já estava relativamente bem desenvolvida em Porto Alegre e na região da Campanha-Zona Sul, através da indústria frigorífica, de capital norte-americano. A esse respeito, a situação dos apoiadores da Aliança Liberal em Minas

---

<sup>51</sup> FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo, Brasiliense, 1970. p. 69.

<sup>52</sup> Idem, p. 82.

<sup>53</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>54</sup> Idem, p. 84.

<sup>55</sup> FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo, Brasiliense, 1970. p. 29.

<sup>56</sup> Idem, p. 38.

Gerais não era diferente da dos gaúchos. Boris Fausto conclui: “A revolução de 1930, seja sob a forma direta de intervenção da fração de classe, seja sob a forma mediada de uma ‘revolução do alto’, não foi um movimento que tenha conduzido a burguesia industrial à dominação política.”<sup>57</sup>

Com relação aos agentes político-sociais do movimento revolucionário, diz Boris Fausto:

“Os vitoriosos de 1930 compunham um quadro heterogêneo, tanto do ponto de vista social como político. Eles tinham se unido contra um mesmo adversário, com perspectivas diversas: os velhos oligarcas, representantes típicos da classe dominante de cada região do país, desejam apenas maior atendimento à sua área e maior soma pessoal de poder, com um mínimo de transformações; os quadros civis mais jovens inclinavam-se a reformular o sistema político e se associaram transitoriamente com os tenentes, formando o grupo dos chamados ‘tenentes civis’; o movimento tenentista, visto como uma ameaça pelas altas patentes das forças armadas, defendia a centralização do poder e a introdução de algumas reformas sociais; o Partido Democrático, porta-voz da classe média tradicional, pretendia o controle do governo do Estado de São Paulo e a efetiva adoção dos princípios do Estado liberal, que aparentemente asseguraria seu predomínio.”<sup>58</sup>

Em relação ao Partido Libertador, entendo que se situa, na abordagem exposta acima, entre a os velhos oligarcas representantes de uma fração da classe dominante, que desejavam apenas maior atendimento à sua área, ou seja, a região da Campanha e maior soma pessoal de poder, com um mínimo de transformações. Mas também pode ser enquadrado como os democráticos de São Paulo, pretendendo ser, no caso dos libertadores, porta-vozes da classe média tradicional, que aspiravam o controle do governo estadual e a adoção dos princípios liberais, a fim de garantir seu predomínio. Claro que havia, entre os libertadores, aqueles mais próximos dos tenentes, mas, como veremos no decorrer do trabalho, o que predominou foi o grupo liberal-constitucionalista, defensor da convocação imediata de uma constituinte, causa esta que levou o PL a romper com Vargas no 1º semestre de 1932.

---

<sup>57</sup> Idem, p. 50.

<sup>58</sup> FAUSTO, Op. cit., 2002, p. 326.

Em relação à base de apoio do movimento de 1930, Fausto informa que era “representada por todas as forças sociais das regiões em dissidência”, ou seja, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba “e pelas classes médias dos grandes centros urbanos.”<sup>59</sup> Sabemos que houve uma dissidência no Partido Republicano Mineiro, que apoiou Júlio Prestes, enquanto que no Rio Grande do Sul e na Paraíba, houve praticamente unanimidade em torno de Vargas.

#### Quanto ao proletariado

“(…) tem no episódio revolucionário uma ‘presença difusa’. Certamente não intervém na revolução como *classe* (...), entretanto, há indicações de que a massa operária simpatizava com os revolucionários, como se verifica por algumas manifestações, por exemplo, a adesão de operários do Brás ao cortejo de Getúlio, quando o candidato visita São Paulo, e, pelo menos no Recife, é possível constatar uma participação limitada nos acontecimentos.”<sup>60</sup>

Sintetizando a crise dos anos vinte, que culminou com a “derrubada” das oligarquias, é importante a síntese feita por Boris Fausto:

“(…) a crise de hegemonia da burguesia cafeeira possibilita a rápida aglutinação das oligarquias não vinculadas ao café, de diferentes áreas militares onde a oposição à hegemonia tem características específicas. Estas forças contam com o apoio das classes médias e com a presença difusa das massas populares. Do ponto de vista das classes dominantes, a cisão ganha contornos nitidamente regionais, dadas às características da formação social do país (profunda desigualdade de desenvolvimento de suas diferentes áreas, imbricamento de interesses entre a burguesia agrária e a industrial nos maiores centros) e as divisões ‘puras’ de fração – burguesia agrária, burguesia industrial – não se consolidam e não explicam o episódio revolucionário.”<sup>61</sup>

Na conclusão do seu livro sobre a Revolução de 1930, Boris Fausto faz uma síntese interessante:

“O agravamento das tensões no curso da década de vinte, as peripécias eleitorais de 1930, a crise econômica propiciam a criação de uma frente

<sup>59</sup> FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo, Brasiliense, 1970, p. 102.

<sup>60</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>61</sup> Idem, p. 103,104.

difusa, em março/outubro de 1930, que traduz a ambigüidade da resposta à dominação da classe hegemônica: em equilíbrio instável, contando com o apoio das classes médias de todos os centros urbanos, reúnem-se o setor militar, agora ampliado com alguns quadros superiores, e as classes dominantes regionais.”<sup>62</sup>

Com relação aos setores que predominaram no pós-trinta, Fausto diz que “(...) ocorreu uma troca da elite do poder sem grandes rupturas. Caíram os quadros oligárquicos tradicionais, os ‘carcomidos da política’, como se dizia na época. Subiram os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais.”<sup>63</sup> Com relação aos objetivos desenhados após a *revolução*, o historiador diz:

“(...) desde cedo o novo governo tratou de centralizar em suas mãos tanto as decisões econômico-financeiras como as de natureza política. Desse modo, passou a arbitrar os diversos interesses em jogo. O poder de tipo oligárquico, baseado na força dos Estados, perdeu terreno. Isso não quer dizer que as oligarquias tenham desaparecido, nem que o padrão de relações sociopolíticas baseado na ‘troca de favores’ deixasse de existir. Mas a irradiação agora vinha do centro para a periferia, e não da periferia para o centro.”<sup>64</sup>

Nosso trabalho procurará mostrar que os libertadores, como parte da oligarquia regional, não foi um setor que predominou na Era Vargas. Embora algumas lideranças proeminentes do PL fizessem parte do Governo Provisório, como Assis Brasil e Batista Lusardo, a maioria do partido, desde o início, colocou-se contra a política centralizadora do novo governo.

Boris Fausto acentuou três elementos do novo tipo de Estado, nascido após 1930:

“1. a atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2. a atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os, a seguir, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal; 3. o papel central atribuído às Forças Armadas, em especial o Exército, como suporte da criação de uma indústria de base e, sobretudo, como fator de garantia da ordem interna.”<sup>65</sup>

---

<sup>62</sup> Idem, p. 113.

<sup>63</sup> FAUSTO, Boris. Op. Cit. 2002, p. 327.

<sup>64</sup> Idem, ibidem.

<sup>65</sup> Idem, ibidem.

E sintetizou: “(...) o Estado getulista promoveu o capitalismo nacional, tendo dois suportes: no aparelho de Estado, as Forças Armadas; na sociedade, uma aliança entre a burguesia industrial e setores da classe trabalhadora urbana.”<sup>66</sup>

A obra escrita por Edgar de Decca acerca da Revolução de 1930 se diferencia por suscitar questões não abordadas pela historiografia tradicional. Ao trazer à tona o papel da classe proletária, através do Bloco Operário e Camponês (BOC), o autor apresenta o fato histórico à luz da luta de classes. Citando Luís Werneck Viana e Florestan Fernandes, Decca afirma que eles concluíram ter sido a Revolução de 1930 uma revolução “pelo alto”, de tipo prussiano e diz: “A Revolução de Trinta foi burguesa porque abriu o caminho para a industrialização sem a prévia liquidação dos agrários, isto é, sem tocar na questão da propriedade da terra.”<sup>67</sup> Seu pensamento pode ser entendido através do texto abaixo:

“Desde o início venho sugerindo a questão da supressão das vozes operárias no interior da luta de classes. Se a *memória histórica* da Revolução de Trinta suprimiu as vozes dos dominados, mesmo quando elas se expressaram em torno da revolução democrático-burguesa do BOC, não resta dúvida que a afirmação histórica dessa proposta teórico-prática de revolução também foi responsável, na sua efetivação, pela supressão das vozes do proletariado quando estas falavam a clara linguagem do anarquismo. São demandas de poder próprias da luta de classes do período de 1928, que não se tornam perceptíveis à luz da historiografia que analisa o processo histórico a partir da memória da Revolução de Trinta. Para a historiografia, em geral, a luta de classes, se é que existiu, esteve reduzida à crise das oligarquias e à ação do movimento tenentista.”<sup>68</sup>

Creemos que a obra de Decca é válida e seus argumentos pertinentes, no entanto, quando tratamos do movimento revolucionário que acabou com a República Velha, limitando nossa análise ao papel das oligarquias rio-grandenses, a luta de classes abrange dimensões que não competem ao objeto deste trabalho. Mas, repito, *O silêncio dos vencidos* tem importância capital ao trazer à tona outros personagens, além das oligarquias dissidentes e dos tenentes. O autor mostrou como no período de 1928 e 1929, tanto os democráticos quanto os republicanos paulistas se uniram para derrotar o projeto revolucionário da classe operária, representada pelo BOC. Mostrou também como a historiografia retirou a participação das classes sociais do movimento:

<sup>66</sup> FAUSTO, Boris. Op. cit., p. 327.

<sup>67</sup> DECCA, Edgar S. de. *1930 – O silêncio dos vencidos*. 2. ed., São Paulo, Brasiliense: 1984, p. 68.

<sup>68</sup> Idem, p. 99, 100.

“Nesse sentido, as análises que julgam as classes sociais, principalmente o proletariado e a burguesia industrial, por terem produzido a revolução de trinta, cometem equívocos irreparáveis. Por um lado, aceitando revolução de trinta como um “fato”, quando esta é a produção da memória histórica de um processo político e idéia central do sistema de poder organizado pelos vencedores da luta. Por outro, desconhecendo como o movimento operário, representado pelo Bloco Operário e Camponês, ao contribuir para a construção de uma idéia de revolução anti-oligárquica, solidificou também a própria memória histórica, anulando a classe operária como agente daquela revolução. Por último, desconhecendo que a burguesia industrial não poderia ter produzido a revolução de trinta, pois na luta política do período a construção dessa idéia de revolução passava por fora dessa fração de classe.”<sup>69</sup>

Edgar de Decca afirmou que, já em 1933, a classe operária “estava completamente isolada e silenciada pela desmontagem sistemática de todas as suas formas de organização autônoma – resultado melancólico de sua luta pela revolução democrático-burguesa agrária e antiimperialista.”<sup>70</sup>

A obra de Edgard Carone, Hélio Silva e outros historiadores, com relação à Revolução de 1930, analisadas em nosso trabalho, estão inseridos ao longo do texto.

No próximo capítulo abordaremos a versão oficial do PL durante a campanha eleitoral, a partir do início da circulação do órgão informativo do partido, o jornal *Estado do Rio Grande*, em outubro de 1929, até o dia em que ocorreram as eleições presidenciais de 1930. Antes, porém, será apresentada uma rápida biografia dos principais responsáveis pela publicação do periódico libertador.

---

<sup>69</sup> Idem, p. 109.

<sup>70</sup> Idem, p. 134.



## II – A CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 1930

Neste capítulo, pretendemos conhecer os responsáveis pelo jornal *Estado do Rio Grande*, os homens por trás do periódico libertador. Naturalmente todos eram filiados ao PL, ocupando cargos de liderança nas fileiras libertadoras. Enquanto tivemos certa facilidade para encontrar elementos biográficos sobre Raul Pilla e Waldemar Ripoll, para os demais, as dificuldades foram bem maiores. Ressaltamos ainda, que os personagens descritos eram diretores e redatores do jornal, responsáveis pelos artigos, notícias, informações e principalmente, pelos editoriais publicados. É importante dizer que esta pesquisa consistiu, em sua essência, na análise dos editoriais, ou seja, na análise da página de opinião do jornal. Era o texto que representava a posição oficial do *Estado do Rio Grande* e, portanto, do Partido Libertador, naquele contexto. Os editoriais eram publicados diariamente, geralmente na página 3 ou 5, e sempre havia um texto principal, com letras maiores do que as demais. Estes textos é que foram por nós analisados e neste capítulo, queremos conhecer um pouco os homens que estavam por trás destes escritos, pois não podemos deixar de relevar a importância das contingências pessoais em cada palavra escrita.

Ainda nesta parte, iremos analisar a opinião do jornal *Estado do Rio Grande* durante a fase que chamamos de “Campanha Presidencial de 1930”, período em que ocorreu a campanha eleitoral, nos últimos meses de 1929 e em janeiro e fevereiro de 1930. Os simpatizantes da Aliança Liberal percorreram o país, divulgando a candidatura de Getúlio Vargas e de João Pessoa, respectivamente, à presidência e à vice-presidência da República. Quando o jornal começou a circular, no dia 14 de outubro de 1929, a campanha liberal já estava posta. Nesse período, vamos perceber como o PL “abraçou” a candidatura Vargas, através de uma defesa veemente do projeto liberal. O jornal não poupa elogios ao político de São Borja, ressaltando suas qualidades. Sabemos que não havia unanimidade entre os libertadores em relação à pessoa de Vargas, mas como o partido estava fechado com ele, o jornal tratou de qualificá-lo aos leitores. A apologia à Aliança Liberal era intercalada com críticas ao governo Washington Luís e ao candidato Júlio Prestes. Demonstrando a clara posição ideológica do PL, havia também críticas ao incipiente movimento comunista. Por fim,

veremos a “propaganda eleitoral” nas páginas do jornal, onde se faziam apelos para que os leitores se alistassem e votassem em Getúlio Vargas e João Pessoa.

## 2. 1. Os “políticos jornalistas” do *Estado do Rio Grande*

Carlos Rangel, escrevendo sobre imprensa partidária e jornalistas engajados, tão comuns naquela época, disse:

“Os redatores dos jornais engajados, especialmente em seus editoriais, consagravam o discurso político, que, além de coincidir com o programa partidário, também traduzia a ação concreta de um grupo organizado para restringir o caráter aleatório que permeia a construção dos discursos possíveis. Eram sujeitos credenciados e autorizados a tornar pública a opinião oficial do partido, a combater seus opositores e a repetir indefinidamente a pauta de reivindicações, que revelava a existência de uma comunidade de interesses. Esses jornalistas faziam parte, por assim dizer, de uma *sociedade do discurso partidário*, ou seja, um limitado número de indivíduos que estavam autorizados a fazer circular e a transmitir o posicionamento oficial do partido.”<sup>1</sup>

Em nosso caso, esta “sociedade do discurso partidário”, era formada pelos responsáveis pelo jornal *Estado do Rio Grande*, em sua primeira fase de circulação. O diretor era o médico e professor universitário, Dr. Raul Pilla e Vicente M. Santiago era o redator-secretário. Os redatores principais eram Anor Butler Maciel, Armando Fay de Azevedo, Mário de Sá, Mem de Sá e Waldemar Ripoll.

Raul Pilla nasceu em Porto Alegre, a 27 de janeiro de 1892, filho de José Pilla e de Jovina Zenari Pilla. Estudou no Ginásio do Rio Grande do Sul, atual Escola Estadual Júlio de Castilhos, na capital gaúcha. Demonstrando grande interesse pela política, aos 17 anos de idade já era o secretário do Diretório Municipal do Partido Federalista. Influenciado pelo professor de História da Civilização no ginásio, adquiriu o hábito da leitura e a convicção de que o sistema parlamentarista era a melhor forma de governo, optou pela legenda maragata. Entrou na Faculdade de Medicina de Porto Alegre em 1909, concluindo o curso seis anos depois, ocasião em que defendeu a tese de doutoramento *O som no tratamento da surdez*, aprovada com distinção. Dois anos depois, exerceu a função de ajudante-

---

<sup>1</sup> RANGEL, Carlos R.R. op. cit., p. 31.

preparador na cadeira de Patologia Geral na instituição em que se formara, onde atuou mais tarde como preparador de Fisiologia, vaga obtida por concurso e, posteriormente, professor interino.

Na campanha eleitoral para o governo estadual de 1922, Raul Pilla fez a sua primeira “aparição” pública, quando redigiu e assinou um manifesto publicado no *Correio do Povo*, apelando a Assis Brasil para que fosse o candidato das oposições. Tal texto foi subscrito por uma centena de personalidades gaúchas e seu autor tornou-se conhecido nos meios políticos. Participou da Revolução de 1923 desde os primeiros momentos, denunciando a fraude eleitoral e reivindicando a revogação da Constituição Estadual de 1891. Em 1924, Pilla foi aprovado em concurso público para professor livre-docente na cadeira de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Porto Alegre e dois anos depois, conquistou a cátedra titular, atingindo a condição de “Mestre”. Com a fundação do PL, foi eleito vice-presidente do partido, função que o deixava praticamente como o líder maior, uma vez que Assis Brasil, o presidente, ocupava o mesmo cargo no PDN e, sendo deputado federal, passava boa parte do tempo no Rio de Janeiro. Com a vitória da Revolução de 1930 e a nomeação de Assis Brasil para o Ministério da Agricultura, Pilla assumiu oficialmente a presidência do Partido Libertador.

Com o início da Revolução Constitucionalista em 1932 e à sua adesão a ela, Pilla, pela primeira vez, “sobe a coxilha”, ou seja, literalmente pega em armas para lutar. Foi enviado ao Uruguai, à procura de armas e munições. Com a derrota do movimento, foi exilado em Buenos Aires e perdeu a cátedra na Faculdade de Medicina. Voltou ao Brasil e recuperou o emprego de professor universitário com a anistia, em junho de 1934. No dia 14 de outubro desse mesmo ano foi eleito para a Assembléia Constituinte Estadual. Em 1936 foi secretário estadual da Agricultura, no governo constitucional de Flores da Cunha, no raro momento de conciliação política entre a FUG e PRL. Esta foi sua única experiência no Executivo. Desentendimentos entre a Frente Única e o governador levaram Pilla a renunciar, tendo retomado então seu mandato de deputado estadual. Foi eleito para presidir a Assembléia Legislativa no período de 1937 e 1938.

Com a extinção dos partidos políticos e o fechamento da Assembléia Legislativa, devido ao Estado Novo, Mauro Gaglietti informa que Raul Pilla:

“(...) dedicou-se quase que exclusivamente à docência na Faculdade de Medicina, suspendendo, até mesmo, a colaboração com jornais. No que diz respeito a sua vida política, dedicou-se apenas a organizar almoços e encontros, com a intenção de promover contatos entre os amigos correligionários e, assim, preservar certa coesão entre eles.

Em 1938, por problemas com a censura, Pilla suspendeu a publicação de seus textos nos jornais, fato que representou para ele a interrupção de uma atividade de grande relevância. O ex-deputado libertador demonstrara interesse pelo jornalismo desde 1925, data em que, juntamente com Leonardo Truda, fundara o *Diário de Notícias* na Capital do Rio Grande do Sul. Além disso, exercia o jornalismo como atividade política desde 1928. Escrevia artigos sobre política para os jornais: *Estado do Rio Grande* – órgão oficial do Partido Libertador -, do qual era diretor; *Correio do Povo*, no qual mantinha uma coluna diária, intitulada “Microscópio”, que durante algum tempo também foi publicada em outros órgãos da imprensa nacional; *Diário de Notícias* e *O Globo*, ambos do Rio de Janeiro. Ao longo dos oito anos de vigência do Estado Novo, somente em 1941 houve um abrandamento da censura no Rio Grande do Sul, durante a gestão de Alberto Pasqualini na Secretaria do Interior, momento em que Pilla pôde voltar a escrever o seu “Microscópio” no *Correio do Povo*. De resto, suas atividades políticas resumiam-se a reuniões clandestinas com integrantes da direção do Partido Libertador, que se preparavam para uma eventual abertura política.”<sup>2</sup>

Com a redemocratização e a reorganização partidária em 1945, Pilla foi escolhido presidente do novo Partido Libertador, cargo que exerceu até a extinção dos partidos políticos pelo AI-2, em 1965. Lembramos que o PL era um partido formado quase exclusivamente por gaúchos. Em 1945, cerca de 80% dos filiados eram do Rio Grande do Sul. Em dezembro desse ano foi eleito para a Assembléia Nacional Constituinte. Nessa época passou a ser conhecido nacionalmente como um dos principais, senão o principal defensor do parlamentarismo no país. Foi reeleito para a Câmara dos Deputados em 1950, 1954 e 1962. Raul Pilla morreu em sua cidade natal, no dia 7 de junho de 1973, aos 81 anos de idade.

Como vimos acima, Raul Pilla era médico e professor de medicina. Isso fazia com que ele usasse palavras do meio científico ao qual era vinculado:

“(...) o médico e professor recorria a conceitos da biologia para explicar o funcionamento da sociedade e o papel a ser desempenhado, no seu interior, pelas diferentes profissões (...) propunha uma analogia entre os fenômenos biológicos e os políticos ou sociais, argumentando que ambos para serem analisados dependiam da aplicação do método científico.”<sup>3</sup>

<sup>2</sup> GAGLIETTI, Mauro. *Dyonélio Machado e Raul Pilla: médicos na política*. Porto Alegre, IEL/EDIPUCRS, 2007, p. 227,229.

<sup>3</sup> Idem, p. 251,255.

Waldemar Mendes da Silva Ripoll nasceu em Quarai, em março de 1906, filho de Raymundo Silva Ripoll e de Anatercia Silva Ripoll. Sua mãe morreu em 1909 e o pai, dois anos depois, ambos vitimados pela gripe espanhola. Aos cinco anos de idade era órfão de pai e mãe, sendo então criado pelos tios Florentino Ripoll e Dora Pinto Ripoll. Os irmãos Wenceslau e Waldomiro permaneceram sob os cuidados da avó. Não era uma família de muitas posses. Mas os irmãos herdaram uma fazenda de porte médio em Quarai, o que lhes garantiu uma tranquilidade financeira até a vida adulta. Matriculou-se no Colégio Militar de Porto Alegre em 1925. Terminado o curso ginasial, ingressou na Faculdade de Direito de Niterói (RJ) e em 1927 transferiu-se para a Faculdade de Direito de Porto Alegre. Nesse mesmo ano foi presidente do Diretório Acadêmico de Direito e, no ano seguinte, fez parte da diretoria do Centro de Estudantes Libertadores, filiados ao PL. Em 1929, foi inspirador do movimento universitário ocorrido em Porto Alegre naquele ano e, em 1930, foi eleito presidente da Federação Acadêmica do Rio Grande do Sul. Nesse mesmo ano graduou-se em Direito.

Sendo fiel ao Partido Libertador, aderiu à Revolução Constitucionalista. Participou do *Levante de Vacaria*, sendo preso. Anistiado por Flores da Cunha, continuou a conspirar contra o governo provisório e por isso, foi novamente preso em Santana do Livramento e enviado para Porto Alegre. Dali foi enviado para Portugal, junto com outros setenta e três líderes políticos, no navio Siqueira Campos. Em Lisboa recebeu a visita de Lusardo, indo com este até a Itália e de lá foi a Buenos Aires, onde havia um grande grupo de gaúchos e paulistas exilados.

Em março de 1933, Ripoll se estabeleceu em Rivera, cidade uruguaia que fica na divisa com Santana do Livramento, sendo que este município era controlado politicamente por Francisco Flores da Cunha, irmão do interventor. Ali iniciou uma atividade subversiva, sendo redator do jornal *Frente Única*, que era distribuído clandestinamente no Rio Grande do Sul. Por falta de recursos financeiros, esta empreitada durou apenas cerca de três meses. Participou do Congresso do PL realizado em Rivera, em abril de 1933. Mesmo exilado, Ripoll continuou conspirando, a fim de organizar um levante para derrubar o governo de Flores da Cunha. Isto não era bem visto pelos demais libertadores, como Pilla, que já esperavam a anistia para voltar ao Brasil e participar das próximas disputas eleitorais.

O interventor Flores da Cunha teria interceptado uma carta de Ripoll, em que este dizia ser necessária a morte de Flores, de qualquer maneira. Poderia ser um tiro, uma bomba de dinamite em seu automóvel ou um veneno qualquer na comida. Waldemar foi encontrado morto no dia 31 de janeiro de 1934, na casa onde morava, em Rivera. O seu crânio havia sido esfacelado a golpes de machado. Waldemar Ripoll não chegou a completar 28 anos de idade.<sup>4</sup>

Mem de Sá nasceu em Porto Alegre, no dia 10 de maio de 1905. A seu respeito encontramos uma síntese biográfica:

“Formou-se pela Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1928, depois de ter sido aprovado em 1922 para a Escola Militar do Realengo, que não chegou a cursar por haver tomado parte na revolta de 5 de julho daquele ano. Em 1923 lutou ao lado dos federalistas no Rio Grande do Sul e em 1928 participou do Congresso de Bagé, no qual foi fundado o Partido Libertador. Ligado à Aliança Liberal em 1930, acompanhou seu partido em 1932 ao lado da Revolução Constitucionalista de São Paulo. Exerceu o jornalismo entre 1933 e 1937, dirigindo nesse período o *Estado do Rio Grande*, órgão oficial do Partido Libertador. Em 1947 elegeu-se deputado estadual pelo Partido Libertador, reelegendo-se em 1950. Suplente do senador Armando Câmara, eleito em 1954, assumiu o mandato em 1956, quando o titular da cadeira renunciou. Novamente senador em outubro de 1962, apoiou o movimento de 1964 e, em 1966, já filiado à ARENA, ocupou a pasta da Justiça, do governo Castelo Branco, sucedendo a Juraci Magalhães. Exonerou-se em julho daquele ano, reassumindo até 1971 o mandato de senador, e foi então nomeado pelo presidente Médici ministro do Tribunal de Contas da União.”<sup>5</sup>

Mem de Sá exerceu este último cargo entre 1971 e 1973. Faleceu no Rio de Janeiro em 1989.

Armando Fay de Azevedo, trabalhou também no *Diário de Notícias*, e foi, conforme Vianna Moog, no ginásio, o aluno mais brilhante da turma. Pertencia a Liga Eleitoral Católica. Participou do Congresso do PL, em Rivera, no Uruguai, em abril de 1933, defendendo os postulados da Liga. Anor Butler Maciel abraçou o integralismo após a Revolução Constitucionalista. Ele presidiu a sessão inauguração da Ação Integralista

---

<sup>4</sup> Este resumo biográfico foi retirado de RANGEL, Carlos R. R. *Crime e castigo: conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-1938)*, Passo Fundo, UPF, 2001.

<sup>5</sup> LIMA, Valentina da Rocha. *Getúlio – uma história oral*. 2 ed. Rio de Janeiro, Record, 1986, p. 296-297.

Brasileira em Porto Alegre, no início de 1934. Mário de Sá trabalhou também no *Correio do Povo*.

## 2. 2. O surgimento do *Estado do Rio Grande*

Tendo apresentado os responsáveis pelo órgão oficial do PL, passaremos a sua análise. Antes, porém destacamos uma palavra de Francisco Rüdiger, em relação à campanha eleitoral e à imprensa partidária:

“O papel dos jornais era por demais importante nos períodos de campanha eleitoral, na medida em que não havendo na época as facilidades de hoje, constituíam-se, ao mesmo tempo, para superar as dificuldades de comunicação, e manter a unidade do partido. A sobrevivência das candidaturas dependia da publicidade sustentada pelos periódicos, controlados pelas cúpulas partidárias, que assim continham as tendências dissidentes da agremiação.”<sup>6</sup>

O jornal *Estado do Rio Grande* tem o seu primeiro número publicado no dia 14 de outubro de 1929, com uma edição de 32 páginas. Normalmente o diário tinha 12 páginas e nas segundas-feiras a edição trazia 16 páginas, pois não circulava aos domingos. Na capa desta primeira edição, Assis Brasil escreveu que tinha confiança no êxito do jornal, destacou o formato cômodo para leitura, para o transporte e para o arquivamento. O jornal era um tablóide, diferentemente do tradicional formato *standart*. Assis Brasil exaltou a tipografia, a informação comentada e a figura do diretor, Dr. Raul Pilla. Diz que é um órgão legitimamente democrático. Referindo-se ao programa do PDN e do PL, fala do Decálogo da Democracia, proclamado no Rio Grande do Sul, na fundação do Partido Libertador, e no Rio de Janeiro, na fundação do Partido Democrático Nacional. Finaliza o artigo dizendo “Jornal de título sóbrio, majestoso na simplicidade, irá crescer até se confundir com a terra que o nome designa e a gente que a habita e trabalha.”<sup>7</sup>

Este primeiro número traz ainda a saudação dos deputados federais Plínio Casado e Batista Lusardo e a transcrição de uma pequena parte de um discurso do deputado federal por São Paulo, Francisco Morato, do Partido Democrático, intitulado *Pela*

<sup>6</sup> RÜDIGER, Francisco, Op. cit., p. 33.

<sup>7</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 14 out. 1929, p. 1, AHMMV.

*liberdade ou pela revolução*. O editorial, que traz o título *Contra a Constituição*, diz que o presidente Washington Luís está impondo o candidato de sua preferência pessoal, sendo que a Carta Magna expressava que seriam eleitos pelo sufrágio direto da nação, o presidente e o vice-presidente da República. Percebe-se neste primeiro editorial o tom que irá predominar no periódico nesta fase: críticas ao governo federal e apologia da candidatura Vargas. Isto é compreensível, pois se trata de um jornal partidário e, por isso, também panfletário.

Finalizando a análise sobre a primeira edição do jornal, creio ser importante destacar alguns pontos do programa do nascente periódico, publicado também no editorial do n.º 2, no dia seguinte:

“Propondo-se defender o programa e a ação do Partido Libertador, o ESTADO DO RIO GRANDE vem exercer uma função definida no seio da sociedade rio-grandense. Será um posto de combate e uma tribuna de doutrina (...)

O ESTADO DO RIO GRANDE é, pois, um órgão de partido e disso faz o seu mais honroso brasão. Mas órgão de partido, somente, e não de facções. Pugnará sinceramente, tenazmente por um sistema de idéias – as que se compreendiam no programa libertador e democrático – amparará na luta os homens que sustentam essas idéias, e não esquecerá nunca que a finalidade das agremiações políticas transcende o âmbito restrito da organização partidária, para se inspirar nos supremos interesses da nação e, muitas vezes, nos da própria humanidade.

Entretanto, a sua feição política não absorverá, no ESTADO DO RIO GRANDE, as demais funções da imprensa moderna. A informação é alma do jornal. Informar é ensinar, é deleitar, é criticar, é combater. Nenhuma das manifestações da atividade humana em nossa terra escapará à investigação do jornal, nos limites das suas possibilidades. E nessa tarefa procuraremos ser sempre imparciais e verdadeiros, sem o que a informação passa a ser deformação e embuste.”<sup>8</sup>

A união dos partidos políticos no Rio Grande do Sul em torno de Vargas é abordada no segundo número do jornal. Editado com 16 páginas, traz um artigo assinado por João Giuliano, intitulado *Frente Única*. Nesse texto o articulista exalta as figuras de Getúlio Vargas e Assis Brasil, chamando-os, respectivamente, dos irmãos e personagens bíblicos Arão e Moisés “de uma nova Bíblia em que ambos ora se inspiram, e em que se inspirará, d’oravante, a nacionalidade: a Bíblia do Liberalismo (...).”<sup>9</sup> Afirma ainda que a união das duas correntes partidárias rio-grandenses é um verdadeiro milagre. Realmente, após

<sup>8</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 14 out. 1929, p. 3, AHMMV.

<sup>9</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 15 out. 1929, p. 5, AHMMV.

a Revolução de 1923 e os trinta anos de dicotomia política no estado, apontava para uma imensa dificuldade de união entre republicanos e federalistas, agora libertadores. Embora, sabemos que os últimos eram formados por muitos quadros oriundos do PRR e pelos simpatizantes de Assis Brasil. A mudança de pensamento das oposições e a nova geração de republicanos contribuíram para a união dos partidos. O novo momento político vivido no estado é visto nas próximas edições do jornal. Os editores comentam a proposta de orçamento estadual para 1930, apoiando-a. Vê-se aqui um Legislativo de maioria republicana sendo elogiado pelo periódico oposicionista.

O jornal comenta esta união em torno da candidatura liberal. “Marca o advento de uma nova mentalidade política, cria as condições psicológicas necessárias ao exercício normal do regime representativo”. Destaca a dicotomia vigente no Rio Grande do Sul até então, enquanto nos outros estados vigorava o monopartidarismo e o pluripartidarismo. A Frente Única propiciou o fim do ódio mútuo entre os políticos gaúchos. “Podemos e devemos divergir, já não nos podemos odiar.”<sup>10</sup> Ao contrário dos outros estados, o Rio Grande do Sul era o único, na época, em que a oposição estava organizada em um forte partido político. Nas demais unidades federativas, vigorava a força monolítica dos partidos republicanos estaduais ou, em situações mais raras, as oposições estavam divididas em pequenas agremiações políticas com pouca força.

O programa da Aliança Liberal era muito comentado pelo jornal. Seu terceiro número circulou apenas no dia 24 de outubro, também com 16 páginas. Raymundo G. Vianna conclui um artigo iniciado na edição anterior. *A caminho da Nova República* destaca os objetivos da campanha liberal: “1º - interferência direta do povo na escolha dos representantes; 2º - decretação da anistia; 3º - revisão das leis contra a liberdade de pensamento e 4º - reforma eleitoral para moralizar o voto.”<sup>11</sup> O articulista diz que apóia o voto secreto, se a maioria da nação assim o deseja. Percebemos aqui as propostas conservadoras da aliança, limitadas a questões políticas, sem envolver-se em assuntos econômicos e sociais. A reforma eleitoral era defendida diante do sistema vigente, que proporcionava toda sorte de fraudes.

---

<sup>10</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 08 nov. 1929, p. 3, AHMMV.

<sup>11</sup> *Idem*, 24 out. 1929, p. 7

A luta pela anistia e pela liberdade de expressão eram causas levantadas desde o início do governo Washington Luís, como demonstra Edgard Carone<sup>12</sup>. Havia centenas de brasileiros no exílio, devido aos movimentos revolucionários iniciados no Forte de Copacabana em 1922, passando pelos movimentos armados no Rio Grande do Sul (1923) e São Paulo (1924) e culminando com a Coluna Prestes, auto-exilada na Bolívia em 1927. O estado de sítio que vigorou no quadriênio Artur Bernardes (1922-1926) tinha asfixiado as oposições. Washington Luís representava uma esperança de mudança, que não ocorreu em sua plenitude.

A democracia, apresentando o regime francês como exemplo, é defendida no editorial *Pelo regime democrático* e, no 6º número, a opinião do editor, intitulada *Requinte de prepotência* critica a reforma do regimento interno da Câmara dos Deputados, porque exclui a minoria das comissões técnicas e cerceia os debates parlamentares.<sup>13</sup> Os libertadores no Rio Grande do Sul, os democráticos em São Paulo e os demais opositores, eram minoria frente aos republicanos dos vários estados da federação.

O *Estado do Rio Grande* mostrou que havia um grupo de políticos gaúchos não alinhados a Frente Única. O artigo publicado na capa do jornal, com data de 1º de outubro e com o título *O manifesto dos federalistas ao RS – Triste documento de psicologia política*, era “assinado” por A. de Moraes Fernandes, José Júlio Silveira Martins e Paulo Labarthe e fora escrito em São Paulo. Defende a candidatura de Júlio Prestes e Vital Soares e a chapa de deputados e senador da União Nacional. Acusa a Aliança Liberal de ter faltado com a palavra empenhada a Washington Luís.<sup>14</sup>

A resposta veio no artigo intitulado *O manifesto dos três federalistas*, numa alusão aos signatários do texto, procurando inclusive ressaltar que eram apenas três. O autor escreve dizendo que eles estavam afastados da atividade partidária do Rio Grande do Sul, por motivos de ordem pessoal e que tinham desaparecido do cenário político gaúcho. Diz o autor que o Partido Federalista havia resolvido, no Congresso de Bagé, integrar-se ao Partido Libertador. “O Partido Federalista continuava a existir, apenas identificando as suas

---

<sup>12</sup> CARONE, Edgard. *República velha: evolução política*. São Paulo, DIFEL, 1971, p. 393-397.

<sup>13</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 28 out. 1929, p. 5, AHPAMV.

<sup>14</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 29 out. 1929, p. 1, AHPAMV.

aspirações com os reclamos dos demais opositores gaúchos.”<sup>15</sup> Para o autor, o PL era uma unidade política indestrutível. Afirma que os três “federalistas” não compareceram ao Congresso de Bagé e nem protestaram contra o compromisso assumido pelo Partido Federalista. Não falaram em nome dos federalistas. Tinham se transformado em aliados dos inimigos do Rio Grande do Sul, que planejavam o seu aniquilamento. O artigo não é assinado, provavelmente foi escrito pelos editores do jornal.

A esse respeito, é natural não haver unanimidade. Sabe-se que os federalistas de Santana do Livramento foram contra a absorção do seu partido pelo PL em 1928 e a conseqüente extinção do PF. O fato de apoiarem a candidatura “oficial”, ou seja, de Júlio Prestes, não surpreende, pois em 1922, quando Borges e o PRR apoiaram Nilo Peçanha, na chamada Reação Republicana, os federalistas apoiaram o candidato situacionista, Artur Bernardes. O que valia mais era ser contra os “chimangos”, independente de quem estivesse do outro lado. Esta devia ser a lógica dos “três federalistas”, que, provavelmente representava um pequeno grupo no Rio Grande do Sul, até porque os números “oficiais” deram pouco mais de mil votos a Prestes em todo o estado.

Em tom de campanha eleitoral, o editorial *O Feudalismo na Federação* afirma que não há igualdade dos cidadãos perante a lei e nem igualdade dos estados perante a federação. Acusa o governo central de dominar o país através de dois ou três estados federativos, ou mais exatamente, através de duas ou três oligarquias estaduais. Diz que a Aliança Liberal levantou-se contra esse estado de coisas e o Rio Grande do Sul, que nunca dera um presidente da República (esqueceram de Hermes da Fonseca), aceitou a luta contra o domínio da oligarquia paulista, sustentando a candidatura de Vargas, proposta por Minas Gerais. Termina dizendo que um dos aspectos mais importantes da campanha liberal é a luta do nacionalismo contra o regionalismo, do federalismo contra o feudalismo.<sup>16</sup> O editorial *A força da Aliança* defende a candidatura liberal. Diz que no início era um simples movimento de revolta contra a prepotência do Catete, depois se constituiu num conjunto de idéias. Afirma que o nome não importa, se Júlio Prestes assumisse os compromissos liberais, votariam nele.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 04 nov. 1929, p. 3, AHMMV.

<sup>16</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 30 out. 1929, p. 5, AHPAMV.

<sup>17</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 01 nov. 1929, p. 5, AHPAMV.

A candidatura da Aliança Liberal é apresentada como “uma reação contra a indébita intromissão do presidente da República na escolha do próprio sucessor”. O jornal diz que Washington Luís *impôs* (grifo nosso) o nome de Júlio Prestes a 17 estados, enquanto Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, o governador mineiro, *sugeri* (grifo nosso) o nome de Getúlio Vargas, porque lhe parecia reunir as melhores condições para a “reação vitoriosa.”<sup>18</sup> *Atitude completa*, comenta decisão dos fazendeiros paulistas de não apoiarem o candidato Júlio Prestes, mas afirma que é preciso uma atitude completa, ou seja, o apoio a Vargas.<sup>19</sup>

A relação entre a economia e a política é abordada pelo ERG no último dia de outubro. O jornal critica a falta de articulação entre ambas. Lembramos que, dois dias antes, havia ocorrido a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, a “quinta-feira negra”, culminando na Grande Depressão e na crise econômica nos anos subsequentes. Os historiadores explicam que isto não influenciou diretamente o processo revolucionário de 1930, pois as conseqüências da crise mundial ocorreram mais tarde, já no governo Vargas. O editorial *O fator político da crise* aborda a crise do café como resultado de uma má política do governo federal.<sup>20</sup> No entanto, a Aliança Liberal não tinha uma proposta econômica diferenciada da de Washington Luís. Quando no governo, Vargas, em linhas gerais, não mudou a política econômica, especialmente quanto à defesa do café.

Através do editorial *Exploração inepta*, o jornal comenta que a campanha de Júlio Prestes semeava intrigas e calúnias. Teriam dito que os libertadores desejavam afastar Assis Brasil da chefia do partido e entregá-la ao deputado Batista Lusardo. Chama de “invenção torpe e ridícula.”<sup>21</sup> Acusa o “federalista” Moraes Fernandes de ter inventado a notícia.

A relação entre o Congresso Nacional e o Executivo federal é comentada pelo editorial *A Decadência do Congresso*. Afirma que o Poder Legislativo está debilitado e subserviente ao Executivo.<sup>22</sup> Defende o voto secreto como uma das maneiras de depurar o Congresso Nacional, de modo que este pudesse eleger o presidente da República. O

---

<sup>18</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 23 nov. 1929, p. 3, AHPAMV.

<sup>19</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 26 nov. 1929, p. 5, AHMMV.

<sup>20</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 07 nov. 1929, p. 5, AHMMV.

<sup>21</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 05 nov. 1929, p. 5, AHMMV.

<sup>22</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 09 nov. 1929, p. 5, AHMMV.

tema da eleição indireta do Executivo federal será recorrente no jornal. É uma das principais bandeiras da reforma política defendida pelos libertadores, nessa época.

No dia 11 de novembro de 1929, em matéria de capa, com fotografias, coisa rara no jornal, o destaque é a visita a Porto Alegre, do político baiano José J. Seabra (1855-1942). Ex-deputado federal e senador, duas vezes governador da Bahia (1912-1916 e 1920-1924), candidato à vice-presidente da República na chapa de Nilo Peçanha, derrotada por Artur Bernardes em 1922, J. J. Seabra era presidente de honra do Comitê Central da Aliança Liberal. Em discurso, proferiu: “Uma causa capaz de operar um milagre como a frente única rio-grandense não poderá de maneira alguma ser vencida (...) Assis Brasil merece a consagração do povo brasileiro pelo seu apostolado democrático, de tão fecunda repercussão na consciência nacional.”<sup>23</sup> Na mesma edição, há um destaque sobre a eleição de Flores da Cunha para o Senado. Esta eleição extemporânea, ocorrida no dia 10 de novembro de 1929, realizou-se porque Carlos Barbosa Gonçalves, do PRR, ex-governador do estado (1908-1913), eleito para o Senado em 1920 e reeleito em 1926, renunciou ao mandato. O deputado federal Flores da Cunha, do mesmo partido, foi candidato único e teve seu nome sufragado.

A concentração de forças militares no Rio Grande do Sul no final de 1929 é comentada pelo ERG. O editorial intitulado *Uma interpelação* afirma que Washington Luís está preparando uma ação militar contra o Rio Grande do Sul e cobra do presidente da República uma eleição decente. O editorial *A nota do Catete* comenta mensagem oficial de Washington Luís, onde o presidente diz que já havia plano de concentrar forças militares nos estados do Sul e que o fato nada tem a ver com o momento político nacional.<sup>24</sup> O autor destaca a importância da opinião pública, neste caso, o próprio jornal *Estado do Rio Grande*, no episódio. O jornal continua criticando a nota oficial da presidência da República, dizendo que o povo teme quando o governo quer “garantir a ordem.”<sup>25</sup> O editorial *Os nossos vizinhos*, faz um comentário acerca da concentração destes efetivos militares nas fronteiras do sul do Brasil e o possível estranhamento dos países vizinhos, dizendo que Washington Luís prepara-se para uma guerra civil.<sup>26</sup>

---

<sup>23</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 11 nov. 1929, p. 1, AHMMV.

<sup>24</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 12 nov. 1929, p.5, AHMMV.

<sup>25</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 13 nov. 1929, p.5, AHMMV.

<sup>26</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 20 nov. 1929, p. 5, AHMMV.

Na véspera do feriado em homenagem a Proclamação da República, o jornal traz na matéria de capa, a notícia de que o ex-presidente da República, o paraibano Epitácio Pessoa, aconselha Júlio Prestes e Getúlio Vargas a afastarem suas candidaturas, num acordo patriótico. Porém, se não houvesse reconciliação, ele ficaria com a Paraíba. Disse ainda que Prestes, era apenas o candidato de Washington Luís, não era dos estados aliados e nem dos seus governadores. O editorial com o título *Julgamento presidencial*, comenta a manifestação de Epitácio Pessoa.<sup>27</sup> Concorda com as críticas que ele faz a Washington Luís, mas discorda da falta de compromisso dele com a totalidade do programa da Aliança Liberal.

O *Estado do Rio Grande* trouxe um tema político muito caro aos libertadores. A eleição para intendente de Santa Cruz do Sul, vencida pelo candidato do PL, mas que foi anulada pelo Conselho Municipal. O Superior Tribunal do Estado reconheceu a improcedência do ato anulatório e mandou que a junta apurasse o pleito. No entanto, até aquela data a junta não tinha se reunido para tal finalidade. O título deste editorial é *Traição*.<sup>28</sup> Na matéria de capa do dia 25 de novembro, este assunto é concluído, onde se destaca a posse dos candidatos libertadores a Intendência, Vice-Intendência e no Conselho de Santa Cruz do Sul, pondo um fim na pendência eleitoral. A questão eleitoral no município de São Gabriel é tema do editorial *Perdifficilis et obscura quaestio...*, que comenta a procrastinação do mesmo tribunal com relação a um recurso eleitoral.<sup>29</sup>

Os libertadores não eram tão democráticos quanto apregoavam e *liberdade* era um conceito muito relativo. O editorial intitulado *O perigo vermelho* aborda manifestações de comunistas em Porto Alegre e, segundo o jornal, a necessidade de bons governantes para extirpar este mal que aflige a humanidade. O anticomunismo já era uma realidade na sociedade brasileira. O PCB, criado em 1922, estava na ilegalidade. Os políticos gaúchos, representantes das oligarquias, não aceitavam as idéias socialistas, como ficou demonstrado no repúdio ao manifesto de Luís Carlos Prestes, que veremos adiante.

O jornal comenta erros do governo federal.<sup>30</sup> Fala de irresponsabilidade jurídica, política e econômica. A crise do café demonstrou a falta de responsabilidade dos governos de São Paulo e da União e a Constituição não permitia a

<sup>27</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 16 nov. 1929, p. 5, AHPAMV.

<sup>28</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 22 nov. 1929, p. 5, AHMMV.

<sup>29</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 29 nov. 1929, p. 5, AHPAMV.

<sup>30</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 27 nov. 1929, p. 5, AHMMV.

substituição do presidente. Surge mais uma alusão ao regime parlamentarista, que predominava entre os libertadores de origem federalista. No dia 28 de novembro, o editorial continua o assunto do dia anterior, fazendo uma análise da situação sob um hipotético regime constitucional preconizado pelo PL, ou seja, parlamentarista.

Infelizmente, entre os dias 1º de dezembro de 1929 e 28 de fevereiro de 1930, não encontramos todos os exemplares do jornal. Localizamos apenas alguns números esparsos, que serão analisados adiante. Lamentamos, pois, à medida que se aproximava a data do pleito presidencial, marcado para 1º de março de 1930, seria importante analisar a manifestação do jornal, devido ao “aquecimento” da campanha.

Foi nesse período que ocorreu o encontro de Luís Carlos Prestes com líderes da Aliança Liberal. Segundo Hélio Silva, o exilado chefe revolucionário veio da Argentina, via território uruguaio, entrando no estado por Jaguarão. Encontrou-se com Osvaldo Aranha em sua chácara no bairro Tristeza, na capital, e foi recebido no palácio, por Getúlio Vargas. Teria sido oferecido a Prestes a chefia militar da revolução, uma vez que já pressentiam a derrota eleitoral, sendo já tramado um movimento armado. Na ocasião, Prestes teria recebido de Aranha um falso documento de identidade com o nome Manuel de Sousa e, através de um banco em Buenos Aires, a quantia de 800 mil cruzeiros.<sup>31</sup> Infelizmente não localizamos exemplares do *Estado do Rio Grande* deste período, mas obviamente o jornal não iria se manifestar a esse respeito, pois o encontro, além de ilegal, pela situação de Luís Carlos Prestes, deve ter sido altamente sigiloso. Mas isso demonstra que já havia uma idéia revolucionária, bem antes das eleições.

Na edição de 26 de dezembro de 1929, há uma nota intitulada *A mulher brasileira está com o liberalismo*, onde se extrai uma notícia do jornal *A Batalha*, em que uma gaúcha chamada de Dra. Natércia da Cunha Silveira diz que “conhecedora do feitio da gente da sua terra, dir-se-á que o Sr. Getúlio Vargas, na presidência da República, não mentirá às aspirações populares, não será o malogro das esperanças de sua pátria.”<sup>32</sup> Pelo que o jornal publicou mais adiante, esta nota, numa época em que o sufrágio feminino ainda não existia no Brasil, era para incentivar a participação feminina, no sentido do próprio

---

<sup>31</sup> SILVA, Hélio, O fim da Primeira República (1927-1930) *História da República Brasileira*. V. 7, São Paulo, Editora Três, 1998, p. 126,127. O livro cita “800 mil cruzeiros”, embora na época a moeda chamava-se réis. Acredito que houve um erro de transcrição entre a 1ª edição e a edição por nós utilizada.

<sup>32</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 26 dez. 1929, p.3, NUPERGS.

envolvimento das mulheres na campanha liberal. Essa edição falava ainda da anistia que o governo não concluía, a fim de restituir os brasileiros exilados. Ressaltou que na Aliança Liberal, os nomes não importam, mas sim os princípios. Maria Cecília Kanan ressalta, baseada no jornal do dia 2 de dezembro daquele ano, cujo exemplar não encontramos, que o voto feminino fazia parte do programa do Partido Libertador.<sup>33</sup>

Na última edição de 1929, o jornal publicou um artigo assinado por Waldemar Ripoll, intitulado *A missão da Aliança*. Nele, o autor condena o excesso de personalismo na política brasileira, “um processo faccioso de eleição e reconhecimento.”<sup>34</sup> Explica que o a centralização no chefe do poder executivo federal, de maneira discricionária, intervém nos processos eleitorais como bem entende e não encontra quem o impeça. Diz que “há quatrienalmente o império de um senhor feudal”. Cita como exemplo de reação a esse quadro a campanha civilista de 1910, quando os federalistas apoiaram a candidatura presidencial de Rui Barbosa, opondo-se ao candidato da situação, na ocasião, o vitorioso marechal Hermes da Fonseca. Conclui dizendo que a responsabilidade do aliancismo brasileiro vai muito além do pleito de 1º de março.

No início de 1930, ocorreram várias agitações devido à campanha eleitoral, em algumas ocasiões inclusive com feridos e mortos. Hélio Silva informa que:

“Os meses de janeiro e fevereiro não foram menos agitados. As caravanas democráticas percorriam o país, seguindo as trilhas da revolução porque ‘no rastro da Coluna ficava a Esperança’. Os comícios muitas vezes degeneravam em conflitos. Em tudo e em todos havia esse contraste entre os que acreditavam em uma solução decidida nas urnas e aqueles mais moços e ardorosos, descrentes da diretriz pacifista, envolvendo-se já nas malhas da conspiração.”<sup>35</sup>

O mesmo historiador escreveu que Vargas recomendava aos políticos que discursavam nos comícios, nas caravanas que percorriam o norte e o centro do país, que não pegassem a revolução. Mas, conforme o público que estava presente, os oradores usavam este recurso, invocando o nome de Luís Carlos Prestes, pela alcunha de Cavaleiro da Esperança, como ficara conhecido.

<sup>33</sup> KANAN, Maria C. In: op.cit. p. 361.

<sup>34</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 30 dez. 1929, p. 5, NUPERGS.

<sup>35</sup> SILVA, Hélio. Op. cit, p. 138.

Nos três estados aliancistas os comícios eram festejados, mas nos demais estados, as manifestações nem sempre eram amistosas. Em Natal, houve dois mortos. Em Vitória, a 13 de fevereiro de 1930, o episódio mais grave da campanha. Um tiroteio de duas horas e mais de cem vítimas, entre mortos e feridos. Em Minas Gerais, outro incidente muito sério porque envolveu o vice-presidente da República e candidato ao governo do estado, Melo Viana. Este havia rompido com Antônio Carlos, devido a divergências na escolha do candidato à sucessão estadual, e apoiava Júlio Prestes. No dia 6 de fevereiro de 1930, em Governador Valadares, uma confusão seguida de tiroteio deixou seis mortos e nove feridos, entre eles o vice-presidente da República.<sup>36</sup>

Nos primeiros dois meses de 1930 a campanha eleitoral ganhava o rumo final. Na edição do dia 31 de janeiro, a um mês das eleições, o *Estado do Rio Grande* publicava o editorial *A Victoria*. Falava das extraordinárias manifestações populares em todos os quadrantes do país, mas ressaltava a distância entre estas e o resultado das urnas, devido às fraudes. Destaca o brado de alerta de Minas Gerais, o milagre da unificação político-partidária no Rio Grande do Sul e a coragem da pequena Paraíba. Cita o sucesso da campanha liberal em São Paulo, no Rio de Janeiro e no norte do país. Conclui, destacando esse aspecto nacional alcançado pela candidatura Getúlio Vargas/João Pessoa.

No editorial *Irresponsabilidade*<sup>37</sup>, o jornal diz que, no programa do PL, o presidente de República seria escolhido por um Congresso Nacional eleito pelo voto secreto de todos os cidadãos com maioria cívica, para ser o chefe da Nação, o mediador e árbitro entre os partidos. Não explica se entre os cidadãos com maioria cívica, estariam as mulheres. O Poder Executivo seria constituído estritamente pelos ministros, dependentes da confiança do Parlamento, a quem deveriam dar conta dos seus atos. Se fosse reconhecido o erro e verificado o fracasso de um plano de governo, este seria abandonado e os seus autores forçados a deixar o governo. Este é, em resumo, o modelo misto, nem um parlamentarismo puro e nem um presidencialismo, proposto pelos libertadores naquele momento.

A uma semana das eleições, o editorial *O mal constitucional*, comentava sobre a visita de um professor francês a Argentina, onde este criticava o modelo presidencialista do país vizinho. O autor diz que muito mais impressionado ficaria o mestre

---

<sup>36</sup> SILVA, Hélio. Op. cit, p. 138-142.

<sup>37</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 20 fev. 1930, p. 5. NUPERGS.

francês com o modelo brasileiro. A conclusão do editorial é interessante, pois já se menciona a palavra revolução: “O remédio para nos salvar dessa degenerescência está numa revolução, pacífica ou *cruenta* (grifo nosso), que, entre outras cousas, nos traga a remodelação do mecanismo constitucional de acordo com o programa do Partido Libertador e com as idéias desde os primeiros anos da República sustentadas por Assis Brasil.”<sup>38</sup>

Com a análise deste editorial, completa-se o primeiro período proposto para este trabalho. Desde o lançamento do jornal, em outubro de 1929, até a eleição presidencial entre Getúlio Vargas e Júlio Prestes, ocorrida no dia 1º de março de 1930. Neste período vemos o Partido Libertador, através do seu órgão oficial, completamente engajado na campanha liberal. Sobram elogios ao candidato da oposição e críticas, muito severas, ao presidente Washington Luís e ao seu candidato. No entanto, como foi exposto nos textos do jornal, não há uma defesa exacerbada do nome de Vargas, não há uma apologia ao candidato, o que percebemos é que há a defesa de um projeto, chamado de liberal.

Outro destaque desta época no *Estado do Rio Grande* era uma espécie de propaganda eleitoral. Em pequenos quadros publicados na capa e nas páginas internas, há frases convocando os cidadãos gaúchos ao alistamento eleitoral e ao voto nos candidatos da Frente Única. Isto aparece em todo o período de campanha eleitoral. Como exemplo: “És rio-grandense? Honra as tradições de tua terra e de tua gente. Alista-te e vota em Getúlio Vargas e João Pessoa”; “Como rio-grandense tens o dever de ser bom cidadão. Como bom cidadão, tens que ser eleitor. Alista-te, pois, e vota em Getúlio Vargas e João Pessoa”; e “Rio-grandense! Cumpre o teu dever de cidadão: alista-te para prestigiar com o concurso do teu voto a campanha regeneradora da República”. Estes anúncios mostram o caráter panfletário do *Estado do Rio Grande*, típico de uma imprensa partidária, comum na época.

Como vimos, o papel dos libertadores e do seu jornal, neste período, foi importante para o sucesso da campanha liberal no Rio Grande do Sul. Lembramos da Campanha Civilista de 1910 quando os federalistas apoiaram Rui Barbosa, contra o gaúcho Hermes da Fonseca, apoiado pelo PRR. Também em 1922, os federalistas, contrariando os republicanos, votaram no candidato do Catete, Artur Bernardes, contra o “dissidente” Nilo Peçanha. O que importava era votar contra o candidato de Borges de Medeiros. Agora, o

---

<sup>38</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 23 fev. 1930, p. 5, NUPERGS.

estado vivia um novo tempo. Pode-se dizer que, com algumas exceções, quase todos os libertadores votaram em Getúlio Vargas. Em 1930, os libertadores e o velho Borges de Medeiros estavam do mesmo lado, pela primeira vez.

No próximo capítulo abordaremos o período entre a eleição de Júlio Prestes e a posse de Getúlio Vargas, como chefe do governo provisório, decorrente da Revolução de 1930.

### III – A CONSPIRAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Neste capítulo, abordaremos o período entre 1º de março e 3 de novembro de 1930, isto é, entre a eleição vencida por Júlio Prestes e a posse de Getúlio Vargas na chefia do governo provisório. É uma fase conturbada, pois toda a trama revolucionária é desenvolvida neste momento. Foram sete meses de avanços e recuos, de entusiasmo e decepções. Nos dias seguintes às eleições o jornal publicava os números favoráveis à Aliança Liberal, fazendo crer que a vitória era possível. Mas ao mesmo tempo noticiava fraudes em diversos lugares do país, apontando para os vícios do sistema eleitoral vigente. Publicava manifestos de líderes como Borges de Medeiros, Luís Carlos Prestes, Juarez Távora e do próprio Getúlio, onde o jornal reivindicava a manutenção da Frente Única e da própria Aliança Liberal, talvez pensando já na esfera de atuação legislativa. Com o fracasso nas urnas, surgem alusões veladas e, às vezes nem tanto, à revolução.

A eleição das bancadas estaduais oposicionistas é um tema frequente no jornal neste período. Ocorre uma defesa calorosa da bancada paraibana, que não foi reconhecida pela Junta Apuradora, deixando de fora todos os deputados federais eleitos pelo estado, pois eram da Aliança Liberal. A junta reconheceu somente os candidatos situacionistas. O mesmo ocorreu com o senador eleito pelo estado nordestino. Também a bancada liberal eleita por Minas Gerais não foi reconhecida, somente os candidatos da Concentração Conservadora, a dissidência liderada por Melo Viana. O jornal vai alternando críticas ao governo federal com propostas do PL, como a eleição do presidente da República pelo Congresso Nacional, entre outras.

Num determinado momento, em meados de abril ou maio, percebe-se um esfriamento da conspiração revolucionária. Borges de Medeiros havia reconhecido o resultado das urnas e permanecia calado no interior de Cachoeira do Sul. Antônio Carlos também não se manifestava. O próprio Getúlio parecia não saber que rumo tomar. A morte de Siqueira Campos, em desastre aéreo, e a adesão de Luís Carlos Prestes ao comunismo, abandonando definitivamente o movimento revolucionário, deixaram os liberais os perplexos.

Nesse sentido, o jornal intensificou as críticas ao regime soviético e apontava os exemplos da Argentina, da Bolívia e do Peru, onde revoluções haviam derrubado os governos constituídos.

Num momento em que a pregação revolucionária parecia condenada ao ostracismo, o assassinato de João Pessoa, no final de julho, veio fomentar novamente a chama conspiratória. O *Estado do Rio Grande* também usou o crime com essa finalidade, responsabilizando o governo federal pelo ocorrido, colaborando assim para um retorno das agitações. Críticas eram feitas ao governo federal que, segundo o jornal, praticava ações contra a liberdade de imprensa.

Quando estourou a revolução, em 3 de outubro, o jornal celebrou o fato com grande exultação. Nessa fase, acrescentamos ao trabalho algumas fotografias retiradas das páginas do ERG, para ilustrar os estados da federação que estavam aderindo à causa revolucionária. As fotografias eram raras no jornal, um tanto quanto sóbrio. Também nesse período ocorreu o primeiro aniversário do periódico libertador, comemorado com uma edição especial, cuja capa foi reproduzida no trabalho. A deposição de Washington Luís e a posse de Getúlio Vargas foram saudadas, porém, o órgão oficial do PL chama a atenção pelo fato de que, daquele momento em diante, teriam grandes responsabilidades. A propósito da posse de Vargas, como veremos no final deste capítulo, o jornal não comenta a posição particular de Raul Pilla, descrita por Mem de Sá, que também era dirigente do periódico. Para todos os efeitos, o Partido Libertador, naquele momento, apoiava incondicionalmente o líder da Revolução de 1930.

### **3. 1. A eleição e suas conseqüências imediatas**

No dia 1º de março de 1930 realizaram-se as eleições para presidente da República, para o Senado e para a Câmara dos Deputados. Destacamos que além de Vargas e Prestes, o PCB apresentou, através do Bloco Operário e Camponês (BOC), a candidatura à Presidência da República do operário marmorista Minervino de Oliveira e denunciou o caráter reacionário tanto da Aliança Liberal como do movimento revolucionário com o objetivo de derrubar Washington Luís.<sup>1</sup> A candidatura comunista é completamente

---

<sup>1</sup> FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo, Brasiliense, 1970, p. 15.

ignorada pelo jornal dos libertadores. O *Estado do Rio Grande* destacava em manchete de capa: “Realizou-se hoje em todo o país, com extraordinário entusiasmo, o pleito que há de dar ao Brasil um governo democrático.”<sup>2</sup> Através do editorial *Pára a frente!*, o jornal cogitava a hipótese de derrota eleitoral, devido às fraudes e violências. Diz que a eleição é apenas um episódio da luta e a guerra contra o despotismo terá de prosseguir cada vez mais áspere, até a vitória final.

Na capa da edição do dia 3 de março, aparecem quadros com os resultados das eleições nos três distritos eleitorais em que o estado está dividido. Os números da eleição para presidente mostram uma votação maciça em Getúlio Vargas. O editorial *A vitória* acredita que o candidato liberal será vencedor e noticia fraudes na cidade paulista de Piracicaba, dizendo que a nação não se deixará enganar.

A próxima edição do jornal afirma que assim como as monarquias espanhola e italiana estavam caindo, a República consorciada com o despotismo, no caso do Brasil, iria cair mais cedo ou mais tarde. Diz que haverá uma profunda remodelação constitucional (ERG, *Reforma fatal*, 05/03/1930, p. 5). O editorial *O valor da frente única* destaca a união dos dois partidos gaúchos e apresenta o número de votos dos candidatos a deputado federal.<sup>3</sup> O PRR fez 190 mil votos e o PL fez 82 mil votos. O editorial *A propósito da crise francesa*, aproveita para defender o regime parlamentarista, como já ocorrera em outras ocasiões.<sup>4</sup>

A palavra *revolução* começou a ser usada de maneira mais efetiva neste período. O jornal destaca, através do editorial *Em face da revolução*, um manifesto do Partido Democrático paulista, que dizia ser inútil qualquer esforço eleitoral para a regeneração dos costumes políticos brasileiros.<sup>5</sup> Espera-se, se consumir a tragicomédia da eleição, a revolução passará a ser a idéia dominante.

A edição de 10 de março de 1930 trouxe o resultado final da eleição presidencial, em todo o Brasil, sendo que a chapa Getúlio Vargas/João Pessoa fez 839.729 votos e a chapa Júlio Prestes/Vital Soares fez 749.711 votos. O jornal não cita a fonte destes

---

<sup>2</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 01 mar. 1930, p. 1, MCSHJC.

<sup>3</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 06 mar. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>4</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 07 mar. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>5</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 08 mar. 1930, p. 5, MCSHJC.

números.<sup>6</sup> O ERG destaca a vitória dos candidatos liberais e fala do esbulho de que serão vítimas. Os comentários acerca do pleito continuavam. *Insensatez* comenta o escândalo das eleições nos estados reacionários, como São Paulo, dizendo que isto bastaria para justificar um movimento de revolta popular.<sup>7</sup> Destaca o estado da Paraíba, que enfrentou os candidatos do Catete. O caso deste estado trará um problema muito grande ao governo federal, como veremos adiante. O jornal havia comentado sobre a corrupção no governo Washington Luís, através do editorial *Honestidade*.<sup>8</sup> O *Estado do Rio Grande* cita o caso do Banco do Brasil, cujo dinheiro teria servido aos políticos amigos do presidente.

O periódico volta a defender a eleição indireta para presidente da República. Através do editorial *Democracia e eleição presidencial*, o jornal procura explicar, diante do questionamento de que o sistema indireto não era democrático, que a nomeação do sucessor pelo presidente, coisa que ocorria no Brasil desde a proclamação da República, isto sim, não era democrático.<sup>9</sup> Mais uma vez o jornal expõe o sistema eleitoral defendido pelo PL.

O editorial intitulado *Exemplo despropositado* compara a situação entre o Brasil e os Estados Unidos. Lá, o candidato derrotado cumprimenta o vencedor. Aqui, o jornal diz “como saudar a fraude, a corrupção e a violência? Seria uma contradição e baixeza”. E continua:

“Façam eleições de verdade, garantam o alistamento de todos os cidadãos que satisfaçam as condições legais, e somente a estes, dêem todas as facilidades à propaganda política, respeitem a inviolabilidade de consciência do eleitor, contem honestamente os votos, proclamem a vitória o candidato verdadeiramente eleito, seja ele quem for (...).”<sup>10</sup>

Aqui se percebe que o partido já descortinava a fraude eleitoral, mesmo tendo publicado números favoráveis a Aliança Liberal. Na verdade, pouca esperança

---

<sup>6</sup> Acreditamos que tais números também foram publicados em *A Federação*, pois Joseph L.Love informa que a margem de votos obtidos por Vargas em Minas Gerais levou o jornal republicano e, por consequência, o *Estado do Rio Grande*, a declarar a vitória da Aliança Liberal, com uma diferença de 90 mil votos. Cf. LOVE, J. Op. cit, p. 250.

<sup>7</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 12 mar. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>8</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 11 mar. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>9</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 13 mar. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>10</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 14 mar. 1930, p. 5, MCSHJC.

havia nas eleições. Líderes republicanos, como Borges de Medeiros, sabiam que não era possível enfrentar nos pleitos eleitorais, o candidato oficial. Oito anos atrás, o PRR já havia defendido uma candidatura oposicionista, Nilo Peçanha, derrotado por Artur Bernardes.

Em seguida, o responsável pela opinião do jornal explicou que o primeiro motivo pelo qual o PL abraçou a candidatura Vargas foi reagir contra o despotismo de Washington Luís. “A reação não era tanto contra o candidato (Júlio Prestes), como contra o patrono dele e a visceral degeneração do regime que a sua intervenção representava”. Foi “(...) um protesto contra a abusiva intervenção do presidente da república na escolha do seu sucessor,”<sup>11</sup> explica o editorial *A conclusão lógica*. No próximo número do jornal, há um novo comentário sobre as eleições fraudulentas em São Paulo e nos outros estados “reacionários”. Fala da diferença de 200 mil votos a favor de Júlio Prestes, segundo as estatísticas oficiais e conclui “A luta tem de prosseguir sem esmorecimento, até a vitória final (...)”<sup>12</sup>

A liberdade de imprensa é alvo de comentário. O editorial *Regime policial* comenta ato da polícia que intimou diretores de jornais cariocas a moderarem as críticas ao governo federal, sob pena de suspensão.<sup>13</sup> Diz que o país está num regime absolutista. No final deste período, um pouco antes do início da revolução, novas acusações deste tipo aparecerão no jornal.

O jornal reproduz uma entrevista de Borges de Medeiros, onde este afirmou que: “O pleito presidencial, em todo o Brasil, ocorreu lisamente, em perfeita ordem.”<sup>14</sup> Para Borges, o problema da sucessão estava encerrado. É natural para quem, por cerca de trinta anos, foi beneficiado por um sistema eleitoral corrupto, posicionar-se a favor do mesmo. A esse respeito, observa-se que os políticos mais velhos, como Borges de Medeiros, os velhos oligarcas, aceitaram a tradicional recomposição. São os políticos mais jovens que dão impulso ao movimento revolucionário, conseguindo arrastar as figuras tradicionais. Exponentes do PL, como Antunes Maciel, criticaram a entrevista de Borges, mas

---

<sup>11</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 15 mar. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>12</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 17 mar. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>13</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 18 mar. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>14</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 19 mar. 1930, p. 1, MCSHJC.

isto não veio a público, afinal era preciso mostrar que a FUG era um bloco monolítico.<sup>15</sup> Nesse mesmo dia, o editorial *Exploração inepta* comentava a acusação de um jornal do Rio de Janeiro, de que o PL comprometeu a Frente Única, deixando de votar em Firmino Paim F.º para senador. O editor explicou que a FUG foi constituída apenas para os candidatos ao executivo. O Partido Libertador tinha direito de apresentar um candidato ao Senado, mas não o fez. Não havia compromisso dos libertadores com os candidatos republicanos ao legislativo, explicou o jornal.

### 3.2. “Protegendo salteadores”

Já no mês de março, o jornal começou a tratar dos problemas na Paraíba. Os acontecimentos neste estado serão determinantes para o futuro do processo revolucionário. A esse respeito é importante descrever a situação naquele estado:

“A luta de grupos na Paraíba vinha de muito tempo. Eleito governador do Estado, João Pessoa tentou realizar uma administração modernizante, submetendo a seu comando os ‘coronéis’ do interior. Uma de suas preocupações consistiu em canalizar as transações comerciais pelos portos da capital e de Cabedelo, com dois objetivos: garantir o recebimento dos impostos devidos e diminuir a dependência comercial e financeira em relação ao Recife. Suas iniciativas se chocaram com os interesses dos produtores do interior, sobretudo de algodão, os quais negociavam por terra com o Recife e escapavam facilmente à tributação. A divergência de interesses e os ódios pessoais acumulados resultaram na revolta de Princesa, uma cidade do sudoeste da Paraíba, quase no limite de Pernambuco, sob o comando do ‘coronel’ José Pereira, em março de 1930.”<sup>16</sup>

Conforme informa Hélio Silva, José Pereira era “o chefe sertanejo de Princesa (...) tendo cursado a faculdade de direito até o 4º ano, inteligente, amável de trato, viajado, elegera-se deputado estadual em várias legislaturas e fizera deputados federais (...) amigo e compadre de Eptácio Pessoa.”<sup>17</sup> Esta visão acerca do líder paraibano contrasta com a do jornal dos libertadores, onde José Pereira é apresentado apenas como chefe de cangaceiros, como comandante de um “bando” de jagunços. Nisto percebe-se claramente que a visão

<sup>15</sup> Carta de Antunes Maciel a Assis Brasil, 20 mar. 1930, In: TRINDADE, Héglio (Org.). *Revolução de 30: Partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre, L&PM: 1980. p. 54.

<sup>16</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, São Paulo, EDUSP, 2002, 10 ed., p. 323.

<sup>17</sup> SILVA, Hélio. Op. cit, p. 151.

política do ERG se refletia nas opiniões e notícias por ele veiculadas. Isto era uma característica dos jornais partidários.

Aliado a uma política fiscal rigorosa, houve também um componente político. João Pessoa decidiu proibir a reeleição dos deputados federais, para que houvesse renovação nos quadros políticos e para garantir o apoio incondicional da bancada paraibana ao seu governo. Nessa proibição, contudo, ficava de fora o seu primo, Carlos Pessoa. Esta situação provocou a reação da oposição paraibana, já prejudicada pela política tributária do governador. A região de Princesa ficou conflagrada, chegando a proclamar-se independente da Paraíba em 9 de junho de 1930, o que levou o governo federal a cogitar uma intervenção no estado. No entanto, esta intervenção, segundo o periódico libertador, não seria a fim de garantir a ordem, mas para desestabilizar o governo estadual, agora na oposição.

O editorial *O cangaço presidencial* ataca Washington Luís e Júlio Prestes por terem telegrafado ao cangaceiro paraibano José Aparecido Lima, que estava chefiando a desordem naquele estado nordestino.<sup>18</sup> *O pior dos flagelos* diz que os gaúchos não de agir para acabar com a situação política vigente.<sup>19</sup> Percebe-se neste editorial, palavras veladas em direção a um movimento revolucionário, reforçadas pela edição do dia seguinte, onde o editorial *O Rio Grande continuará de pé*, afirma que, unidos a Minas Gerais e a Paraíba, os gaúchos não desistirão da luta.<sup>20</sup>

Uma entrevista de Assis Brasil ao *Estado do Rio Grande* é alvo de comentário, através do editorial *Palavras oraculares*.<sup>21</sup> O entrevistado destacou pontos do programa da Aliança Liberal, como o alistamento eleitoral obrigatório, o voto secreto, a representação proporcional e a independência do Poder Judiciário. Contrariando a entrevista de Borges de Medeiros, publicada no dia 19, diz que a campanha eleitoral não pode considerar-se encerrada, pois não havia apuração e reconhecimento oficiais. Novamente são destacadas apenas questões políticas, sem nenhuma referência aos temas econômicos e sociais, uma vez que o programa liberal não os contemplava.

---

<sup>18</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 20 mar. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>19</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 21 mar. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>20</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 22 mar. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>21</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 24 mar. 1930, p. 5, MCSHJC.

A chegada do deputado federal João Batista Lusardo a Porto Alegre foi noticiada pelo jornal.<sup>22</sup> Juntamente com Assis Brasil e Plínio Casado, Lusardo formava o trio de deputados federais eleitos pelo PL em 1930. No dia seguinte, o editorial *A palavra do Rio Grande* comentava o discurso de Batista Lusardo, proferido na capital gaúcha, no dia anterior.<sup>23</sup>

Na próxima edição, o *Estado do Rio Grande* afirmava que nosso estado não tem duas palavras e que temos uma coerente diretriz histórica. Dizia que os gaúchos cumpririam os compromissos assumidos juntamente com Minas Gerais, com a Paraíba e com os demais liberais.

Conforme ia transcorrendo o mês de março de 1930, os editoriais do jornal seguiam com críticas ao sistema eleitoral vigente e comentavam as declarações dos principais líderes políticos. Um deles, intitulado *Morfina*, dizia que a Aliança Liberal se submeteria ao resultado do pleito, caso este fosse livre e verdadeiro. “A Aliança Liberal tem a obrigação de não se submeter às fraudes e às criminosas violências da eleição.” Critica Borges de Medeiros por ele ter dito que os republicanos continuariam a defender os princípios da Aliança “quando e como entendessem conveniente e oportuno.” Borges ainda teria dito que o PRR tem um programa próprio. O editorial conclui dizendo que as últimas declarações de Borges são como injeção de morfina, para iludir e acalmar o doente.<sup>24</sup> A esse respeito, chamou nossa atenção o uso, nos editoriais, de várias palavras do vocabulário médico. Isto comprova que a grande maioria dos editoriais era escrita pelo médico Raul Pilla, diretor do ERG e vice-presidente do PL.

A situação na Paraíba é comentada em *Reação necessária*.<sup>25</sup> O jornal informa que estados vizinhos, com apoio da União, estavam ajudando os rebeldes, contra o governo do liberal João Pessoa. O periódico acusava o governo federal, dizendo que Washington Luís ajudava os rebeldes, a fim de desestabilizar o governo estadual, para intervir na Paraíba e afastar João Pessoa da chefia do executivo.

---

<sup>22</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 25 mar. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>23</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 26 mar. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>24</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 27 mar. 1930, P. 5, MCSHJC.

<sup>25</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 28 mar. 1930, p. 5, MCSHJC.

*Visão restrita* comenta os que pregam a desistência da luta política, a fim de não prejudicar a economia e as finanças nacionais.<sup>26</sup> O editorial *A frente única*, afirma que “(...) a união dos gaúchos não terminou no dia da eleição. Ainda há a batalha da apuração e do reconhecimento. Foi uma união de idéias que não se desfaz logo.” Dizia que o Partido Libertador não tem interesse na manutenção da FUG. “Declarada extinta a campanha presidencial, extinta estará a Frente Única.” No entanto, no aspecto amplo do programa liberal, a “Frente Única não deverá terminar, pois seria um retrocesso.”<sup>27</sup>

O mês de abril inicia com o jornal publicando um editorial chamado *Holocausto inadmissível*. Ele supõe que os liberais abandonem a luta, uma vez que perderam as eleições. Faz a seguinte pergunta: Iriam entregar os aliados em holocausto? E os correligionários da Paraíba? Enquanto no Rio Grande do Sul se falava em paz com o governo federal, Minas Gerais apertava o cerco e o ataque dos bandoleiros recrudescia na Paraíba. Segue o texto, dizendo que a luta não podia ser abandonada e que a paz seria possível se o governo acabasse com a intervenção disfarçada em Minas Gerais, se desarmasse os bandoleiros da Paraíba e se concedesse plenas garantias às oposições no Rio Grande do Sul.

Uns dias depois, o editorial *Escárnio*,<sup>28</sup> comenta a conduta do governo federal em relação a Paraíba, como sendo criminosa. Diz que armou os cangaceiros e impediu a compra de material bélico pelo governo estadual. Em Minas Gerais, forças federais guarneciam o edifício onde funcionava a Junta Apuradora. Isso constituía uma intromissão do governo federal nas questões de segurança pública, a cargo do governo estadual. Na verdade, o que se conclui é que cada lado queria apurar os votos, a fim de garantir a vitória dos seus candidatos. Do mesmo modo que o Rio Grande do Sul apurou os votos dados a Getúlio Vargas como bem entendeu.

Por ocasião da abertura do ano legislativo de 1930, a bancada mineira ainda não tinha seus deputados reconhecidos. Hélio Silva explica que: “(...) os candidatos da Concentração Conservadora obstaram por todas as maneiras a apuração, a fim de que, esgotado o prazo legal, fossem os livros remetidos para a Câmara dos Deputados. A Junta Apuradora local não chegou a apurar o resultado de um único livro contendo votação para

---

<sup>26</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 29 mar. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>27</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 31 mar. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>28</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 04 abr. 1930, p. 5, MCSHJC

deputados federais.”<sup>29</sup> Ainda em 21 de março, a Comissão de Verificação de Poderes excluiu os nomes dos quatorze deputados mineiros eleitos pela Aliança Liberal. Mais adiante, *O critério político* comenta pronunciamento do deputado mineiro José Bonifácio, proferido em 16 de junho de 1930, que fala do “escandaloso esbulho eleitoral de Minas”. Foram diplomados apenas 14 deputados federais da “Concentração Conservadora”, a dissidência do PRM que apoiou Prestes, deixando de fora outros 14, que apoiaram Vargas.<sup>30</sup>

O editorial *Vingança cruel*,<sup>31</sup> comenta que em todos os estados da federação, exceto Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, a bancada governista na Câmara Federal é maioria. Por isso, o tratamento do presidente da República aos estados oposicionistas é violento. Diz para não provocar a fera em sua jaula, ou seja, para que Washington Luís não perturbasse os estados liberais. *A paz no Brasil*<sup>32</sup> diz que a paz viria somente após uma solução radical. Isto pode ser entendido como uma alusão á revolução.

A edição de 7 de abril de 1930 apresenta o resultado das eleições no Rio Grande do Sul. Getúlio Vargas teria recebido 296.553 votos, contra apenas 1.057 votos de Júlio Prestes. Há também a relação de votos dos candidatos a vice-presidente da República, senador e deputados federais. Pela inexpressiva votação do candidato paulista, pode-se dizer que, no Rio Grande do Sul, a fraude ocorreu pelo lado da Aliança Liberal, o que não era de estranhar, tendo em vista o peculiar sistema de apuração dos votos, vigente à época. Nesse dia, o editorial *Uma mistificação a menos*, já prevendo o resultado oficial favorável ao candidato governista, dizia que não é o povo que elege o presidente, mas o próprio presidente escolhe seu sucessor. Mais uma vez, defendia eleições indiretas e afirmava que as agitações eleitorais tendem a terminar em movimentos armados. O Congresso elegendo o presidente seria uma mistificação a menos.

O editorial intitulado *Contra-revolução* é interessante. Comenta o clima de “braços cruzados” da classe conservadora, que não abraçava a causa revolucionária.<sup>33</sup> Afirma que, na verdade, como os liberais querem o cumprimento da lei, na verdade, eles seriam contra-revolucionários. Os reacionários, ou seja, os defensores da

---

<sup>29</sup> SILVA, Hélio. Op. cit, p. 144.

<sup>30</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 17 jun. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>31</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 03 abr. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>32</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 05 abr. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>33</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 08 abr. 1930, p. 5, MCSHJC.

candidatura Prestes é que seriam revolucionários, na visão liberal, “foras da lei”. Aqui vemos um preconceito dos libertadores com o termo *revolução*. Eles defendiam o rompimento da ordem institucional, mas não queriam ser chamados de revolucionários. É um típico comportamento conservador, como salientado por Hélió Trindade e já exposto neste trabalho. Os federalistas que antecederam os libertadores foram classificados como conservadores-liberais, agora unidos aos conservadores-autoritários do PRR. Também, ao criticar a classe conservadora sem designar quem eram os seus representantes, o editor generaliza, ao supor que os eleitores de Prestes eram conservadores, simplificando o embate eleitoral entre estes e os liberais.

A esse respeito, Maria Helena Capelato, em seu trabalho sobre a imprensa paulista de caráter liberal, escreveu:

“Quanto à teoria política, os reformadores liberais não se mostravam adeptos das idéias exageradamente democráticas da Revolução Francesa. A tentativa de consolidar o progresso dentro da *ordem* explica a maior proximidade com o liberalismo do século XIX: admiravam o século das luzes – o progresso, o conhecimento e certas formas de governo que ele produziu -, mas tinham aversão ao caos, à anarquia, às revoluções que suas idéias também haviam provocado.

O projeto dos liberais era contra-revolucionário. Segundo afirmavam seus representantes, o liberalismo absoluto nunca existiu e as circunstâncias o obrigaram a restringir suas aspirações – o velho liberalismo tinha que ceder lugar a outro mais modesto e parcimonioso, renunciando ao propósito ilusório de proporcionar aos homens todas as liberdades, contentando-se em lhes assegurar umas poucas liberdades fundamentais.”<sup>34</sup>

Os liberais eram, segundo a autora, contra-revolucionários, porque tinham medo do que uma revolução pudesse causar. Nesse sentido, o editorial do ERG confirma a idéia. O preconceito e o cuidado com o uso do termo *revolução* demonstram que os libertadores eram conservadores e desejavam mudanças superficiais, que não oferecessem qualquer perigo de um rompimento da ordem institucional, sobretudo a econômica.

A preocupação com o fato de que o movimento revolucionário fosse considerado ilegal também está descrito no editorial *Governo e legalidade*.<sup>35</sup> O jornal afirma

<sup>34</sup> CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: Imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo, Brasiliense: 1989, p. 21,22.

<sup>35</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 02 set. 1930, p. 5, MCSHJC.

que um governante não pode se considerar legal, quando age fora dos limites impostos pela lei. Washington Luís, não poderia, só porque fora eleito sem concorrência, representar a defesa da legalidade. Dá o exemplo dos reis absolutistas que usavam a prerrogativa do direito divino para governarem acima da lei. Preocupa-se o editor em retirar o rótulo de ilegalidade ao movimento revolucionário e afirma que ele iria, antes, restaurar a lei e a ordem no país.

O ERG explica porque considerava o governo federal ilegal. Acusa-o de ter violado alguns preceitos constitucionais. O artigo 47, que indica a eleição do presidente e do vice-presidente da República por sufrágio direto da nação e maioria absoluta de votos, foi violado porque Washington Luís “interveio abusivamente no pleito, sobrepôs o seu capricho à vontade popular, multiforme e iniludivelmente expressa, e impôs ao Congresso o reconhecimento do candidato favorito.”<sup>36</sup> O artigo 28, que indica a eleição dos representantes do povo pelo sufrágio direto, teria sido violado devido à exclusão da bancada inteira da Paraíba e de 14 deputados de Minas Gerais, substituindo o mandato popular pela vontade pessoal do presidente. Violou o artigo 6º, ao intervir em Minas Gerais, devido aos fatos ocorridos em Governador Valadares, e na Paraíba, por causa da “guerra de Princesa”. Por fim, ao impedir a livre manifestação da imprensa, quebrar o sigilo da correspondência e não permitir a totalidade de reuniões e associações, o governo havia violado o artigo 72 da Constituição Federal. Conclui dizendo que um governo assim precisa ser combatido.

A situação na Paraíba volta a ser comentada pelo jornal. O editorial *Átila* explica que a Junta Apuradora daquele estado reconheceu a vitória de todos os candidatos prestistas, deixando todos os candidatos liberais de fora.<sup>37</sup> A Paraíba tinha uma bancada federal de cinco deputados. Diz ainda que Minas Gerais segue para o mesmo caminho e que Washington Luís é um *Átila* destruidor. Realmente, através do editorial *Excessos salvadores*, o jornal comenta que a Junta Apuradora de Minas Gerais não diplomou os candidatos eleitos.<sup>38</sup> Essa edição traz os “números verdadeiros” nesse estado, sendo 302.114 votos para Getúlio Vargas e 58.938 votos para Júlio Prestes. Esses dados são contrastados com os “números oficiais”: 180 mil votos para Vargas e 65 mil votos para Prestes. Assim, o candidato da Aliança Liberal teria “perdido” mais de 120 mil votos em

---

<sup>36</sup> Governo contra a lei, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 03 set. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>37</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 09 abr. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>38</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 15 abr. 1930, p. 5, MCSHJC.

Minas Gerais. Na Paraíba, Vargas teria recebido 20.095 votos contra 10.579 votos de Júlio Prestes, mas, paradoxalmente, a Aliança Liberal não elegeu nenhum deputado federal.<sup>39</sup>

O editorial *O cangaceirismo oficial* volta a comentar a situação na Paraíba.<sup>40</sup> Mais adiante, *Protegendo salteadores* comenta atitudes de Washington Luís com relação aos cangaceiros de José Pereira.<sup>41</sup> *Apelo vão* comenta o pedido dos mineiros ao presidente da República, para que os deputados eleitos por aquele estado fossem aceitos na Câmara Federal e afirma que é vão porque foi o próprio presidente quem determinou a intervenção.<sup>42</sup> A propósito disso, João Pessoa enviou telegrama aos presidentes da Câmara Federal e do Senado, acerca da pretendida intervenção federal na Paraíba, fato este comentado pelo *Estado do Rio Grande*, no editorial *Pior que a invasão*.<sup>43</sup>

Outro pedido é feito através do editorial *Supremo apelo*.<sup>44</sup> O editor informa que a bancada da Paraíba foi retirada do Congresso Nacional e apela ao Legislativo Federal para que não se deixe passar por tamanha vergonha e que resista aos desmandos do despotismo. No dia seguinte o jornal noticiava em manchete de capa: “Consumado o inominável escândalo – A Câmara dos Deputados afundou na suprema ignomínia de cassar a representação inteira de um Estado da União.”<sup>45</sup> Nessa edição, pelo editorial *Fora de lei!*, o ERG comentava sobre a retirada da representação paraibana na Câmara, acusando Washington Luís de ser o autor do fato. Dois terços do eleitorado paraibano votou na chapa Getúlio Vargas/João Pessoa, mas a todos os deputados federais eleitos por aquele estado foi negado o reconhecimento e foram reconhecidos os chamados “deputados de Princesa”. Foram “degolados” José Américo de Almeida, Antônio Guedes, Demócrito de Almeida e Carlos Pessoa. Estes eram os candidatos a deputado federal indicados por João Pessoa, fato que provocou o início da discórdia política. Foram reconhecidos os deputados João Suassuna, Flávio Ribeiro, Acácio de Figueiredo, Artur dos Anjos e Oscar Soares, sendo estes os “deputados de Princesa”. Esta situação também ocorreu no Senado, com a “degola” de Tavares Cavalcanti, segundo o jornal, o senador legitimamente eleito. Em seu lugar, foi

<sup>39</sup> FAUSTO, Boris, A Revolução de 1930 In: MOTA, Carlos G. (Org.) *Brasil em perspectiva*, 20 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995. p. 233.

<sup>40</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 16 abr. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>41</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 15 maio 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>42</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 24 abr. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>43</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 26 maio 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>44</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 28 abr. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>45</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 29 abr. 1930, p. 1, MCSHJC.

reconhecido José Gaudêncio. O editorial *Esperemos ainda* diz que ele é o representante do cangaço.<sup>46</sup>

### 3.3. O esfriamento da chama revolucionária

Mais ou menos entre os meses de maio e julho de 1930, Getúlio Vargas, Borges de Medeiros e Antonio Carlos pareciam ter desistido de qualquer conspiração visando à tomada do poder. A desistência de Luís Carlos Prestes foi um “balde de água fria” nesse processo, como veremos adiante. O próprio Osvaldo Aranha, tão ativo no movimento, chegou a afastar-se do governo estadual, no mês de junho. Os editoriais do ERG tornaram-se mais didáticos, eventualmente defendia algo mais “radical”.

O tema da escolha do presidente da República volta à pauta do jornal. O editor diz que “importa não o que for mais democrático, mas o que garanta a melhor escolha.”<sup>47</sup> Defende que a eleição indireta pelo Congresso, além de ser mais democrática, garante a escolha do melhor. A idéia do PL é que o voto secreto iria garantir uma representação democrática no Legislativo e este iria sempre escolher o melhor para a chefia do Executivo. Esta idéia é um tanto quanto ingênua e a própria história já demonstrou que o voto secreto não garante uma representação absolutamente democrática, pois não se leva em conta, por exemplo, o poder econômico dos candidatos e dos próprios partidos, que abusam do comércio ilegal de votos. Os próprios deputados e senadores, uma vez eleitos, mesmo através do sufrágio secreto, envolvem-se em acordos e conchavos. Portanto, isso não iria garantir a escolha do melhor, como era a idéia dos libertadores. A esse respeito, *A terceira solução*, esclarece que o PL não defende a eleição indireta do presidente da República pelo Congresso Nacional, mas sim, a sua nomeação pelo Parlamento.<sup>48</sup> Esta seria a 3ª solução, depois das eleições diretas (1ª) e das indiretas (2ª).

O editorial *Diferenças essenciais* defende o sufrágio popular direto para o Poder Legislativo e a nomeação parlamentar para o Poder Executivo.<sup>49</sup> Em *Tabu constitucional*, o editor explica que o presidencialismo seria este tabu e a nomeação do

<sup>46</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 09 jun. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>47</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 11 abr. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>48</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 14 abr. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>49</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 16 maio 1930, p. 5, MCSHJC.

presidente da República pelo Congresso Nacional não é parlamentarismo.<sup>50</sup> Na verdade, nessa época o PL não defendia o regime parlamentarista como parte do programa partidário. Pode-se dizer que, por herança federalista, a maioria dos libertadores era parlamentarista, mas os dissidentes republicanos e os “seguidores” de Assis Brasil eram presidencialistas. Mauro Gaglietti escreveu que o programa do PL de 1945 permaneceu tão ambivalente, no que se refere ao parlamentarismo, quanto o de 1928. Somente no Congresso do partido, realizado em 1947, é que a tese parlamentarista foi aceita pela maioria dos participantes, sendo então introduzida formalmente no programa do novo Partido Libertador.<sup>51</sup>

O tema da reforma política era recorrente no jornal. O periódico defende o voto secreto, como parte essencial desta reforma. O voto proporcional, a fim de garantir uma representação mais adequada das diversas correntes de opinião. Defende ainda que a apuração das eleições e o reconhecimento dos candidatos sejam tarefas destinadas ao Poder Judiciário, não havendo necessidade da criação de uma magistratura específica para esta finalidade.<sup>52</sup> Estas mudanças ocorreram, posteriormente, porém, foram criados os tribunais eleitorais, separados da justiça comum.

O editorial *O grande violador* comenta sobre a “ditadura do poder executivo.”<sup>53</sup> Diz que é preciso modificar o regime, ou mesmo, substituí-lo pelo parlamentarismo. Aqui aparece aquela que será a bandeira do PL no período democrático (1945-1964), já defendido pelos antigos federalistas na época de Silveira Martins. Na edição do feriado de 21 de abril de 1930, a manchete de capa destacava um telegrama: “libertadores não desejam quaisquer movimentos fora das soluções constitucionais. Querem manter a ordem e a tranqüilidade pública.” Nesse momento, o PL parece manter uma postura conservadora em relação a qualquer movimento revolucionário. No entanto, alguns libertadores, como Lusardo e Antunes Maciel, já tinham retomado as conversas, com vistas a um movimento armado.

Na edição do dia seguinte, a matéria de capa traz o Manifesto da Aliança Liberal, comentando que o documento é inócuo, não tendo agradado a maioria dos

---

<sup>50</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 17 maio 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>51</sup> GAGLIETTI, Mauro. Op. cit., p. 215.

<sup>52</sup> Apuração das eleições, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 16 jul. 1930, p. 5, MCSHJC e A magistratura eleitoral, In: Idem, 17 jul. 1930, p. 5.

<sup>53</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 19 abr. 1930, p. 5, MCSHJC.

aliancistas. O editorial *A constituição e o presidente*, afirma que a Carta Magna confere poderes em demasia ao chefe do Executivo nacional.<sup>54</sup> No dia seguinte, no editorial *Constituição e anistia*, o jornal comentava sobre a prerrogativa exclusiva do Congresso Nacional em conceder anistia, mas que, no Brasil, estava nas mãos do presidente da República.<sup>55</sup> Em 1927 foi apresentado um projeto de anistia no Congresso Nacional, mas devido à pressão do Executivo e do Exército, não foi aprovado.<sup>56</sup> Na última edição de abril, através do editorial *Saibamos decidir*, o jornal explicava a escolha entre o despotismo e a luta.<sup>57</sup>

O papel dos partidos políticos na conspiração foi tratado em um artigo de Maria Helena Magalhães Castro. Em relação ao PL, citando um memorando de Assis Brasil, datado de 30 de abril de 1930, ela diz:

“O Partido Libertador, enquanto corrente minoritária e de oposição, não titubeou em declarar-se favorável à reação armada, embora adiantou que só a assumiria com a adesão dos republicanos. Já em abril de 1930, o presidente do PL, Assis Brasil, esclareceu em um *memorandum*: ‘(...) o Partido Libertador não dispõe de força organizadora, nem dos recursos de dinheiro que uma guerra exige (...). Se os que dispõem de força e de meios fraquearem e se renderem só nos restará lamentar’.

Efetivamente, o PL, além de constituir uma força secundária no estado, nem mesmo pôde contar com o reforço da Frente Única, tornada inoperante pela indefinição prolongada dos republicanos. Foi marginalizado dos processos decisórios da conspiração, embora alguns de seus correligionários tivessem se engajado pessoalmente nas articulações, como foi o caso de Antunes Maciel Jr. e o de Batista Lusardo, entre outros.”<sup>58</sup>

Naturalmente o ERG não iria mencionar nenhum movimento efetivo dos políticos do PL na conspiração, por se tratar, afinal, de uma trama ilegal. Mas, podemos imaginar que, apesar da defesa da revolução e de fortes críticas ao governo constituído, o partido não estava sendo protagonista de qualquer ato prático no futuro movimento. Isso

<sup>54</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 25 abr. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>55</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 26 abr. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>56</sup> CARONE, Edgard. *República Velha: evolução política*. São Paulo, DIFEL, 1971, p. 395.

<sup>57</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 30 abr. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>58</sup> CASTRO, Maria Helena M. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante, In: GOMES, Ângela de Castro (Coord.), *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p. 47.

levou o próprio diretor do jornal, Raul Pilla, a escrever uma carta a Osvaldo Aranha, no final do mês de agosto, que dizia:

“Estamos há dois ou três dias da Revolução. Entretanto (...) nada sei a respeito dela (...). Não posso deixar de ver em tudo isto senão o desígnio de arredar o PL de qualquer influência, de transformá-lo num simples caudatário da Revolução e, quiçá, de levá-lo à ruína pela absorção de seus elementos mais ativos (...), utilizados sempre diretamente, por ação pessoal sua, por uma obra de verdadeiro aliciamento (...).

Em sua resposta, Osvaldo Aranha, enquanto chefe civil das articulações, deu o seu conceito de revolução, ilustrando o que viemos propondo:

‘Sou apenas o centralizador do movimento na sua ação prática, sem outra finalidade (...) que a de organizar a vitória. No desempenho dessa função (...) nem tenho partido, nem preferências. Seria indigno da confiança de todos, incluída a tua, se estivesse fazendo obra pessoal. Não há mesmo lugar para isso (...). Parte na luta não sei se o serei na vitória. Se o for, podes crer que me baterei pelos ideais liberais (...). Acho que a colaboração dos partidos deve ser efetiva nessa hora. Então, sim, os chefes tomam as rédeas de nossas mãos (...).’<sup>59</sup>

A proposta de Maria Helena Castro é que os dois partidos políticos gaúchos não tiveram participação no processo revolucionário em nível de agremiação política. Sua participação se deu mais em termos de colaboração individual, ou seja, dos próprios políticos individualmente, do que necessariamente o partido. Talvez o caráter público de um partido político o colocasse nessa situação.

O mês de maio de 1930 inicia com o *Estado do Rio Grande*, defendendo a necessidade do voto secreto, no editorial *Para depois da tempestade*.<sup>60</sup> A instalação da nova legislatura federal, eleita no último dia 1º de março, é o tema do editorial *O Congresso*.<sup>61</sup> Lamenta a substituição de toda a bancada da Paraíba e o fato dos parlamentares serem, na maioria, servos do governo.

No dia 3 de maio, Washington Luís apresenta sua última mensagem ao Congresso. O jornal faz um comentário sobre o discurso presidencial. Mas o destaque desta edição é o manifesto da “mocidade libertadora”, intitulado *Ao Rio Grande e à Nação*. Critica o governo federal por violar a autonomia dos Estados federados. Diz que a eleição de

<sup>59</sup> Idem, p. 47-48.

<sup>60</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 01 maio 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>61</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 02 maio 1930, p. 5, MCSHJC.

Prestes é a vitória da fraude e que os compromissos da Aliança Liberal não cessaram. Afirma que os caminhos legais estão fechados e que o próprio governo federal se pôs fora da “estrada da lei e criou a mais odiosa forma de ilegalidade”. Proclama que o único credo para a libertação é o credo revolucionário. Conclui dizendo: “Não pregamos a desordem pela desordem, mas queremos criar a ordem, fecundá-la, humanizá-la (...)”<sup>62</sup> Tal manifesto segue assinado por Waldemar Ripoll, presidente do Grêmio da Mocidade Libertadora de Porto Alegre, por Anthero Marques, Mem de Sá, Marçal Brasil, Armando Fay de Azevedo, Arami Silva e outros. Tratou-se do mais incisivo brado revolucionário que apareceu no jornal, até aquela data.

Ainda nesta edição, o artigo *O Rio Grande, mais do que nunca, irmanado à Paraíba*, comenta sobre os discursos ocorridos na capital gaúcha, por ocasião da leitura pública do referido manifesto. Vários oradores do PRR e do PL falaram na ocasião, sempre defendendo os deputados paraibanos que não foram reconhecidos pela Câmara Federal. Ainda sobre este fato, o jornal informou que o governo federal iria intervir naquele estado, mas contra o governo estadual estabelecido e a favor dos cangaceiros, como já estava fazendo.<sup>63</sup>

O jornal condenava a atitude de Washington Luís, que queria ampliar o mandato presidencial de quatro para sete anos.<sup>64</sup> O editorial *Reforma absurda*, criticou o projeto do governo federal que proibia os estados de fazer empréstimos no exterior, pois feria a autonomia dos entes federativos.<sup>65</sup> Mais tarde o próprio Getúlio determinou isto. O editorial *A missão da Aliança*, enfatizava que ela deveria continuar, porque seus objetivos não estavam cumpridos.<sup>66</sup> Não era apenas a eleição de um nome, mas a implantação de um programa. No mesmo tom, o jornal escrevia no editorial *A campanha liberal*, que ela continua, mesmo após a apuração dos votos<sup>67</sup>. O texto deixa brechas para atos “fora da lei”, pois Washington Luís assim estava se pondo.

A notícia da morte de Siqueira Campos em acidente de avião na costa do Uruguai, ocorrida em 10 de maio de 1930 foi noticiada apenas no jornal do dia 17 daquele

<sup>62</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 05 maio 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>63</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 08 maio 1930, p. 1, MCSHJC.

<sup>64</sup> *O mandato presidencial*, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 06 maio 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>65</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 07 maio 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>66</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 09 maio 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>67</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 13 maio 1930, p. 5, MCSHJC.

mês. O líder do movimento tenentista estava voltando da Argentina, para onde fora, juntamente com outros brasileiros, tentar convencer Luís Carlos Prestes a chefiar a revolução. Na volta, viajando á noite e sob chuva forte, o pequeno avião com cinco passageiros caiu no mar, no litoral do Uruguai. Siqueira Campos, que era bom nadador, teve câibras ou um colapso e morreu afogado. O único sobrevivente foi o tenente João Alberto, futuro interventor de São Paulo.<sup>68</sup>

A próxima edição comentava, no editorial *Restauração monárquica?*, a notícia de um jornal paulista sobre um movimento que defendia a restauração da monarquia e dizia que o culpado disso eram os próprios governantes republicanos.<sup>69</sup> A esse respeito, o editor volta a se manifestar. *A propaganda monárquica* diz: “‘Façamos as reformas necessárias, antes que os monarquistas as façam’, deveria ser a divisa de todo republicano e democrata.”<sup>70</sup>

Na capa da edição de 23 de maio de 1930, Júlio Prestes é chamado de “príncipe herdeiro” e o editorial *Nação sem governo* comentava o reconhecimento, pelo Congresso Nacional, da eleição de Prestes e de Vital Soares, ocorrido no dia anterior, dizendo que, mais uma vez, o pleito foi fraudulento. O tratamento ao presidente da República eleito não era diferente ao dado a Washington Luís. O ERG via no governador de São Paulo um mero auxiliar do presidente da República, que iria continuar sua administração. Ao comentar uma notícia publicada no jornal *O Globo*, acerca dos futuros ministros, o periódico libertador tece críticas aos nomes e ao modelo presidencialista, vigente na época. O editorial *Fâmulos e ministros*, diz que o ministério consistirá de seis paulistas e os demais são pessoas que prestaram valiosos serviços na campanha eleitoral. Cita o nome de apenas dois, sendo Carvalho de Britto e Costa Rego. Não se dirigindo a eles, mas de forma geral, afirma que os ministros “são criaturas apagadas, sem grandes responsabilidades, porque dest’arte se curvam mais facilmente à vontade do senhor. É raro que num ministério figure um verdadeiro estadista.”<sup>71</sup>

O destaque da capa do jornal em 30 de maio de 1930 foi o manifesto de Luís Carlos Prestes, oficializando sua adesão ao comunismo. Nessa edição, o editorial *O*

<sup>68</sup> SILVA, Hélio. Op. cit, p. 158-159.

<sup>69</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 19 maio 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>70</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 28 maio 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>71</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 24 jun. 1930, p. 5, MCSHJC.

*voto proporcional* defende este sistema e também o sigilo do sufrágio. Um editorial homônimo, publicado em 18 de junho daquele ano, explica que todas as opiniões da sociedade, representadas através de partidos políticos, deveriam ter direito à representação no Legislativo. O regime democrático não poderia ser o arbítrio da maioria. Esta opinião deve-se, sem dúvida, ao fato de que, por muitos anos, os federalistas não tiveram direito à representação no Legislativo rio-grandense, durante a “ditadura positivista”. No entanto, o PL se contradiz, pois não aceitava a representação política dos comunistas.

O comentário acerca do manifesto de Luís C. Prestes, foi publicado no dia seguinte. Com o título “O rei está morto, viva o rei”, escrito em francês, o editor diz que se deve buscar outro general para a revolução democrática. *A revolução necessária* refuta o manifesto de Prestes e defende a democracia.<sup>72</sup>

O “Manifesto à Nação” foi publicado na capa do ERG, no dia 31 de maio de 1930. Nele, Vargas comenta sobre a fraude eleitoral, dizendo que é inerente ao sistema; diz que cabe ao povo manifestar-se quanto ao encerramento da campanha liberal, agradece os quase 800 mil votos recebidos, condena os “atos de prepotência” no Congresso contra a Paraíba e Minas Gerais e conclui dizendo ser necessária a retificação dos rumos da democracia brasileira. *A campanha e o candidato*, comenta o manifesto de Vargas: “Sóbrio e sereno”. Explica que a continuação da campanha se faz necessária, cabendo aos partidos a nova resolução, o traçado dos rumos a seguir. “A campanha não cessou e continuará a desenvolver-se logicamente.”<sup>73</sup>

As críticas ao governo federal frequentemente voltam à pauta do jornal. *Irresponsabilidade de governo*, afirma ser este o grande mal político do Brasil.<sup>74</sup> *O pior dos absolutismos* diz que no Brasil, apesar da Constituição liberal, vive-se um absolutismo, que seria disfarçado, por isso, o pior.<sup>75</sup> *Continuidade administrativa* explica que este conceito não pode ser usado para fins eleitorais, pois a continuidade pessoal nem sempre significa continuidade administrativa.<sup>76</sup> *O despotismo presidencial* compara o presidencialismo dos Estados Unidos com o brasileiro, dizendo que aqui o chefe do Executivo

<sup>72</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 03 jun. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>73</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 02 jun. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>74</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 04 jun. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>75</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 10 jun. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>76</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 13 jun. 1930, p. 5, MCSHJC.

tem poderes em demasia, chegando a controlar também os outros dois poderes, sendo que no país norte americano, a situação é diferente.<sup>77</sup> A continuação do editorial anterior, sob o título *Para corrigir o despotismo*, aponta a solução para o problema, que seria muito simples na visão do PL: uma reforma política que contemplasse os itens apresentados no programa do partido, como voto secreto e proporcional, etc., e a eleição do presidente da República pelo Congresso Nacional, com o comparecimento e a responsabilidade dos ministros perante o Congresso.<sup>78</sup>

O editorial *Os princípios de 89* afirma que no Brasil, os ideais da Revolução Francesa não vigoram mais.<sup>79</sup> Na mesma linha, *A reforma necessária* indica que os libertadores defendem dois princípios políticos básicos: “sensibilidade aos influxos da opinião pública e responsabilidade governamental.”<sup>80</sup> Critica a posição chamada de “sociológica”, defendida por Alberto Torres e Oliveira Viana, que “pretendem enxertar órgãos mais ou menos complicados ao nosso organismo constitucional, cujos vícios e deficiências viriam corrigir”. Para exemplificar, cita a sugestão de criação do Conselho Federal, um órgão formado por 21 membros, eleitos por 15 anos, com renovação de um terço a cada cinco anos. O jornal rejeita a criação do tal conselho.

A situação na Paraíba ficava cada vez mais insustentável. O jornal esperava que a intervenção federal naquele estado fosse a fagulha que haveria de fazer explodir a carga, tão longamente acumulada.<sup>81</sup> O editorial *A chibata do cativo* comentou discurso do deputado Maurício de Lacerda, onde este dizia não acreditar que o Exército fosse usado como instrumento de opressão contra o povo.<sup>82</sup> *Dilema fatal* afirma que Washington Luís, após impor o nome de Júlio Prestes, persegue os estados liberais, colocando-os diante de uma situação que precisa ser decidida: sucumbir ou reagir. Conclui dizendo que é preferível a guerra ao cativo.<sup>83</sup>

<sup>77</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 22 jul. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>78</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 23 jul. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>79</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 11 ago. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>80</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 13 set. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>81</sup> A fagulha redentora, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 11 jun. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>82</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 12 jun. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>83</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 16 jun. 1930, p. 5, MCSHJC.

Comentários aparecem no jornal, acerca de um acordo que poria fim a idéia de Washington Luís intervir na Paraíba. O ERG insiste na idéia de que o presidente da República perseguia João Pessoa, por ser a Paraíba um pequeno estado nordestino.

“Prossegue o sacrifício da Paraíba. E não cessará senão quando forem aplacados pela deposição do Sr. João Pessoa os sentimentos de vingança do Sr. Washington Luís. Não pode esperar misericórdia quem, sendo pequeno teve o ousio (sic) de se rebelar contra o olimpo da República. Pretender opor-se dentro da lei, à vontade discricionária dos poderosos é um crime sem remissão possível neste país.”<sup>84</sup>

O editor continua, dizendo que João Pessoa será deposto, não diretamente pelo presidente da República, mas pelos cangaceiros que o enfrentam. Afirmo que não há uma intervenção federal formal naquele estado, mas, na prática, é o que ocorre. Para exemplificar, cita a proibição da circulação postal do jornal *A União*, órgão do governo paraibano, enquanto o jornal de Princesa circulava livremente. Cita também o fato do governo federal proibir a compra de armamentos e munições pela polícia da Paraíba, enquanto os cangaceiros eram armados pelo Exército nacional. Sabe-se que o Rio Grande do Sul e Minas Gerais estavam, clandestinamente, enviando material bélico para a Paraíba.<sup>85</sup> Mas, logicamente, o ERG nada menciona a esse respeito. Uma suposta intervenção do Supremo Tribunal Federal é saudada pelo jornal, dizendo que, se isto ocorresse, o caso da Paraíba iria tomar nova feição.<sup>86</sup>

Ao Rio Grande do Sul e a Minas Gerais não caberiam represálias, pois eram importantes unidades da federação e seus políticos, homens de grande influência. O editorial *A ofensiva da paz* explica que Washington Luís não pode deter ou mudar a corrente dos acontecimentos, a nação iria se libertar, ou, já fazendo uma crítica a Luís C. Prestes, cairia na “tirania muito mais cruel do comunismo russo.”<sup>87</sup> A proposta dos libertadores era um regime liberal constitucional, que ficasse entre o absolutismo vigente e o radicalismo socialista.

<sup>84</sup> A intervenção na Paraíba, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 12 jul. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>85</sup> SILVA, Hélio. Op. cit, p. 154. “(...) o Rio Grande e Minas contrabandeavam a munição e o armamento reclamado pela Paraíba. Até um pequeno avião vermelho, o Garoto, sobrevoou o reduto levando o pânico aos jagunços”.

<sup>86</sup> Os direitos da Paraíba, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 21 jul. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>87</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 23 jun. 1930, p. 5, MCSHJC.

No dia 19 de junho de 1930, Juarez Távora lançou um manifesto em resposta ao similar, de Luís C. Prestes. No dia seguinte, o editorial *Távora*, comenta o manifesto, elogiando-o. O papel de chefe militar da revolução estaria se transferindo ao tenente nordestino. Dizia: “Vem do Norte a nova estrela, espargir a claridade que o fanal do Sul voluntariamente negou, num gesto de renúncia.”<sup>88</sup> No dia seguinte, o editorial *Os dois manifestos*, ainda tratava do assunto. Dizia que a questão social não era a única e nem a mais urgente no Brasil naquele momento, mas sim, a questão fundamental era política. Elogiava a palavra de Távora, pois tratava disso e criticava o discurso de Prestes nos seguintes termos:

“A questão social, que é fundamentalmente uma questão de justiça nas relações econômicas, não se resolve invertendo-lhe os termos. A ditadura do proletariado constitui uma aberração inominável, cujas conseqüências pesam mais fortemente sobre os trabalhadores, como demonstra o exemplo russo, imparcialmente analisado. Essa dolorosa experiência abriu apenas mais fundo o sulco entre servos e senhores. Os senhores já não são os mesmos, mas a escravidão é mais negra.”<sup>89</sup>

Aqui se percebe claramente a orientação, não somente do PL, mas da Aliança Liberal, como o próprio nome diz, contrária à nova orientação ideológica de Prestes e o seu desapontamento com o “Cavaleiro da Esperança”.

Nesse momento, a conspiração revolucionária viveu uma fase de esfriamento. Conforme destacou Joseph L. Love:

“A combinação de dois fatos, a deserção de Prestes e o palavreado de Vargas, foi o bastante para Antônio Carlos, que começou a reduzir seus compromissos com a revolução. No Rio Grande, Vargas e Borges tornaram-se mais tímidos à proporção que aumentava a frieza do mineiro em relação à conspiração e, depois de meses de preparativos detalhados, Aranha viu seu edifício ruir. Contrastando com Vargas, Aranha tinha arriscado todo seu futuro político na revolução; sem ela estava arruinado, pois o governo federal estava ciente de algumas de suas atividades subversivas. Informando aos conspiradores em Minas que já estava ‘farto’, Aranha renunciou a seu posto no governo do Rio Grande a 28 de junho, as autoridades federais exultaram, acreditando que a trama havia falido.”<sup>90</sup>

<sup>88</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 20 jun. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>89</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 21 jun. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>90</sup> LOVE, Joseph L. Op. cit, p. 255.

Percebemos que, nestas alturas, o movimento conspiratório estava em baixa. O próprio Osvaldo Aranha não via muitas perspectivas no futuro do movimento. Os libertadores, em seu modo conservador, insistiam, através do jornal, na pregação revolucionária. Mas parece que ficavam mais no terreno teórico, do que envolvidos em quaisquer preparativos visando o movimento.

A defesa da revolução liberal foi feita abertamente num editorial publicado no último número do mês de junho de 1930. Percebe-se claramente a visão de um político jovem, favorável à luta armada e, pelas palavras do vocabulário médico, deve ter sido escrito por Raul Pilla. Condena o conformismo da maioria dos aliancistas e alerta para o perigo de uma revolução comunista, tendo em vista a precária situação da massa trabalhadora, afligida pela miséria e desemprego, e a influência de Luís Carlos Prestes sobre ela. É importante destacar:

“A remodelação precisa ser completa e somente a força poderá determiná-la. A evolução pacífica não se pode processar senão nos países em que ainda vigora a lei. Dissolvida, porém, a ordem legal pelo reincidir de todas as prepotências, à força somente se pode contrapor eficazmente a força: contra a força usurpada e criminosa do despotismo, a força legítima e reparadora da soberania popular. Somos, por isso, pela revolução (...)

Opere-se, ampute-se, mas salve-se o doente. Este foi sempre o nosso ponto de vista, haurido na realidade brasileira. Sempre consideramos a formidável campanha eleitoral, cujos ecos ainda estamos ouvindo, como o episódio agudo que nos haveria de decidir à intervenção dolorosa, arriscada, mas necessária (...)

Ameaça-nos, com ela, um perigo maior do que a revolução brasileira, um perigo muitíssimo mais grave do que a gangrena já começada da nacionalidade: a revolução comunista.

Estamos, pois, entre duas revoluções, uma que nos levará à liberdade, outra ao pior dos despotismos, uma à prosperidade geral, outra à miséria generalizada, uma à fraternidade, outra à divisão de classes. Saibamos escolher, enquanto é tempo.”<sup>91</sup>

Aqui aparece claramente a visão anti-comunista e conservadora do PL. Já era temido, na época, um eventual movimento revolucionário popular, com conseqüências incertas. Por isso, a frase atribuída ao mineiro Antônio Carlos: “Façamos a revolução, antes que o povo a faça”.

---

<sup>91</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 30 jun. 1930, p. 5, MCSHJC.

Também no dia 19 de julho, o editorial *O que é inadiável* comentava o perigo de um movimento comunista e da continuidade absolutista vigente no país, devendo a revolução liberal ser o projeto salvador. Nesta edição, o autor explica que era contra o comunismo de modelo soviético devido ao “incondicionalismo da subserviência.”<sup>92</sup> Explica que não podiam aceitar um regime que não permite o contraditório, a manifestação das minorias e a ditadura personalista. *A bolchevização do Brasil* tecia novos comentários a respeito do comunismo proposto por Prestes.<sup>93</sup> Dizia que eminentes socialistas europeus condenavam o regime soviético. Segundo o jornal, a ditadura do proletariado era uma ficção, o que ocorria na verdade era uma ditadura cruel, que negava aos operários o direito de greve, metralhando em praça pública os que se manifestavam contrários. A condenação ao regime soviético e ao seu novo defensor prossegue. Com uma palavra grega usada na Bíblia, *anátema*, cujo significado tem o sentido de maldito, maldição, algo que precisa ser completamente eliminado, o jornal repele o modelo de revolução proposto por Luís Carlos Prestes. Nesse momento, ao contrário de anteriores, o órgão libertador se declara um “liberal revolucionário”:

“Ora, que desejamos nós, os liberais filiados à corrente revolucionária? Transformar uma oligarquia numa democracia, substituir o despotismo pela liberdade, proscrever o arbítrio e entronizar a justiça, exterminar o parasitismo e criar condições favoráveis á normal expansão dos fatores econômicos. Numa palavra, queremos modificar as instituições e a sociedade, criando melhores e mais justas condições de vida para todos os cidadãos indistintamente.”<sup>94</sup>

O jornal responde o manifesto de Prestes, que acusava a Aliança Liberal de promover uma revolução oligárquica, que não traria mudanças substanciais ao país. Conclui dizendo que a proposta liberal é um avanço, pois lutava para implantar um regime de plenas garantias de todos os direitos, enquanto a revolução moscovita iria trazer a “pior das servidões”.

A situação nos países da América do Sul é apontada pelo jornal, como exemplo para o Brasil. O caso da Bolívia é citado, onde o presidente Siles Suazo pretendia uma reforma constitucional que lhe concedesse o direito de perpetuar-se no poder.

<sup>92</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 19 jul. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>93</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 14 ago. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>94</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 15 ago. 1930, p. 5, MCSHJC.

Ao que foi combatido através de uma revolução popular. O editor afirma que o ocorrido na Bolívia é exemplo para o Brasil. Em outra edição, o jornal afirma que foram os estudantes bolivianos que derrubaram o governo autoritário. Fazendo uma comparação com o caso brasileiro, diz que a revolução já estava preparada, bastava uma faísca para que ela explodisse. Destaca que a centelha que iria provocar a revolução brasileira seria trazida por um grande estado da federação.<sup>95</sup> O escritor jamais imaginava que dali a oito dias o assassinato de João Pessoa seria esta fagulha.

O jornal também comenta acerca de uma revolução vitoriosa no Peru, que seria uma lição e um incitamento ao Brasil.<sup>96</sup> Explicou que o presidente Leguía fora deposto e a Junta Militar que assumira o comando do país, iria cobrar do seu filho o dinheiro obtido de forma ilegal.<sup>97</sup> De 1919 a 1930, o presidente-ditador Augusto Bernardino Leguía instaurou um regime populista, mobilizou a classe média e favoreceu a ideologia indigenista. Nos anos 30, a crise econômica mundial, que também afetou o Peru, favoreceu a ascensão do movimento renovador Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), fundada no México em 1924, e ocorreram confrontos entre estes reformistas e os oligarcas. Leguía foi derrubado em 1930, mas os oligarcas voltaram ao poder nove anos depois, com Manuel Prado Ugarteche.<sup>98</sup>

A situação na Argentina, que segundo o ERG, estava também na iminência de um movimento revolucionário, foi mencionada para defender o regime parlamentarista. O jornal dizia que, nos regimes inspirados na Europa, com um Legislativo e partidos políticos fortes, as crises eram resolvidas rapidamente. Já, na América Latina, com o regime presidencialista inspirado nos EUA, com um Executivo forte e partidos fracos, favorecia o surgimento de déspotas e graves crises institucionais.<sup>99</sup>

Mais tarde, no início de setembro, o jornal comentava a renúncia do presidente Hipólito Irigoyen. O presidente argentino nem chegara a completar dois anos de governo, de um mandato de seis anos. Comparando a situação de Irigoyen com a do presidente Washington Luís, o jornal diz que este não poderia fazer gesto tão nobre, pois tinha

---

<sup>95</sup> Psicologia das revoluções, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 18 jul. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>96</sup> Um incitamento, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 26 ago. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>97</sup> Símbolos do momento, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 29 ago. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>98</sup> Grande Enciclopédia Larousse Cultural, v. 19, São Paulo, Nova Cultural, 1999, p. 4570.

<sup>99</sup> O mal político da América, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 30 ago. 1930, p. 5, MCSHJC.

uma “mentalidade de feitor de fazenda.”<sup>100</sup> Conclui dizendo que a nação precisa detê-lo, antes que ele, “empolgado pelo seu delírio, nos conduza à ruína extrema”. Yrigoyen, da União Cívica Radical, no primeiro mandato (1916 a 1922) havia colocado fim ao governo da oligarquia e iniciado a era do populismo. Ele havia adotado uma legislação social e promovido o direito à instrução, mas não tocou nas estruturas agrárias. Reprimiu duramente as greves trabalhistas, dirigidas por anarquistas e sindicalistas e as greves de peões, conseqüência de uma crise econômica em 1919. No segundo mandato (1928-1930), sua incapacidade de enfrentar a crise econômica e o desgaste do poder, contribuiu para desacreditar seu governo, que foi derrubado pelo Exército, em sua primeira intervenção desde 1861.<sup>101</sup>

A esse respeito, Joseph L. Love escreveu que o ocorrido na Argentina em 6 de setembro, ou seja, a deposição de Yrigoyen era o “primeiro golpe de estado em 40 anos, uma sublevação que significou mal presságio para o Brasil, cujo período de estabilidade política era quase exatamente tão longo quanto o da Argentina.”<sup>102</sup> Nesta data, tomava posse o novo governador de Minas Gerais, Olegário Maciel, que “ficando com a decisão relacionada á participação de seu Estado na trama revolucionária, não demorou em mostrar sua vontade de conservar Minas na conspiração.”<sup>103</sup>

A manutenção da FUG e a continuação da Aliança Liberal eram debatidas pelo jornal. Os libertadores de Santana do Livramento haviam solicitado ao Diretório Central do PL a extinção da Frente Única. Lembramos também que foram os federalistas daquela cidade fronteira os únicos a serem contra a absorção do PF pelo Partido Libertador. Tachando a união de vergonhosa e desprezível, os libertadores santanenses eram, segundo o jornal, vítimas de violências e perseguições há longo tempo. O editor entende o pedido dos correligionários e expõe um pouco da história da formação da coligação:

“Os partidos políticos do Rio Grande do Sul formaram-se dos embates de uma luta cruenta, que dividiu a população em facções inconciliáveis. Não era possível nenhum entendimento, nenhuma colaboração entre eles. Eram antes exércitos inimigos que procuram destruir-se, do que partidos que perseguem, cada qual a seu modo, o mesmo

---

<sup>100</sup> Brasil e Argentina, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 06 set. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>101</sup> Grande Enciclopédia Larousse Cultural, v. 2, São Paulo, Nova Cultural, 1999, p. 409.

<sup>102</sup> LOVE, Joseph L. Op. cit, p. 258.

<sup>103</sup> Idem, *ibidem*.

elevado objetivo comum. E o rio de sangue que se lhes interpusera desde os primeiros anos da república, não cessou nunca de engrossar.

Veio, porém, o milagre da frente única, milagre que um governo tolerante tornara possível. Mostraram assim os libertadores, aos quais estão incorporados os federalistas, herdeiros das gloriosas tradições de 93, que não o ódio político, não a cobiça de posições os animam, mas que os move um amor da pátria tão nobre e sincero, que não hesitaram em estender a mão aos adversários tradicionais. Por seu turno surgem entre estes vultos de inegável tolerância e liberalismo, que sabem fazer justiça ao desprendimento dos libertadores. Pela primeira vez se estabeleceu, embora com exceções lamentáveis, um ambiente propício à vida normal dos partidos políticos.”<sup>104</sup>

Fazendo uma digressão ao tempo da dicotomia política e das guerras civis que assolaram o estado, o jornal exalta o milagre da unificação em torno da candidatura liberal. Ressalta o governo tolerante de Getúlio, contrastado aos anos da “ditadura borgista”, que tornou possível os tradicionais adversários estenderam as mãos. Lembra a herança federalista dos libertadores e lamenta as exceções, como deveria ser o caso de Santana do Livramento. O editorial encerra dizendo que a Frente Única e a campanha liberal podem terminar a qualquer momento, mas “o fruto da tolerância e de uma melhor educação política” devem permanecer. Tratando-se de duas forças partidárias que representavam as facções de uma mesma oligarquia, a conciliação foi possível, naquele momento.

### 3. 4. “A fagulha redentora”

28 de julho de 1930, segunda-feira, manchete de capa do ERG: “De luto a nacionalidade! Varado pelas balas de um assassino, tomba, na capital pernambucana, o grande presidente da Paraíba”. Este fato foi, sem dúvida, o estopim da revolução. A trama, nesta época do ano, não estava se definindo. Osvaldo Aranha, inclusive, havia se demitido da secretaria que ocupava no governo estadual, demonstrando desapontamento com a causa revolucionária. Mas o crime no Nordeste mudou o curso dos acontecimentos. O fato ocorrera no dia 26, um sábado, por volta das 17 horas, na Confeitaria Glória, em Recife, onde João Pessoa estava tomando chá, na companhia do diretor do jornal *Diário da Manhã*, Caio de Lima Cavalcanti, do ex-deputado federal Agamenon Magalhães e de Alfredo Dias. João Dantas soube da presença do governador na capital pernambucana e passou a procurá-lo.

<sup>104</sup> A frente única, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 07 jul. 1930, p. 5, MCSHJC.

Tendo entrado no local referido, com um revólver em punho, disse: “Sou João Dantas” e começou a atirar. Efetuou seis disparos, sendo que dois atingiram o peito e um o pulso direito de Pessoa. Imediatamente Magalhães entrou em luta corporal com Dantas e o motorista do governador o feriu com um tiro, em seguida ele foi imobilizado pelas pessoas, que começaram a se aglomerar no local.<sup>105</sup>

A família Dantas era adversária política de João Pessoa, aliada de José Pereira. No entanto, o crime ocorreu por motivos particulares. João Duarte Dantas era chefe político da cidade de Teixeira (PB). Durante a crise paraibana, a polícia tinha apreendido livros, armas e documentos no escritório de João Dantas, na capital do estado. Entre os papéis, havia correspondências trocadas pelo advogado e uma professora. Eram cartas com conteúdo demasiado íntimo, que revelavam um caso de amor entre eles, ambos solteiros. Elas foram publicadas no jornal *A União*, sem o conhecimento de João Pessoa, que ficou muito indignado. Dantas foi embora da Paraíba, fixando residência em Olinda, Pernambuco, e a professora, acabou cometendo suicídio.

Na madrugada de 6 de outubro daquele ano, quando a revolução já tinha iniciado e a cidade de Recife estava convulsionada, a Casa de Detenção foi cercada pelas forças paraibanas e por populares que queriam levar o assassino de João Pessoa a fim de ser justificado na Paraíba. Horas depois, João Dantas e Augusto Moreira Caldas, seu cunhado, foram encontrados mortos na enfermaria.<sup>106</sup> A morte deles não foi elucidada. Junto com os corpos havia dois bilhetes, escritos por cada um deles, explicando o suicídio, porém, autoridades da época acreditam que eles tenham sido assassinados. Um crime com motivos passionais, acabou tornando-se um crime político de imensa repercussão na vida nacional. Como disse o editorial daquele dia, “Se já não somos uma nação inteiramente morta, se alguma coisa vibra ainda dentro de nós, esse crime há de ser-nos um sacrificio liberatório, há de conduzir-nos à revolta redentora.”<sup>107</sup>

O assassinato do governador gerou manifestações violentas na Paraíba. O povo saiu às ruas. Os adversários de João Pessoa tiveram suas casas incendiadas e saqueadas. Os que não fugiram, foram maltratados. Esta situação foi comentada no editorial *A*

---

<sup>105</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 28 jul. 1930, p. 1, MCSHJC.

<sup>106</sup> SILVA Hélio. Op. cit, p. 13, 152-157; Idem, *A revolução paulista 1931-1933 – História da República Brasileira*, v. 8, São Paulo, Editora Três, 1998, p. 55-56.

<sup>107</sup> João Pessoa In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 28 jul. 1930, p. 5, MCSHJC.

*justiça das ruas*, onde o jornal condenava tais práticas, mas diz que as entendia. No final, culpava Washington Luís, “com a sua política vesga, odienta e criminosa.”<sup>108</sup> Após a morte de João Pessoa, o presidente da República enviou tropas federais à região de Princesa, a fim de evitar abusos da polícia militar, comandada pelos correligionários do ex-governador, contra os opositoristas. O jornal comentou este fato, dizendo que o chefe do governo estava protegendo os cangaceiros contra as tropas estaduais, numa intervenção ilegal e que isto era uma vingança contra o estado.<sup>109</sup> Com esse desfecho, a crise política no estado nordestino tendeu a diminuir. O ERG afirmou que a “pacificação” na Paraíba não “modificou a situação nacional e nem atenuou as responsabilidades da Aliança Liberal (...) As grandes linhas não se alteraram e esperam o seu desenvolvimento lógico.”<sup>110</sup>

O fechamento da Rádio Cruzeiro, que transmitia a correspondência telegráfica da imprensa de Porto Alegre, pelo governo federal, foi considerado mais um atentado contra o país. Segundo o jornal, o presidente da República queria “insular” o Rio Grande do Sul, queria “seccionar a nacionalidade.”<sup>111</sup> No mesmo sentido, o ERG informa que a polícia do Rio de Janeiro intimou os diretores dos jornais cariocas, dizendo para moderarem a linguagem, ou os periódicos seriam imediatamente fechados.<sup>112</sup> Um projeto que regulamentava as comunicações radiofônicas estava tramitando no Senado. O jornal criticou-o, dizendo que se tratava de uma iniciativa reacionária, que visava exclusivamente limitar a manifestação do pensamento humano, através da fiscalização governamental.<sup>113</sup>

A linguagem médica usada por Raul Pilla pode ser vista no editorial *Educação e revolução*: “É preciso abrir largamente os abscessos e evacuar o pus. É preciso ajudar a natureza, porque, do contrário, não resistiremos à intoxicação.”<sup>114</sup> Aqui o jornal afirma que o remédio para a cura dos males nacionais não pode ser dentro das vias legais, ou seja, através da educação. Isto seria possível se a doença estivesse no início, mas diante do quadro brasileiro, somente a revolução poderia salvar o enfermo.

<sup>108</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 29 jul. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>109</sup> A intervenção na Paraíba, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 19 ago. 1930, p. 5; e Vingança saciada, In: *Idem*, 20 ago. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>110</sup> A grande questão, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 21 ago. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>111</sup> Mais um atentado In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 30 jul. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>112</sup> Tomem tento In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 31 jul. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>113</sup> Governo-morcego, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 22 ago. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>114</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 01 ago. 1930, p. 5, MCSHJC.

Após a morte de João Pessoa, retoma-se a conspiração revolucionária. *A posição do Rio Grande* comenta um editorial de *A Federação*, órgão oficial do PRR, onde o seu diretor voltava de uma conversa com Borges de Medeiros, que residia na fazenda do Irapuá, no município de Cachoeira do Sul.<sup>115</sup> Os republicanos mais antigos, antes avessos a qualquer ruptura da ordem legal, estavam sendo convencidos da necessidade do movimento armado. Ressaltamos o bom tratamento dado pelo órgão libertador ao jornal republicano. Em épocas anteriores, *A Reforma*, o jornal dos federalistas, não dava tréguas ao periódico do PRR e vice-versa.

Também o futuro governo de Júlio Prestes era apontado como negativo pelo jornal libertador. O editorial *Perspectivas sombrias*, descreve as dificuldades do futuro presidente, diante do quadro social, com a pobreza e o desemprego, que tendiam a se agravar, diante da crise mundial. A política financeira do país era criticada. Mas o principal fato negativo, era mesmo a situação política.<sup>116</sup> Este quadro é muito diferente de quatro anos atrás, quando a maioria, inclusive os libertadores, tinham boas expectativas quanto ao governo Washington Luís. Achavam que nada poderia ser pior do que a época de Artur Bernardes, com o seu eterno estado de sítio.<sup>117</sup> Agora, a crítica mais pesada recai sobre o governo em que tinham depositado esperanças. Em *Regime de exceção*, o editor condena Washington Luís pela censura aos jornais.<sup>118</sup> Além dos casos citados acima, são mencionados periódicos de Recife, que foram publicados com partes em branco, devido aos cortes. Dizia ainda que o país vivia sob um estado de sítio de fato, mas não de direito, porque não fora decretado pelo governo, o que era pior.

A necessidade da presença das Forças Armadas, a fim de dar respaldo ao movimento revolucionário e a tentativa de atraí-las, deve ter motivado o jornal a escrever os editoriais *O dever do soldado* (duas vezes o mesmo título) e *Os limites da obediência*.<sup>119</sup> Aqui aparece a idéia de que as corporações militares não podem simplesmente, como mercenárias, servir a quem paga o seu soldo ou a quem exerce autoridade legal, mas devem lealdade, acima de tudo, aos ideais de justiça, bem comum e amor pela pátria. Na ótica dos

<sup>115</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 04 ago. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>116</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 05 ago. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>117</sup> KIELING, José F. Op. cit, “Em 1926, estando próximo o fim do mandato de Bernardes, era com boa expectativa que se aguardava o governo de Washington Luís” (p. 70). “O novo presidente, em caravana pelo país, conseguia despertar simpatias e esperanças” (p. 71). O autor afirma que também Assis Brasil, Antunes Maciel Jr. e Juarez Távora tinham boas expectativas quanto ao novo governo.

<sup>118</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 06 ago. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>119</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 07 ago. 1930, p. 5; 09 set. 1930, p. 5; 09 ago. 1930, p. 5, MCSHJC.

libertadores, o chefe do Executivo federal não tinha autoridade moral para comandar o Exército e este, em caso de revolução, deveria aderir aos liberais. A obediência dos soldados deveria ter limites. O governo tinha demonstrado estar fora de lei e as Forças Armadas deviam obediência a esta, não àquele. Em outro editorial, o jornal afirma:

“É em função da nacionalidade que o exército depende do governo. O exército obedece ao governo, porque o governo serve à nação. O governo é, no caso, apenas um intermediário e, desde que se abra uma contradição entre ele e a nação, e esta contradição seja evidente, substancial, ao exército cabe servir diretamente à nação, que é a sua razão de ser.”<sup>120</sup>

Também no editorial *Dever implícito e explícito*, o jornal se manifesta, dando o exemplo da Argentina, onde o “exército e a marinha puseram as armas a disposição do seu verdadeiro dono, o povo argentino, que delas precisava para a defesa da sua liberdade.”<sup>121</sup> Mais tarde, em pleno processo revolucionário, quando a maioria das unidades do Exército já estava ao lado da revolução, o jornal criticou a Marinha, por se manter fiel a Washington Luís.<sup>122</sup>

A situação do país nesta época ainda era uma incógnita, embora a morte de João Pessoa tivesse começado a motivar os mais relutantes, a revolução estava paralisada. Antonio Carlos e Borges de Medeiros, líderes partidários de seus estados, não se manifestavam. Vargas era uma incógnita, parecendo que se movimentava de acordo com as marés. Os tenentes, exilados ou ilegais no país, aguardavam a manifestação dos políticos. A indústria e os negócios andavam a passos lentos, diante da indefinição política. Esta situação foi abordada pelo ERG. *Decisão necessária* comenta palavras dos intendentess de Uruguaiiana e Montenegro, que defenderam a pacificação do país.<sup>123</sup> A situação de dubiedade e incerteza que há meses reinava no país, deixava a todos descontentes e com um mal-estar. No entanto, para o jornal, a pacificação naquele momento não era o remédio. Afirma o editor que a cirurgia reparadora não podia ser temida, diante da gravidade da doença. Conclui dizendo que os políticos municipais citados deveriam exigir, antes da paz, uma decisão imediata. Os riscos da luta declarada seriam melhores do que a expectativa martirizante. Ainda sobre esse tema, o

---

<sup>120</sup> Cidadãos e soldados, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 18 ago. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>121</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 29 set. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>122</sup> Que espera a marinha?, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 23 out. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>123</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 08 ago. 1930, p. 5, MCSHJC.

editorial *Os que não querem* comenta outras manifestações, que acusavam os revolucionários de serem pessoas sem compromisso com o trabalho:

“(...) alguns cidadãos há que, para justificarem o seu comodismo, deram em sustentar uma estranha doutrina. Segundo eles, só querem a revolução os indivíduos que não trabalham e nenhum interesse tem a zelar. Esse formidável movimento de opinião, que sacode o país e reclama a reação armada contra os desmandos governamentais, seria obra exclusiva de desocupados e vagabundos. Os homens de trabalho, os que trazem uma contribuição positiva à sociedade, esses, na opinião de sociólogos da bitola dos intendentos de Montenegro e Estrela, não desejam, não querem a revolução (...)”

Se fosse preciso demonstrar o que todos sentem, traríamos aqui o depoimento de agricultores, industriais, comerciantes e operários. Só quem não quer conscientemente a revolução que se aproxima, são os vermes da politicalha, que até agora tem engordado à custa da miséria nacional.”<sup>124</sup>

Aqui se percebe que havia elementos políticos conformados com a situação, enquanto outros defendiam a ruptura da ordem legal, desde que fosse para implantar os princípios da Aliança Liberal. Como comentou o editorial *A palavra do Rio Grande*, citando um discurso de Lindolfo Collor, na Câmara dos Deputados, onde este disse que o estado sulino e Minas Gerais não iriam abandonar o campo de luta.<sup>125</sup>

Naquele momento, havia uma expectativa no ar. Qualquer ato ou palavra de uma figura política destacada poderia provocar o início da revolução. Foi com expectativa que o jornal anunciou, através do editorial *Aguardando a decisão*, o discurso que seria proferido pelo senador Firmino Paim F.º. Naquele dia ele faria declarações decisivas quanto à política do Rio Grande, em nome de Borges de Medeiros e Getúlio Vargas.<sup>126</sup> Mas, a expectativa foi frustrada, pois, no dia seguinte, o ERG comentava que o discurso fora uma decepção geral. O senador falara por si, o PRR havia se manifestado através do deputado Lindolfo Collor, afirmava o editor. Concluiu dizendo que o discurso não teve a importância que se anunciava.<sup>127</sup> É importante mencionar que, a nosso ver, o senador republicano não tinha muita simpatia entre os libertadores, sequer recebeu votos destes por ocasião das eleições, no mês de março. Sabemos que Paim Filho era o elo de ligação entre Vargas e o

<sup>124</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 13 ago. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>125</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 23 ago. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>126</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 27 ago. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>127</sup> A oração do Sr. Paim, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 28 ago. 1930, p. 5, MCSHJC.

presidente da República. Foi ele quem acordou com Washington Luís, após o pleito, para que a bancada federal do Rio Grande do Sul não sofresse cortes.

A revolução era uma questão de tempo, dizia o periódico libertador. O editorial da primeira edição de setembro de 1930, *Questão de patriotismo e bom senso*, explicou que a revolução seria suave como o cair de um fruto podre. Comparou com as revoluções que derrubaram o domínio português sobre o Brasil e a monarquia. Concluiu pedindo que os oponentes não lançassem obstáculos ao movimento, a fim de que, de fato, a revolução fosse benigna.<sup>128</sup> Lembramos que foi nesta data que Raul Pilla havia escrito a Osvaldo Aranha, reclamando da pouca participação do PL na conspiração. Na carta, já abordada neste trabalho, Pilla dizia que a revolução era esperada para poucos dias. No espírito revolucionário que dominava a nação, naquele momento, segundo o ERG, não havia dúvidas de que o movimento não era contra o presidente Washington Luís, mas, sim, contra todo o sistema por ele comandado. Por isso, *Rebelião e revolução*, informava que, antes ou depois da posse de Júlio Prestes, a data não importava, “uma revolução, no amplo e profundo sentido da palavra”, era o que a nação queria, e não uma simples rebelião.<sup>129</sup>

O fato do governo não ter fornecido as informações solicitadas pelo deputado federal Maurício de Lacerda, acerca do jornalista Antunes de Almeida, desaparecido após ter sido preso pela polícia paulista, é comentado no editorial *De renúncia em renúncia*.<sup>130</sup> O jornal critica o Legislativo federal, que estaria totalmente submisso ao despotismo do Executivo. O mesmo deputado propôs, logo em seguida, a criação de um inquérito parlamentar para apurar o desaparecimento de jornalistas cariocas em São Paulo, dando a entender que não era um único caso. O jornal comenta que tal inquérito não se realizaria, tendo em vista a composição da Câmara dos Deputados, que era majoritariamente governista.<sup>131</sup> Acerca do mesmo assunto, o editorial *Os direitos individuais* informa que tais jornalistas haviam sido seqüestrados há três meses e a polícia simplesmente nada informava, pois dizia que não os tinha prendido.<sup>132</sup>

---

<sup>128</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 01 set. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>129</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 17 set. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>130</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 16 set. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>131</sup> O direito de inquérito, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 19 set. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>132</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 22 set. 1930, p. 5, MCSHJC.

É muito interessante a interpretação dada pelo ERG acerca da Revolução Farroupilha. Publicado no dia 20 de setembro de 1930, o editorial *O separatismo rio-grandense* comparou a situação da época farroupilha com a vivida naquele momento. Afirma que o motivo inicial da revolta não era o separatismo, mas o ideal republicano foi tomando conta dos revoltosos e, na impossibilidade de levar o movimento às outras províncias, ocorreu o rompimento da unidade nacional. O editor conclui seu pensamento:

“Era necessário acentuar este ponto no dia de hoje. A intervenção do Rio Grande no último pleito presidencial também foi dada pelos reacionários como uma manifestação do nosso espírito particularista. Queríamos apenas, ao nos opormos ao despotismo, um presidente rio-grandense. Entretanto, nenhuma campanha teve cunho mais nacional do que esta. Foi pela preservação do Brasil que combateu o Rio Grande, quando pudera ter ficado comodamente no seu canto, a cuidar dos seus negócios. É ainda pela salvação comum que ele está disposto a lutar. Nada mais desejamos do que uma pátria grande, mas como a verdadeira grandeza das nações é a liberdade, queremos, sobretudo, uma pátria livre. A isto se reduz o separatismo, de que falsamente nos acusam os que, reduzindo o Brasil a uma colônia de São Paulo, estão concorrendo para a dissolução da nacionalidade.”<sup>133</sup>

Creemos que o autor usou um tom mais emocional, a fim de acentuar um caráter regionalista ao movimento que estava sendo preparado. Talvez tivesse a intenção de preparar um “espírito farroupilha” naqueles gaúchos que deveriam pegar em armas para derrubar o governo federal.

A mensagem do ainda presidente do estado, Getúlio Vargas, na sessão inaugural da Assembléia dos Representantes, a 30 de setembro de 1930, foi comentada em dois editoriais do ERG. O primeiro destacou aspectos econômicos, mostrando que o Rio Grande do Sul já demonstrava sinais de crise. O segundo, *A mensagem e a questão política*, ressaltou que Vargas manifestou-se resignado com o resultado das eleições, aceitando-o, mesmo sabedor das fraudes, no que foi contrariado pelos libertadores. Mas, como principal envolvido, e para não ser mal interpretado, esta posição era aceitável. O editor destaca que o principal culpado pela situação de revolução iminente era o próprio Washington Luís, que após o pleito, colocou Minas Gerais e Paraíba “inteiramente fora do regime representativo” e realizou no último estado uma “criminosa intervenção.”<sup>134</sup>

<sup>133</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 20 set. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>134</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 01 out. 1930, p. 5; 02 out. 1930, idem, MCSHJC.

### 3. 5. “O Brasil novo”

No dia em que estourou a revolução, 3 de outubro de 1930, sexta-feira, o *Estado do Rio Grande* publicou um editorial que era uma espécie de mensagem codificada. Não falava explicitamente no movimento, mas deixava nas entrelinhas que algo iria acontecer em breve. O movimento iniciou às 17h30min, no final do expediente das unidades militares federais. O jornal era vespertino, na primeira hora da tarde já devia estar circulando, dizendo:

“Preciso é que o Brasil se mova, que rompa as faixas que o mantém no ataúde. Hoje ainda seria tempo, hoje ele ainda poderia vencer a corrupção que lhe mina o organismo; mas amanhã talvez já fosse muito tarde... Preciso é que o Brasil se mova (...) Aproxima-se o treze de maio da nacionalidade (...) O Brasil levantar-se-á do esquife onde o deitaram.”<sup>135</sup>

Percebemos o uso da palavra hoje, claro que isto nada configura, pois poderia estar sendo usada em sentido figurado. Até porque, o movimento era feito sob extremo sigilo, porém, creio que os editores do ERG, como líderes do PL, sabiam do que estava porvir naquele dia. Foge ao escopo deste trabalho explicar os acontecimentos em Porto Alegre naquele dia e na madrugada de 4 de outubro, bem como a adesão quase completa das guarnições federais no interior do estado.

No dia seguinte o jornal trazia na capa o longo manifesto de Getúlio Vargas, intitulado *À nação*. Nele, o futuro chefe do governo provisório faz um resumo dos acontecimentos, desde a eleição de 1º de março até aquele momento, reivindicando os motivos para o movimento revolucionário recém iniciado. Destacamos apenas o seguinte trecho:

“Estamos ante uma contra-revolução para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano, para a reconstrução nacional (...) Não foi em vão que o nosso estado realizou o milagre da união sagrada. É preciso que cada um de seus filhos seja um soldado da grande causa. Rio Grande, de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino heróico.”<sup>136</sup>

<sup>135</sup> Surge et ambula!, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 03 out. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>136</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 04 out. 1930, p. 1, MCSHJC.

No mesmo dia, o editorial *Resurrexit*, falava em tons grandiosos:

“É a nova república que surge, porque a velha faltou a todas as suas promessas. É o regime da lei que se vai instalar, porque até agora só tivemos o regime do arbítrio e da prepotência. É a democracia, maravilhosamente sintetizada no lema *Representação e Justiça*, que se vai substituir ao despotismo até agora imperante (...) Começou, portanto, o raiar de uma nova aurora. Rubro está o nascente. E, para que cheguemos ao dia alto, para que o novo sol possa fulgurar a pino sobre o país inteiro, talvez ainda muito sangue há de ser derramado. Não importa. É uma lei fatal que as maiores conquistas humanas tenham de ser regadas com o generoso líquido das nossas veias. Todo cativo exige resgate. Toda causa nobre tem os mártires. Sacrifiquemo-nos, os que a sorte designar para o sacrifício, na certeza de que a pátria ressurgirá mais digna e mais bela. Um povo sem liberdade não tem sentimentos: tem instintos (De Custius).”<sup>137</sup>

Como se percebe, o jornal exulta com os primeiros passos do movimento e prevê uma “nova república” que iria surgir a partir dali. É perfeitamente aceitável tal entusiasmo, naquele contexto, onde há meses se esperava o que havia se iniciado no dia anterior.

*O dever do Rio Grande* celebrava as primeiras vitórias do movimento revolucionário em solo gaúcho, ressaltando a completa adesão dos militares federais, formados por soldados rio-grandenses, adeptos da causa libertadora. Salienta a marcha em direção a Santa Catarina e ao Paraná, mas alerta no sentido de que a batalha não será fácil, pois “a tirania não se entregará sem luta.”<sup>138</sup> O jornal acredita que a revolução venceria em questão de dias ou semanas. Percebe-se a empolgação no início do movimento. Mas, também, já ocorre, por parte dos libertadores, uma preocupação no sentido de que a revolução não seja apenas um ato punitivo ao regime vigente, mas que contemple, na prática, os ideais de justiça e liberdade. É do que trata *As responsabilidades da revolução*.<sup>139</sup>

A partir da edição de 7 de outubro de 1930, o jornal publica um mapa do país, dividido em estados, para mostrar a “imagem gráfica da situação do Brasil sob o domínio revolucionário”. Nessa data, aparecem destacados os três estados do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte e Piauí (Figura 1). Dois dias

<sup>137</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 04 out. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>138</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 06 out. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>139</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 07 out. 1930, p. 3, MCSHJC.

depois, o mapa mostrava a conquista do Ceará, Maranhão e Sergipe e declarava: “Dos 17 governadores do Catete, 7 já foram depostos – 12 Estados acham-se sob domínio da Revolução e mais 6 estão invadidos pelas colunas da causa redentora.”<sup>140</sup> (Figura 2). No dia 20, o mapa trazia apenas os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Goiás e Amazonas, como não conquistados pela revolução. Destacava que, além destes cinco governadores alinhados ao Catete, apenas o de Santa Catarina não havia sido deposto (Figura 3).

O avanço das tropas revolucionárias era celebrado pelo jornal, que destacou a chegada dos gaúchos na divisa do Paraná com São Paulo, a descida das tropas pelas montanhas mineiras, exercendo pressão nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e a partida das forças paraibanas, conquistando todo o Nordeste em poucos dias. Eram “gigantescas vagas humanas impelidas pelo grande ideal de redenção nacional”. A esse movimento o editor chamou de *Guerra santa*.<sup>141</sup>

A discussão acerca do termo pelo qual deveria ser chamado o movimento em curso no país, naquele momento, era apresentada pelo jornal. O ERG diz preferir chama-lo de *revolução* e não, como queriam alguns, “tomados do escrúpulo do legalismo”, denominavam *contra-revolução*. O editor afirma que um movimento daquela “amplitude e profundidade”, que visava “a remodelação integral do país” não poderia considerado apenas uma *contra-revolução*. Mas entendia os que, num primeiro momento, assim o chamaram, pois “era uma reação armada contra a subversão legal produzida no país pelo presidente da República (...). O revolucionário era o Sr. Washington Luís e *contra-revolucionários* os que se lhes opunham”. Conclui reafirmando que o que estavam fazendo era uma *revolução* “pura, das melhores.”<sup>142</sup>

A chegada de Assis Brasil a Porto Alegre, prevista para o dia 9 de outubro, foi destacada pelo jornal. O presidente do PL, pelo que se deduz, estava na sua residência em Pedras Altas, quando iniciou a revolução, pois havia proferido uma declaração em Pelotas, no dia 7 de outubro, transcrita em parte no editorial que leva o seu nome. Neste espaço, o editor teceu elogios ao dirigente partidário, apresentando-o como um dos artífices do movimento que percorria o país. Outro personagem que é elogiado pelo jornal é Osvaldo

<sup>140</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 09 out. 1930, p. 11, MCSHJC.

<sup>141</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 10 out. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>142</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 08 out. 1930, p. 3, MCSHJC.



Figura 1 – Os nove estados sob domínio revolucionário (ERG, 07 out. 1930)



Figura 2 – Os doze estados sob domínio revolucionário (ERG, 09 out. 1930)



Figura 3 – Os quatorze estados sob domínio revolucionário (ERG, 20 out. 1930)

Aranha. O editorial *A coragem de ficar* exalta a figura do ex-secretário do Interior, no governo estadual de Vargas e grande artífice da revolução. Diz que tão importante quanto o serviço dos que pegaram em armas e foram em direção ao centro do país, é o papel dos que ficaram fazendo o serviço de retaguarda, também essencial para o sucesso do movimento. Cita Aranha como exemplo disso.<sup>143</sup>

A posse de Getúlio Vargas na presidência da República começou a ser discutida pelo ERG. *O presidente eleito* afirmava que fora ele e não Júlio Prestes quem tinha sido eleito em 1º de março. O jornal explicou que tendo sido eleito pelo povo, porém, não reconhecido pelo Congresso Nacional, o nome de Vargas era agora referendado pela revolução “e por ela será empossado, a fim de pôr em prática o programa de regeneração nacional formulado pela Aliança Liberal”. O editor ressalta, porém, que Vargas é um fruto da revolução e “deve ser fiel a ela”:

“O seu primeiro dever é pôr por obra os cânones da Revolução. É fazer sumariamente efetivos os postulados tão positivamente estabelecidos por ela.

<sup>143</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 11 out. 1930, p. 3, MCSHJC.

Assim, o papel que os acontecimentos destinaram ao nosso eminente compatriota, sendo aparentemente árduo e difícil, é em realidade, o mais fácil.

Confiamos em que ele se há de mostrar à altura da sua missão providencial.

Em subseqüentes artigos comentaremos esses conceitos e deixaremos mais claro, se é possível, em que condições o Partido Libertador continuará a dar-lhe o seu leal e desinteressado apoio.”<sup>144</sup>

Este editorial demonstra que os libertadores apoiariam Vargas, desde que ele não abandonasse os princípios liberais que permitiram a formação da Frente Única no Rio Grande do Sul. Poucos dias depois, num editorial que abordava a necessidade de reformar o Judiciário, o jornal questionava se a revolução confirmaria o mandato que Getúlio Vargas tinha recebido nas urnas ou se instituiria uma junta governativa.<sup>145</sup> A questão sobre quem deveria tomar posse por ocasião da vitória revolucionária e da conseqüente deposição de Washington Luís, será abordada mais adiante.

A edição de 14 de outubro de 1930 é especial, porque celebra o primeiro aniversário do jornal. A capa é interessante, pois difere das demais (Figura 4). Traz uma ilustração onde aparece um homem a cavalo, com o chapéu na mão. Na parte central, um grupo de cavaleiros e na parte inferior da página, um grupo de soldados, fardados e usando lenços à moda gaúcha, carregam as bandeiras do Brasil e do Rio Grande do Sul. No canto superior direito a inscrição: “Bento Gonçalves: Bravo, meus netos! Eu tinha certeza deste instante!” E no pé da página: “A ressurreição do Rio Grande”. Por isso, podemos dizer que o cavaleiro representa Bento Gonçalves e o grupo, a cavalaria farroupilha. Os soldados eram os gaúchos à frente da revolução de 1930. Esta ilustração demonstra o ardor cívico regional que os libertadores demonstravam pelo movimento revolucionário. Pode-se fazer uma analogia entre a Revolução Farroupilha e a Revolução de 1930. Para os libertadores da época, assim como os liberais gaúchos de 1835 lutaram contra o centralismo do governo imperial, os liberais de 1930 estavam lutando contra o despotismo de Washington Luis.

Nesse dia o editorial apresentava aos leitores uma “prestação de contas”, onde reafirmava a sua posição como órgão partidário, porém não faccioso. Destacamos o seguinte:

<sup>144</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 13 out. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>145</sup> O judiciário ante a revolução, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 18 out. 1930, p. 3, MCSHJC.



Figura 4 – Capa do jornal em seu 1º aniversário (ERG, 14 out. 1930)

“O *Estado do Rio Grande* nasceu numa hora fatídica: mal começara a campanha liberal. Como órgão do seu partido, esta folha entrou resolutamente na peleja e nela não foi, por certo, dos menos ardorosos combatentes. Hoje, volvido um ano, está quase terminada a luta: o despotismo estrebucha sob as garras de aço da revolução triunfante.

Mas não quer isto dizer que neste posto de combate possa haver tréguas. A obra de uma revolução não termina com a vitória. Pelo contrário, pode dizer-se que então ela vai verdadeiramente começar. Até agora o que se tem feito é derrubar e destruir. Está-se limpando o terreno para a construção futura. Daqui a alguns dias ou algumas semanas estará completa essa operação preliminar. Qual será, porém, o novo edifício que se vai erigir? A que planos obedecerá? Corrigir-se-ão nele os defeitos do que se derrubou? Ou incidir-se-á em outros, talvez mais graves? Tais são as perguntas que assaltam todos os espíritos sinceros e bem intencionados.

Assim, se a vocação desta folha, no seu primeiro ano de existência, foi pregar a revolução, a sua missão capital, no período que hoje se inicia, será evidentemente colaborar, pelo seu conselho e pela sua crítica, na instituição do novo regime. E essa missão, infinitamente mais delicada, nós a exerceremos com a mesma determinação e pertinácia, com o mesmo

elevado critério que fez do *Estado do Rio Grande* um órgão de partido, superiormente inspirado nos superiores interesses da coletividade, e nunca um órgão de facção.”<sup>146</sup>

Percebemos aqui que os libertadores cogitavam a possibilidade de que o movimento revolucionário pudesse, no futuro, ser desvirtuado em seus propósitos, vindo a cometer os mesmos, ou até piores, erros do regime que derrubava. Mostra também a certeza da rápida vitória sobre as forças legalistas. Transcorridos dez dias do início, a revolução estava estacionada, não havendo combates efetivos. A maior parte do Exército já tinha aderido ao movimento. A reação do governo não acontecia e o desfecho pró-revolução parecia mesmo inevitável. Inclusive exortava os militares que ainda não tinham aderido, para que tomassem partido pela causa da revolução e dizia que a resistência seria somente “para um inútil sacrifício de vidas e fazenda”. Informava que apenas o Rio de Janeiro, sede do governo federal, e São Paulo, onde o despotismo havia fincado raízes, não estavam na mão dos liberais.<sup>147</sup>

Esse era o pensamento dos libertadores quanto ao desfecho da revolução. Tanto que já falavam das reformas que Vargas deveria promover. Uma reforma eleitoral que garantisse o alistamento automático, o voto secreto e a representação proporcional. Também salienta a necessidade da completa independência do Poder Judiciário. Para tanto, defende a dissolução do Congresso Nacional e uma ditadura de Vargas, a fim de promover tais reformas. Ressalta, porém, que este período deve ser curto, brevíssimo.<sup>148</sup> Percebe-se a ausência de medidas sociais, econômicas, enfim, a luta liberal era apenas pela reforma política. Uma mudança superficial, que não resolveria os problemas estruturais enfrentados pelo país. A dissolução do Congresso se fazia necessária, pois o atual Parlamento era “uma assembléia de escravos e falsários”. Para isso seria necessário o seu “desaparecimento, para dar lugar a uma assembléia que pudesse representar o espírito e o pensamento da revolução.”<sup>149</sup> Já está expresso o desejo do PL em convocar uma Constituinte, após uma rápida ditadura revolucionária.

<sup>146</sup> Prestando contas, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 14 out. 1930, p. 5, MCSHJC.

<sup>147</sup> Soldados e militares, ouvi!, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 16 out. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>148</sup> Os compromissos do candidato, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 15 out. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>149</sup> A dissolução do Congresso, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 17 out. 1930, p. 3, MCSHJC.

O jornal defende também uma reforma judiciária, pois este poder estaria corrompido. O problema era a falta de independência e de moralidade. Explica que desde um juiz municipal, quando submetido ao chefe político local, até o Supremo Tribunal Federal, que sofre ingerência do presidente da República, são exemplos da situação. O primeiro caso era um fenômeno comum do coronelismo, típico na República Velha. Defende uma remodelação profunda do Judiciário, a fim de garantir sua independência. Este seria um dos maiores objetivos da revolução.

Também era abordada pelo ERG a necessidade de uma devassa na vida pública dos atuais detentores do poder político nacional. O jornal, antes da demissão de Washington Luís, já falava em investigar o patrimônio dos políticos e, caso comprovado alguma ilicitude, o confisco dos seus bens. “(...) o que desejamos é um verdadeiro processo, revestido de todas as garantias, que apure responsabilidades, castigue criminosos e restitua aos depauperados cofres da Nação o que lhes foi subtraído.”<sup>150</sup>

Outros elementos visuais colocados no jornal, para ilustrar o avanço revolucionário, são gráficos que mostram a “proporção de superfície e população brasileiras já conquistadas pelas hostes libertadoras e as que restam ao Catete.”<sup>151</sup> (Figura 5). Quanto à superfície, 2,2 milhões de km<sup>2</sup> eram liberais ou libertados; 2,6 milhões km<sup>2</sup> já estavam invadidos por forças liberais e 3,7 milhões de km<sup>2</sup> ainda em poder do Catete. Quanto à população, 19,5 milhões de habitantes estavam em “poder” dos liberais; 6,75 milhões já invadidos por forças liberais e 9 milhões de pessoas, ainda em poder do Catete. Estes gráficos são importantes recursos visuais, publicados no ERG, para mostrar a conquista das forças revolucionárias.

No dia 24 de outubro de 1930 uma junta militar composta pelos generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha, depôs o presidente Washington Luís, abortando um combate que se preparava na divisa dos estados de São Paulo e Paraná. Isto foi celebrado em todo o Brasil como a vitória do movimento iniciado no dia 3 daquele mesmo mês. A revolução durou 21 dias. Para celebrar o fato, a capa do ERG no dia seguinte, reproduzia a do dia 14 daquele mês, data do 1º aniversário do jornal (Figura 4). O editorial comentava que, de agora em diante, a tarefa seria mais difícil, porque teriam que

<sup>150</sup> Saneamento necessário, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 20 out. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>151</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 23 out. 1930, p. 10, MCSHJC.



hoje. Vamos reorganizar uma nacionalidade, após quarenta anos de dissolução, vamos fazer obra, não de homens, mas de semi-deuses. É preciso que estejamos à altura da tarefa. É necessário que reunamos todas as energias e todo o idealismo de que somos capazes (...)

Não poderemos permitir que o Brasil novo traga em si alguns dos aleijões do Brasil velho que derrubamos.”<sup>152</sup>

O texto mostra que os libertadores tinham noção do momento que viviam e da responsabilidade a eles oferecida pela história. Ressalto que o editor foi muito racional em suas palavras, não se deixando levar por sentimentos que certamente estavam tomando conta das hostes liberais naqueles dias de celebração. Os jornais mostravam isso, por exemplo, na manchete do ERG: “Porto Alegre delira ante a apoteose do triunfo”.

No dia 26 de outubro de 1930, Assis Brasil enviou um telegrama a Getúlio Vargas, em nome do PL e do PDN. Este foi publicado no dia seguinte, reafirmando a solidariedade dos dois partidos. A correspondência indicava que Assis Brasil estranhava o fato da junta militar ter assumido e exigido que ambos os lados depusessem as armas. Esperava que Vargas repelisse tais militares, pronta e energicamente. O telegrama apresentava os pontos de vista dos libertadores/democráticos, resumidos em dez itens, entre os quais destacamos cinco:

“5.º) Getúlio Vargas é, pois, ao mesmo tempo, presidente eleito e reconhecido, chefe central da revolução e generalíssimo dos seus exércitos, e, como tal, deve assumir desde já a suprema autoridade do governo provisório, até 15 de novembro, cercado-se dos ministros que escolher, segundo o seu critério e consulta às influências nacionais que o prestigiam;

6.º) A situação ditatorial assim criada deve prolongar-se apenas pelo tempo indispensável, ainda que tenha de penetrar no período presidencial a começar a 15 de novembro;

7.º) Esse governo ditatorial, delegado direto da nação, deve decretar imediatamente e sumariamente todos os postulados da revolução, que são os da Aliança Liberal, dissolvendo o congresso espúrio, saneando os tribunais e abrindo devassas austeras, mas desapaixonadas, sobre todas as irregularidades contra as quais a opinião clama em vão por justiça, há quase meio século;

8.º) Com o conselho e assistência de técnicos competentes, o governo provisório decretará especialmente a reforma eleitoral, com a limpeza dos alistamentos, voto secreto e representação proporcional, e fará eleger uma convenção nacional, para julgar e ratificar todos os seus atos, podendo prolongar-se como poder legislativo ordinário;

---

<sup>152</sup> Para o Brasil novo, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 25 out. 1930, p. 3, MCSHJC.

9.º) Perante essa convenção, o presidente Getúlio Vargas deporá a sua autoridade extraordinária, deixando-lhe mesmo o arbítrio de ratificar a sua eleição ordinária, ou mandar-lhe dar substituto em pleito regular.”<sup>153</sup>

Neste telegrama Assis Brasil expõe as diretrizes do PL diante da situação que passaria a vigorar. Percebemos nele os principais temas abordados nos editoriais do ERG, nas últimas edições. Ao que tudo indica, Raul Pilla, como o principal escritor destes artigos, estava publicando-os, como uma decisão partidária. Como analisamos anteriormente, os principais temas do telegrama, foram explicados aos leitores do jornal, através dos últimos editoriais.

O “decálogo” enviado por Assis Brasil a Vargas, através do referido telegrama, do qual transcrevemos apenas cinco itens, foi resultado de uma reunião do Diretório Central do Partido Libertador, ocorrida na residência do Cel. Armando Tavares, em Porto Alegre, cuja data exata não se pode precisar, mas, pelo testemunho de Mem de Sá, que foi o secretário da reunião e era um dos cinco “redatores principais” do ERG, ocorreu entre o dia 3 de outubro e o dia do embarque de Getúlio e sua comitiva para o front no Paraná, ou seja, dia 11 daquele mês. Acerca desta reunião, creio que é muito importante frisar uma passagem escrita por Mem de Sá:

“Presidiu-a Assis Brasil que, diga-se de passagem, usando de seu imenso prestígio, mais do que simples presidente, era verdadeiro condutor e elaborador das deliberações. Assis expôs detidamente a situação política, chegou à alternativa, acima aludida, e concluiu por afirmar que, para os libertadores, deveria ser claro que seu candidato fora o Sr. Getúlio Vargas, que ele houvera sido vítima do esbulho eleitoral e, por conseqüência, era ele, exclusivamente ele, o Presidente da República a empossar.

Disse e passou os olhos pelos presentes, convidando-os a se manifestarem. O silêncio que se seguiu foi quebrado pela palavra do Sr. Raul Pilla. Pálido, voz calma e firme não obstante a emoção, pediu licença Pilla para divergir do chefe e mestre. Em seu modo de sentir só se poderia iludir com o Sr. Getúlio Vargas quem o não conhecesse. Para ele, o passado de Vargas respondia por seu futuro. Era dissimulado e não merecia confiança, nem fé. Uma vez sentado na cadeira presidencial, dela não sairia senão à força. E a condição, que se lhe desejasse impor, de promover eleições em breve prazo, seria logo esquecida e jogada fora. Por tudo isto, e por bem conhecer – presumia – o homem com quem se lidava, votava com todo o acatamento e respeito devidos ao presidente Assis Brasil, no sentido de o Partido Libertador manifestar sua preferência pela entrega do poder a uma Junta Militar que se viesse a instituir, com a condição desta promover,

---

<sup>153</sup> A orientação do Partido Libertador, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 27 out. 1930, p. 1, MCSHJC.

sob compromisso de honra, eleições para uma Assembléia Constituinte, dentro de 90 ou 120 dias. Silêncio tumular, atmosfera tensa de emoção. O jovem secretário, de 25 anos, que era eu, mal podia tomar seus apontamentos que, aliás, até hoje, estão gravados, em seu espírito. A votação foi simples e rápida. Pilla ficou só, já que o Secretário não era membro do Diretório e, pois, não tinha voto. No dia seguinte, uma Comissão, presidida por Assis Brasil, foi ao palácio levar ao presidente Getúlio Vargas a histórica decisão do Partido Libertador.”<sup>154</sup>

Conforme este relato, Raul Pilla, vice-presidente do PL e diretor do seu órgão oficial, era contra a decisão partidária, em relação à posse de Vargas, após a vitória da revolução. No entanto, como era natural, ele não transmitiu seu ponto de vista nas páginas do jornal, pois era necessário que, aos leitores, o PL passasse a idéia de unidade. Ao contrário, nos editoriais, a figura pessoal de Vargas, neste período, era sempre elogiada. Isso mostra que as divergências partidárias e as clivagens internas não se tornavam públicas. O papel do ERG era mostrar a opinião do PL e não do seu diretor ou de qualquer membro do partido, individualmente. Ao se manifestar na reunião, Pilla demonstrou conhecer Vargas mais do que todos ou outros, pois o que ele disse, realmente aconteceu depois.

O papel da Junta Militar Governativa, a comissão de três militares que depôs Washington Luís, com a efetiva colaboração do cardeal da cidade, D. Sebastião Leme, foi questionado pelo jornal. Rebatia o manifesto por ela lançado, dizendo que a ela não caberia o papel pacificador, mas somente saneador. Criticou a junta por considerar a libertação de “alguns dos mais repelentes exploradores do regime” e pleitear a libertação de Washington Luís, desde que ele saísse do país.<sup>155</sup> O jornal exigia a punição dos próceres governistas, “não por vingança, mas por justiça.”<sup>156</sup> Diz que a junta “elaborou um programa de reformas, onde se encontram algumas idéias esdrúxulas.”<sup>157</sup> Porém, não apresenta estas idéias.

A defesa de um curto período de exceção antes da constitucionalização do país foi reforçada pelo jornal:

<sup>154</sup> SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*, Porto Alegre, Tabajara, 1973, p. 83-84.

<sup>155</sup> Erro de apreciação e A incompreensão da junta, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 27 out. 1930, p. 3, e 28 out. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>156</sup> Não vingança, mas justiça, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 30 out. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>157</sup> A organização da República, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 01 nov. 1930, p. 3, MCSHJC.

“(...) entendemos que a ditadura deve ser parca em reformas. Em vez de legislar a torto e a direito e pretender resolver todas as questões a golpes de decretos, o que deve é preparar com cuidado a assembléia constituinte, em outros termos, dotar a nação com um órgão legislativo à altura de sua missão (...) Por isso entendemos que o mais alto dever da ditadura é dar-nos uma convenção nacional capaz de exercer a sua delicada tarefa, limitando a sua atividade legislativa aos casos de evidente necessidade.”<sup>158</sup>

Através deste texto, o editor mostra aquela que será a principal bandeira do PL nos próximos meses: a constitucionalização imediata do país. Defendia uma mudança constitucional que evitasse os “três grandes males do regime: onipotência do executivo, debilidade do legislativo, dependência do judiciário.”<sup>159</sup> Para corrigi-los, propunha as mudanças eleitorais já descritas neste trabalho e a nomeação do presidente da República pelo Congresso Nacional, como já foi exposto. Nesse momento, porém, já se manifestavam algumas divergências entre os revolucionários. O ERG criticou um manifesto de Juarez Távora e disse que, mesmo os líderes civis da revolução não tinham idéias convergentes, mas, saberiam, através do livre debate, chegar ao acordo. A crítica ao manifesto de Távora provavelmente se deve ao fato de que o representante do tenentismo fazia a defesa de um conteúdo mais radical de reformas, como a nacionalização de bancos estrangeiros, das minas e quedas de água, o combate gradativo ao latifúndio e reformas na área trabalhista.<sup>160</sup> Isto já caracterizava aquilo que seria constante nos primeiros anos da Era Vargas, a disputa entre os tenentistas e as oligarquias.

A situação estadual foi abordada pelo jornal no dia da posse de Vargas na chefia do governo provisório. Dizia que, se fosse um regime normal, haveria a necessidade de fazer-se nova eleição para presidente do estado, mas, num regime de exceção, o governo provisório deveria nomear um governante estadual, também provisório. Após a elaboração da nova Constituição Federal, seriam instaladas Assembléias Constituintes Estaduais e, posteriormente, seriam realizadas eleições para os Executivos estaduais.<sup>161</sup> Esta era a posição libertadora para o processo estadual. O que de fato ocorreu com a nomeação dos interventores, mas, as Constituintes não vieram como pretendiam.

---

<sup>158</sup> Cautela necessária, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 29 out. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>159</sup> Os males do regime, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 31 out. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>160</sup> FAUSTO, Boris. A revolução de 1930, In: MOTA, Carlos G. (org.), *Brasil em perspectiva*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995. 20 ed., p. 248.

<sup>161</sup> Governo do Rio Grande, In: *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 03 nov. 1930, p. 3, MCSHJC.

Com a análise deste editorial, publicado no dia 3 de novembro de 1930, quando Vargas recebia da Junta Militar Governativa o cargo de presidente da República, encerramos o presente capítulo. Vimos que no período de oito meses, realizou-se aquilo que desde 5 de julho de 1922, quando os tenentes saíram do Forte de Copacabana para derrubar o governo federal, estava sendo desejado e, de certa forma, preparado por uma fração da oligarquia brasileira. Paradoxalmente, os jovens militares tiveram que se aliar aos “velhos” políticos para atingir seus objetivos. Foi necessária uma ruptura na política do “café-com-leite”, devido à intransigência de Washington Luís e à obstinação de Antônio Carlos, para que a República Velha caísse como um fruto podre.

No caso do Rio Grande do Sul, as especificidades foram maiores. Como vimos, a derrota eleitoral da Aliança Liberal, de certa forma esperada, não desanimou os revolucionários, apesar da ambigüidade de Vargas, do legalismo de Borges e da apatia pós eleitoral de Antonio Carlos. O *Estado do Rio Grande* continuou criticando o governo Washington Luís, especialmente com relação aos fatos ocorridos na Paraíba. Percebemos que o papel do Partido Libertador não foi o de protagonista principal, mas coadjuvante. No entanto, a união entre republicanos e libertadores, foi fundamental para o sucesso da revolução iniciada em 3 de outubro. Imaginemos se o estado ainda vivesse a dicotomia política anterior. As oposições não iriam pegar em armas contra o movimento? Getúlio era republicano, assim como os principais líderes da revolução. Lutar contra Borges de Medeiros era o que os federalistas fizeram a vida inteira. Podemos imaginar como seria a resistência no interior do estado, caso os libertadores não formassem a Frente Única.

Ao longo dos oito meses entre a eleição e a posse de Vargas, o jornal dos libertadores manteve-se quase sempre em defesa da revolução, embora, criterioso quanto aos seus aspectos. Como vimos através dos editoriais analisados, as reformas defendidas eram de caráter político eleitoral, praticamente nada alterando no campo econômico ou social. Quando a revolução tende, num primeiro momento, a praticar princípios não muito liberais, a maioria dos libertadores, gradativamente, vai engrossar as fileiras oposicionistas, formando, junto com os paulistas, a gênese do anti-getulismo, que irá caracterizar uma parcela dos políticos conservadores nas próximas décadas. Este afastamento dos libertadores com a Revolução de 1930 e a formação da oposição ao “estado getulista” será analisado no próximo capítulo.

#### IV – A LUTA PELA RECONSTITUCIONALIZAÇÃO

Neste capítulo final, apresentamos a análise dos editoriais do *Estado do Rio Grande* entre novembro de 1930 e julho de 1932. É um longo período que compreende pouco mais de um ano e oito meses, onde os libertadores passam de combativos revolucionários a incansáveis críticos e opositores ao regime implantado pela revolução de outubro. Essa metamorfose não ocorreu imediatamente, embora já estivesse latente nos primeiros meses do governo provisório. Apesar das saudações iniciais, aonde o jornal irá se congratular com Flores da Cunha e com os libertadores que ocuparam cargos nos novos governos federal e estadual, surge a questão do “poder oculto” dos tenentes.

Um tema será constante nas páginas do jornal no fim de 1930 e início de 1931: a Legião Revolucionária. Para os libertadores era inadmissível tal organização, por seu caráter anti-partidário, militarizado e, segundo eles, fascista. Na verdade, como veremos, diferentemente de outros estados, o Rio Grande do Sul contava com dois fortes partidos políticos, conservadores, tradicionais, que não aceitariam uma nova força, que seria, bem ou mal, concorrente. Junto com o combate às legiões, também foi criticada a idéia tenentista da representação classista no legislativo federal. O jornal irá mostrar a inadequação de tal idéia, dizendo que ela existia somente em estados autoritários, como a Rússia e a Itália de Mussolini. Nesse tempo, os editoriais começam a pregação constitucionalista, clamando por uma breve ditadura e pela instalação de uma convenção nacional, logo após um alistamento e uma nova legislação eleitoral. Para o PL, o governo provisório não deveria legislar sobre muita coisa. O Brasil deveria ser entregue ao governo de si mesmo, o quanto antes.

Um congresso ordinário do PL realizado em abril de 1931 ocupou os editoriais do ERG por alguns dias. Nesse evento o diretor do jornal, Raul Pilla, foi eleito o novo presidente do partido, em substituição a Assis Brasil. Ali já ocorria certa clivagem nas fileiras libertadoras. Antunes Maciel estava descontente com a solidariedade do PL ao PD de São Paulo, quando este partido rompeu com o interventor João Alberto. O periódico, aliás, como órgão oficial dos libertadores, não irá demonstrar estas divergências internas. Em todo o

período, ocorrerá uma defesa das reivindicações paulistas, mostrando a união entre gaúchos e paulistas na formação de frente anti-getulista, ao longo de 1931, que irá se intensificando cada vez mais. A pregação constitucionalista vai aumentando com o passar dos meses, entre críticas aos tenentes e às suas idéias. Nesse período, a figura pessoal de Vargas é preservada.

Com o primeiro aniversário da revolução, entretanto, a situação começa a mudar. Percebe-se a impaciência dos políticos da FUG com o governo provisório, que estava se perpetuando no poder. Uma reunião entre os líderes do PL e do PRR e o interventor Flores da Cunha, em Cachoeira do Sul, dá início a uma fase de indisposição entre estes e o governo federal. Como a situação em São Paulo piorava cada vez mais, os libertadores se viam cada dia mais longe de Vargas. No final de fevereiro e início de março de 1932 ocorriam agitações na capital paulista e um atentado ao jornal constitucionalista *Diário Carioca*, foi o estopim de uma grave crise política. A demissão de quase todos os gaúchos que participavam do ministério de Vargas, com exceção de Osvaldo Aranha, provocou o rompimento da FUG com o governo provisório. Daquele momento em diante, como veremos, o ERG irá desferir ataques ao próprio Getúlio, numa campanha de franca oposição ao regime, até a adesão à precipitada revolução paulista em 9 de julho. Quando isso ocorre, o jornal libertador tem a sua circulação proibida pelo governo federal, encerrando a sua primeira fase.

#### **4.1. O Partido Libertador e a Legião Revolucionária**

A posse de Getúlio Vargas na chefia do governo provisório marcou o início efetivo da administração revolucionária. Neste período, as facções que promoveram a queda da República Velha começaram a disputar o poder. Thomas Skidmore divide os partidários do novo regime entre revolucionários e não-revolucionários. Entre os primeiros, podemos distinguir duas posições principais. Os constitucionalistas, que desejavam implantar os ideais liberais clássicos, eleições livres, governo constitucional e plenas liberdades civis. Nesse grupo está a maioria dos políticos gaúchos, mineiros, paulistas, enfim, os civis. Em segundo lugar, havia os nacionalistas semi-autoritários, cujas preocupações principais eram a “regeneração nacional” e a modernização. Seus principais representantes eram os “tenentes”. Os partidários “não-revolucionários” de Vargas foram classificados em três grupos. Primeiro os militares superiores, oficiais que aderiram à revolução e ajudaram na queda de Washington Luís, mas que mantinham distância dos movimentos tenentistas. Segundo, os cafeicultores

que estavam descontentes com a administração anterior. E por último, os membros dissidentes da elite política estabelecida, ansiosos para usar um golpe em causa própria. Segundo Skidmore, “eles apoiavam a revolução, não porque quisessem modificações sociais e econômicas básicas, mas como uma justificativa para o seu recurso à revolta armada contra os ‘de dentro’, que não haviam atendido aos seus interesses nas negociações para a escolha do candidato ‘do governo’ em 1929.”<sup>1</sup> Os libertadores do Rio Grande do Sul faziam parte dos revolucionários constitucionalistas, que irão travar um combate ferrenho com os tenentes, visando à imediata reconstitucionalização do país.

Dulce Pandolfi acrescenta que entre os constitucionalistas, estavam os “oligarcas dissidentes”, que defendiam propostas liberais e federativas, tentando limitar os poderes da União e conquistar mais autonomia para o poder estadual. Uma das principais divergências entre eles e os tenentes era com relação ao tempo de duração do governo provisório. Estes achavam que o retorno a uma ordem democrática só deveria ocorrer após a promoção das reformas sociais, enquanto os constitucionalistas queriam a instalação imediata da democracia. O modelo de Estado a ser implantado também foi objeto de disputa entre os dois grupos. Os tenentes eram favoráveis a “um regime forte e apartidário, queriam um Estado centralizador de orientação nacionalista e reformista.”<sup>2</sup> Como vimos acima, os liberais não tinham as mesmas idéias. As primeiras medidas do governo provisório foram intervencionistas e centralizadoras, o que ressaltou a força das reivindicações tenentistas. À medida que estas propostas eram implementadas, crescia a insatisfação dos setores oligárquicos com o governo federal. No Rio Grande do Sul, as lideranças republicanas e libertadoras começaram a questionar a continuidade da ditadura revolucionária.

Boris Fausto também apresenta a luta entre as correntes liberais e tenentistas durante o governo provisório. Destacando os aspectos econômicos da época, ele escreveu: “A crise mundial trazia como conseqüência uma produção agrícola sem mercado, a ruína de fazendeiros, o desemprego nas grandes cidades. As dificuldades financeiras cresciam: caía a receita das exportações e a moeda conversível se evaporava. No plano político, as oligarquias regionais vitoriosas em 1930 procuravam reconstruir o Estado nos velhos moldes. Os ‘tenentes’ se opunham a isso e apoiavam Getúlio em seu propósito de

---

<sup>1</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil, de Getúlio a Castelo*, 3 ed., p. 27-31

<sup>2</sup> PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime, In: *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo – O Brasil republicano*. FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. N. (Org.) Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. p. 15-26, v. 2

reforçar o poder central.”<sup>3</sup> Segundo este historiador, o período “entre 1930 e 1934 se caracteriza pelas disputas entre o tenentismo e os quadros políticos tradicionais, enquanto Getúlio procura manter uma posição de aparente equilíbrio, acima dos grupos em luta.”<sup>4</sup>

No Rio Grande do Sul, as oligarquias representadas pelo PRR e pelo PL não permitiram uma influência muito grande do tenentismo,<sup>5</sup> como ocorreu em São Paulo, por exemplo. Naturalmente isso aconteceu, também em Minas Gerais, pelo fato de os dois estados representarem a base política civil da revolução, enquanto São Paulo, por causa do PRP, era o principal opositor da mudança de governo. A esse respeito, Maria Helena Castro afirma: “A especificidade do caso rio-grandense decorreu do fato de ter sido o único estado que apresentava condições para conter e minimizar este impacto centralizador devido à unificação política das forças regionais. A FUG limitava objetivamente o poder do interventor e impedia a penetração política do tenentismo no estado, confinando este movimento a restritos meios militares.”<sup>6</sup> Exemplo disso é a ausência das Legiões Revolucionárias no Rio Grande do Sul e o combate a elas nas páginas do *Estado do Rio Grande*.

No dia seguinte à posse de Getúlio Vargas, o ERG já questionava a validade da Constituição de 1891, dizendo que, devido à revolução, ela já não mais vigorava. Para o jornal libertador, o movimento revolucionário tinha derrubado o despotismo do governo anterior, bem como sua base legal. Diz ainda que as constituições estaduais também foram eliminadas junto com a federal. A velha carta castilhistas, que tantas dificuldades havia causado aos opositores gaúchos, já não existia mais. Para a elaboração da nova constituição era necessária a suspensão da anterior. Para isto, uma “ditadura reorganizadora e transitória” estava sendo implantada no Brasil.<sup>7</sup>

Divergências com o pensamento tenentista logo surgem no periódico libertador. A sugestão feita por Juarez Távora, de substituir o Parlamento pelos Conselhos Técnicos é criticada.<sup>8</sup> Estes órgãos permanentes de informações e orientação que surgiram após a Primeira Guerra Mundial, segundo o jornal, não visavam suprimir a representação

---

<sup>3</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, São Paulo, Ed. USP, 2004. 12 ed., p. 331-332.

<sup>4</sup> Idem, A Revolução de 1930, In: MOTA, C. G. *Brasil em perspectiva*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, 20 ed., p. 247-248.

<sup>5</sup> GAGLIETTI, Mauro. Op. cit, p. 220.

<sup>6</sup> CASTRO, M. H. G., Op.cit, p.

<sup>7</sup> Está em vigor a Constituição? In: ERG, Porto Alegre, 04 nov. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>8</sup> Parlamento e conselhos técnicos, In: ERG, Porto Alegre, 07 nov. 1930, p. 3, MCSHJC.

popular, mas auxiliá-la na sua função integradora. Para os liberais, o Parlamento é um poder insubstituível.

Cabe destacar que no dia 5 de novembro de 1930, Osvaldo Aranha e Batista Lusardo (PL) tomaram posse, respectivamente, no Ministério da Justiça e na Chefia de Polícia do Distrito Federal. Na segunda semana do governo provisório são promulgados decretos que o instituem, bem como, que dissolvem o Congresso Nacional, as Assembléias Estaduais e as Câmaras Municipais. O jornal celebra estes decretos, bem como demonstra total confiança no novo governo, recém empossado: “O governo provisório, produto da revolução popular, merece a confiança do povo brasileiro.”<sup>9</sup> No início, como era de se esperar, os libertadores demonstram muito otimismo com o futuro do processo revolucionário.

O ERG destaca a troca do governo em 17 unidades da federação, sendo que apenas em Minas Gerais, na Paraíba e no próprio Rio Grande do Sul, não iria ocorrer mudança na chefia do Executivo, pois eram os estados protagonistas da revolução. Neste último, no caso, ocorreu a substituição do próprio Getúlio Vargas por Flores da Cunha. No entanto, o jornal defende que nestes estados, o poder Legislativo também seja dissolvido, como nos demais.<sup>10</sup> Defende também a formação de um novo governo no Rio Grande do Sul.<sup>11</sup> Em todas as unidades da federação, só haveria lugar para um governo *de fato*, ou seja, revolucionário. Nosso estado viveu uma situação peculiar, pois pela Constituição de 1891, João Neves da Fontoura era o substituto legal de Getúlio Vargas, mas, com o estado de exceção, não assumiu o governo. Flores da Cunha acabou sendo nomeado interventor. João Neves renunciou à vice-presidência do estado no dia 28 de novembro.

No início da terceira semana do novo governo, o ERG traz um tema que será a tônica nos próximos meses: o embate entre os constitucionalistas liberais e os tenentes. Apregoa o jornal o cuidado que se deveria ter, não somente com uma reação armada dos reacionários, mas principalmente, dos próprios revolucionários, arriscados a desviar-se dos rumos traçados. Critica abertamente a proposta de criação de milícias para a defesa do novo governo, para que a obra da Revolução não fique ao sabor do capricho das facções

---

<sup>9</sup> O verdadeiro caminho, In: ERG, Porto Alegre, 13 nov. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>10</sup> Um corolário da revolução, In: ERG, Porto Alegre, 10 nov. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>11</sup> A necessidade de um governo revolucionário, In: ERG, Porto Alegre, 11 nov. 1930, p. 3, MCSHJC.

armadas.<sup>12</sup> Nessa linha, ressalta que o caráter da Revolução de 1930 é liberal e democrático e que não era correto, como pensavam alguns, substituir uma ditadura por outra, apenas com alguns representantes de classe, à moda européia.<sup>13</sup> Aqui o jornal criticava o regime de Mussolini na Itália e as idéias tenentistas.

A nomeação do interventor para o Rio Grande do Sul foi saudada pelo jornal, afirmando que a tarefa seria árdua, devido aos costumes que por décadas marcaram a política rio-grandense. Criticou os “funcionários relapsos, os juízes prevaricadores, as autoridades arbitrárias e facciosas, os tiranetes de aldeia e toda a miuçalha reacionária”. Defendeu Flores da Cunha e seus auxiliares, dizendo que o ilustre interventor precisaria agir com “energia, firmeza e imparcialidade.”<sup>14</sup>

Também foi celebrada pelo ERG a participação de políticos libertadores nos governos revolucionários nacional e estadual. Mencionou-se a posse de Assis Brasil no Ministério da Agricultura, de Edgar Schneider na Secretaria Estadual das Obras Públicas e de Antunes Maciel na Secretaria Estadual da Fazenda. Especialmente este último, em virtude da importância da sua pasta. O jornal ressaltou que isso ocorria, devido à aproximação entre republicanos e libertadores, nos últimos três anos e a união em torno da candidatura liberal à presidência da República.<sup>15</sup>

No embate contra os tenentes, a questão das Legiões Revolucionárias será uma constante. Conforme Hélió Trindade, uma das primeiras correntes a se manifestar em favor das legiões foi a chamada ala “esquerda” da revolução, com o apoio direto do ministro Osvaldo Aranha.<sup>16</sup> Na visão de Trindade, o Rio Grande, mais uma vez, foi a exceção à regra, na medida em que as legiões tiveram êxito em São Paulo e em Minas Gerais. Sua hipótese é que a resistência residiu no caráter excludente do sistema bipartidário regional, por ameaçar o monopólio político dos partidos regionais. O cientista político citado diz ainda:

“Na realidade, a tradição do sistema bi-partidário gaúcho possuía estabilidade suficiente para ver na criação das legiões um elemento

<sup>12</sup> A mobilização dos espíritos, In: ERG, Porto Alegre, 17 nov. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>13</sup> Pela democracia, In: ERG, Porto Alegre, 18 nov. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>14</sup> A renovação do Rio Grande, In: ERG, Porto Alegre, 21 nov. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>15</sup> Colaboração partidária, In: ERG, Porto Alegre, 22 nov. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>16</sup> TRINDADE, Hélió. Os partidos rio-grandenses e o fracasso das Legiões Revolucionárias In: TRINDADE, Hélió (Org.). *Revolução de 30: Partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre, L&PM: 1980. p. 79.

desagregador para o sistema. O apoio à revolução estava consubstanciado na Frente Única que aglutinaria as duas correntes antagônicas tradicionais. A Legião trazia, também, um certo apelo popular que não se coadunava com as tradições partidárias locais (...)

A legião, ao que parece, aspirava ser a primeira tentativa de criar uma grande organização de massa visando a incorporar, com lideranças mais jovens, os novos grupos chamados à participação política pelo movimento revolucionário de 30, ainda sob o influxo de ideologias difusas e sem propostas definidas. As camadas médias urbanas, os setores populares (operariado e trabalhadores urbanos em geral) não encontravam lugar no sistema partidário tradicional. Por outro lado, a tentativa legionária não se apresenta como um reforçamento das estruturas partidárias, mas como uma nova proposta, acima dos partidos, mas ao mesmo tempo competindo com eles – atrelada aos ideais revolucionários, o que quer dizer, vinculada ao Estado nascido com a revolução – enquanto que o sistema partidário tradicional era tributário do funcionamento institucional da República Velha.”<sup>17</sup>

Para Trindade, tanto o PRR quanto o PL rechaçaram a Legião Revolucionária porque não se identificavam com o seu autoritarismo anti-regionalista e porque queriam preservar a sua própria autonomia.

Já no início da quarta semana do novo governo, o ERG questiona o papel das legiões propostas pelos setores do governo, ligados ao tenentismo.

“Será a Legião Revolucionária um verdadeiro partido político nacional, com aspirações a dirigir a nova república, ou simplesmente uma organização transitória, de caráter cívico-militar, destinada a defender e consolidar a obra da revolução? É o que ainda não se percebe claramente. Em tal incerteza, o que se impõe naturalmente, da parte de uma agremiação política organizada e de responsabilidades definidas, é a abstenção, até que, pelo menos, a situação se esclareça devidamente”.

Considerando a segunda hipótese, o editor afirma que a Legião não era necessária porque não havia o perigo da contra-revolução. Como o jornal já havia se manifestado anteriormente, dizendo que o perigo era de ordem interna, não havia preocupações com o restabelecimento da “velha ordem”.

“Admitamos, porém, que algum perigo possa ameaçá-la. Onde vira ele, da direita ou da esquerda, da planície ou da montanha, dos girondinos ou dos jacobinos? Isso é o que seria preciso esclarecer antes de *sair a campo*. Enquanto semelhante questão não estiver resolvida, o Partido

---

<sup>17</sup> Idem, p. 82, 83.

Libertador precisará conservar sua inteira liberdade de movimentos, para poder agir de acordo com as suas tendências e finalidades.”<sup>18</sup>

Considerando a primeira hipótese, o jornal afirma que o PL não pode simplesmente concordar com a formação de um novo partido político nacional, sendo que os libertadores formam uma agremiação reformista e revolucionária, que possuem um programa definido, responsabilidades estabelecidas e uma obra ainda inconclusa. Por isso vêm com reservas a formação da Legião Revolucionária.

O mesmo tema foi tratado poucos dias depois, respondendo às palavras de Osvaldo Aranha. O ministro da Justiça disse em entrevista ao *Correio do Povo*, que só os partidos fracos poderiam temer uma organização que visava defender a obra revolucionária. Afirmando que a legião revolucionária tem “indisfarçáveis caracteres de milícia fascista”, o ERG não temia o fim do PL, mas temia o fim dos princípios liberais e democráticos, por ele defendidos. Dizia o jornal que os libertadores não poderiam defender uma organização que, naquele momento, lutava contra os partidos, e depois poderia lutar contra a imprensa livre, e mais tarde, contra a própria democracia.<sup>19</sup> Para isso dava o exemplo da Itália fascista, dizendo que o Brasil não podia tomar o mesmo caminho.

Mais adiante, o jornal comenta nova declaração de Osvaldo Aranha, em que este rebate as acusações de que a Legião Revolucionária teria caráter fascista. Segundo o ministro, a Legião seria um órgão civil, que iria pairar acima dos partidos políticos, “para lhes defender a existência e a autonomia, sejam eles de oposição ou de governo”. O jornal refuta dizendo que os partidos não precisam de nenhuma organização que os tutelem. E conclui:

“Em suma, não nos satisfazem ainda as declarações do ilustre ministro do Interior, se bem já se note nelas uma ligeira mudança de rumo. O que todos nós precisamos saber, antes de tudo, é contra quem se dirige a Legião Revolucionária, se contra reacionários de que não há notícias, contra o governo, no caso de vir a esquecer a sua missão revolucionária, ou se contra os próprios revolucionários que estejam dispostos a reclamar o cumprimento integral das promessas da revolução.”<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> O Partido Libertador e a Legião Revolucionária, In: ERG, Porto Alegre, 25 nov. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>19</sup> O Partido Libertador e a Legião Revolucionária, In: ERG, 08 dez. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>20</sup> Ainda a Legião, In: ERG, Porto Alegre, 26 dez. 1930, p. 3, MCSHJC.

Parece que o editor previa o futuro, quando seu partido teve que lutar contra a Legião Revolucionária e contra o próprio governo provisório, pois, segundo os libertadores, haviam esquecido a missão da revolução, que para eles era clara, estabelecer um regime liberal e democrático, e isso implicava na reconstitucionalização imediata do país.

Uma espécie de croqui da Legião Revolucionária é apresentada e comentada pelo jornal. Num jogo de palavras, chama de “Aleijão Revolucionário” (Figura 6). Eis o texto do ERG, explicando e criticando a estrutura da Legião:

“Ao alto, o grande círculo representa a direção suprema da Legião, agora também denominada Liga Nacional. Nesta direção se incluem o *chefe civil*, Osvaldo Aranha, o *chefe militar*, Góes Monteiro, indicado por uma circunferência inferior e menor (!) e os *doze grandes pares* revolucionários que constituem o *Conselho*.

Estreitamente ligada à direção suprema, está a *Secretaria Geral*, exercida pelo Dr. Raul Bittencourt, ora entre nós. Este é por excelência, o órgão central executivo. Dele irradia toda a ação legionária. O secretariado geral é formado, num triângulo, pelo Estado Maior Militar e Estado Maior Civil. E nestes se contam:

À esquerda, uma *secretaria militar*, com competência sobre todos os assuntos militares, inclusive *técnica militar, deslocamento e transporte de forças, aparelhamento e abastecimento bélicos, etc.*

À direita uma secretaria civil tendo como objetivo superintender a *organização feminina, a organização do Trabalho, os serviços de Saúde e Higiene e as capelanias (?!).*

E ao centro – a secretaria de *Provizimento, Informações e Controle*, com poderes mais ou menos misteriosos e secretos.

Destes três departamentos do secretariado, parte a ligação para os Estados. Cada um deles mantém, através de seus prepostos estaduais e municipais, os serviços que lhe são afetos.

Conforme a importância do município, os serviços se desdobram em quantos departamentos e representantes sejam necessários.

E assim, por uma hierarquia rígida e uma disciplina à mesma altura, o secretário geral enfeixa em suas mãos o comando geral sobre as milícias estaduais.

Pelas atribuições que a Legião se confere, exercendo verdadeira fiscalização e controle sobre os mais importantes departamentos da administração pública, bem se pode avaliar do que representa realmente tal organização no Brasil. Depois disto será muito difícil seus dirigentes dissuadirem o povo de que se não trata de uma verdadeira milícia destinada a assegurar o poder em mãos de determinados homens.” (grifo original)<sup>21</sup>

Observamos no texto partes grifadas em itálico e pontos de exclamação e interrogação. São os aspectos da Legião que os libertadores mais contrariam. Estranham uma chefia e uma secretaria militares num órgão que seria civil. Qual seria o papel das Forças

<sup>21</sup> A verdadeira organização da Legião Revolucionária, In: ERG, Porto Alegre, 24 fev. 1931, p. 1, MCSHJC.

Armadas nesse contexto? E se surgissem divergências entre estas e a legião, quem seria o árbitro? Os libertadores estavam preocupados com a formação de milícias bélicas controladas pelos tenentes. A secretaria civil seria responsável por questões de concernentes à esfera pública e até um serviço de capelania religiosa. Estranhavam uma secretaria de provimento, informações e controle, com poderes secretos. Tudo isso era temido e, conseqüentemente, combatido pelos libertadores.

Em relação ao embate entre os partidos políticos do Rio Grande do Sul e a Legião Revolucionária, Maria Izabel Noll faz importantes comentários:

“Na realidade, a tradição do sistema bi-partidário gaúcho possuía estabilidade suficiente para ver na criação das legiões um elemento desagregador para o sistema. O apoio à revolução estava consubstanciado na Frente Única que aglutinava as duas correntes antagonicas tradicionais. A Legião trazia, também, um certo apelo popular que não se coadunava com as tradições partidárias locais (...).

Entretanto, talvez o fator determinante para o fracasso da Legião foi a manutenção, ainda nestes primeiros anos, de um regionalismo arraigado, onde o sistema partidário, especialmente o gaúcho, preservava toda a sua vitalidade. As estruturas coronelistas ainda estavam enrijecidas o suficiente para deitar por terra esta primeira tentativa de nacionalização da política (...).

Da mesma forma, João Neves da Fontoura prevê, em carta a Borges de Medeiros, que este tipo de política levará tanto o PL quanto o Partido Democrático ao rompimento com o Governo Provisório. O fechamento da possibilidade de participação política a esses grupos, principalmente no nível estadual é o início de um antagonismo irreconciliável. De posse das máquinas estaduais, via interventorias, o governo federal não cogita, de um lado, em reconstitucionalizar o país marcando data para as eleições; de outro, em abrir canais de participação às oposições tradicionais (...).

Voltando, porém, ao contexto regional onde se reproduz a clivagem mais ampla observada no plano nacional, o fracasso da implantação das legiões no Rio Grande aponta no sentido de um enrijecimento do sistema partidário regional para absorver novas correntes políticas e na impossibilidade deste sistema assumir dimensões mais amplas atuando nacionalmente. Mesmo possuindo uma tradição política diversificada (liberais e autoritários) os republicanos gaúchos em termos partidários não se identificam com o autoritarismo anti-regionalista das Legiões na medida em que queriam preservar a autonomia dos partidos rio-grandenses.”<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> NOLL, Maria Izabel. *Partidos e política no Rio Grande do Sul (1928-1937)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1980. p. 61-66.

A autora colocou a questão nos termos que nós também concluímos: os partidos que representavam a oligarquia rio-grandense não queriam perder o controle político para uma nova organização, a qual visava ocupar um espaço ainda não penetrado pelos partidos tradicionais. E foi esta forte tradição político-partidária existente no Rio Grande do Sul que impossibilitou o surgimento das Legiões Revolucionárias em solo gaúcho.

Tendo completado apenas um mês de governo, o jornal dos libertadores já questionava os rumos que a Revolução estava tomando. Uma proposta de limitar o número de deputados em dez para cada estado da federação foi criticada. Tal idéia era para evitar que dois ou três estados tivessem proeminência sobre os demais, como ocorreu na República Velha. Mas o jornal questiona a proposta, dizendo que um número fixo de deputados por unidade federativa iria causar o contrário, o domínio dos pequenos estados sobre os grandes, desvirtuando a representação parlamentar.<sup>23</sup>

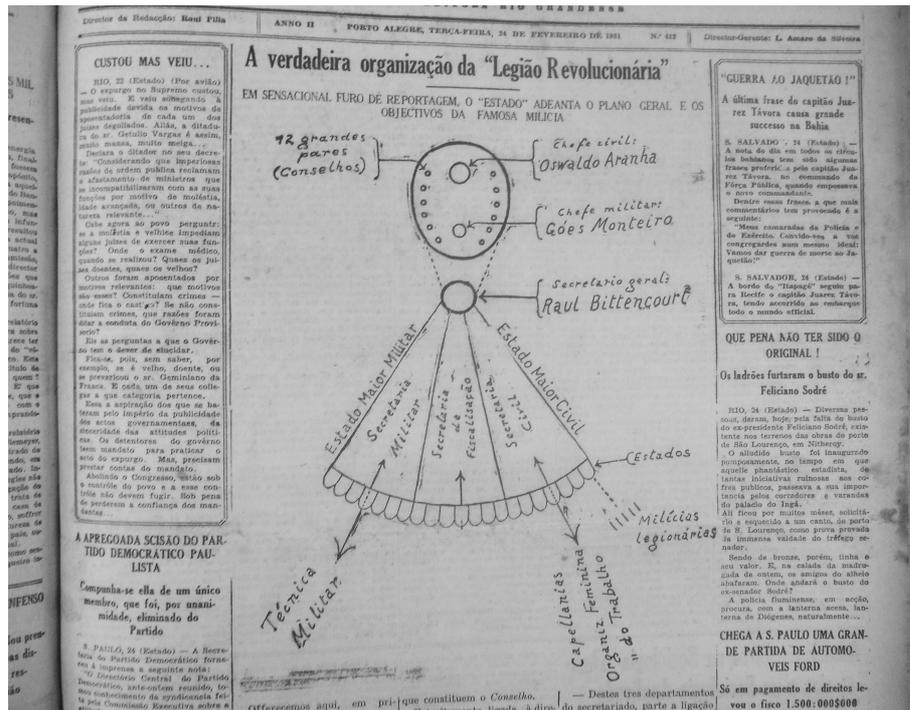


Figura 6 – Croqui da Legião Revolucionária (ERG, 24 fev. 1931)

Diante disso, o ERG perguntou qual o caminho a Revolução iria tomar. Fala de um “poder misterioso, que ninguém vê, mas cuja influência todos sentem”.

<sup>23</sup> A igualdade da representação, In: ERG, Porto Alegre, 03 dez. 1930, p. 3, MCSHJC.

Numa alusão aos tenentes, critica o poder paralelo ao governo provisório, que estaria tentando formar milícias fascistas e declarando guerra aos partidos políticos. Conclui o editorial: “É evidente, portanto, que a revolução está sendo desviada dos compromissos que tomou para com a nação brasileira. E, como nós, libertadores, para que nos possamos nos dizer revolucionários, não necessitamos que ninguém nos expeça diplomas, nos achamos autorizados a perguntar para onde nos querem conduzir.”<sup>24</sup> Defendendo o papel fundamental dos partidos políticos na futura reconstitucionalização do país, o PL já estava questionando os rumos da Revolução de 1930.

Ainda na esteira das declarações de Osvaldo Aranha ao *Correio do Povo* e parecendo prever o que estava no porvir, o ERG afirma que o governo provisório deveria durar de seis meses a um ano, no máximo. Sua missão era fazer a reforma eleitoral e sanear a administração e a justiça. Com base nas palavras do ministro citado, alertou para o perigo do prolongamento do estado de exceção:

“Mas as ditaduras não se satisfazem nunca. O seu poder, quanto mais lato, menos se contenta. Invocando a sua missão providencial, sempre encontram motivos para prolongarem a sua existência. Ainda as mais bem intencionadas de início vêm-se forçadas a prorrogar indefinidamente e abusivamente o mandato, para dominarem as perturbações que elas mesmas provocaram. É a história de muitos despotismos: ditaduras que, de transitórias que pretendiam ser, se tornaram definitivas (...) O que não podemos é ficar sob a ameaça de ficar sob uma ditadura fascista, antagônica com os ideais que inspiraram a revolução.”<sup>25</sup>

O jornal critica Aranha por não pré-estabelecer uma data para o fim da ditadura. Percebemos, pelo contexto, que a palavra *ditadura* era usada pelos revolucionários para designar o governo provisório e não em sentido pejorativo, como mais tarde passou a ser usada.

Outra idéia que estava sendo semeada pelos representantes do tenentismo era a representação classista. O jornal libertador também se manifesta contrário, dizendo que tal prática não se justifica. Uma classe é algo muito particular, muito corporativo, e no Parlamento, merecia lugar apenas órgãos de maior representatividade, a fim de discutir

---

<sup>24</sup> Para onde vamos?, In: ERG, 06 dez. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>25</sup> Tranqüilidade necessária, In: ERG, Porto Alegre, 09 dez. 1930, p. 3, MCSHJC.

as questões nacionais e não ficar se debatendo diante de questões classistas.<sup>26</sup> Esta era a visão do PL em relação à representação funcional no Parlamento, defendida por setores do governo provisório. Em futuros editoriais o jornal voltaria a criticar a representação classista, dizendo que somente na Itália e na União Soviética, dois países com regimes de exceção, é que elas existiam.

Numa conversa entre Getúlio Vargas e Assis Chateaubriand, o primeiro afirmava que o papel do governo provisório era administrativo, enquanto os rumos políticos eram tomados pelos “companheiros de armas da revolução”. O ERG discorda desta opinião de Vargas, dizendo que o órgão da revolução era o governo provisório, a quem cabia todos os aspectos. Se as questões políticas ficassem nas mãos dos chefes revolucionários, isto acarretaria, segundo o jornal, não somente a desordem, mas a anarquia.<sup>27</sup> Percebemos a nítida oposição dos libertadores aos setores militares que estavam ganhando influência junto ao chefe da nação.

A última edição do jornal no ano de 1930 apresenta uma charge interessante, que caracterizava o momento vivido pelo país. Com o título “Ano Novo – Vida Nova”, trazia a figura de Getúlio Vargas, em pé numa espécie de biga romana, puxada por cavalos que eram conduzidos por gaúchos, tipicamente vestidos. Getúlio aparecia sorrindo, sob uma luz resplandecente e trazia nas mãos um ramalhete de flores e uma cartola com a inscrição “1931”. No outro lado da figura, Washington Luís, usando uma cartola onde estava escrito “1930”, saía de cena, sob um céu nublado, com fisionomia carrancuda, carregando um saco com as seguintes palavras: abusos, escândalos, déficits, violências, fraudes e roubos (Figura 7).

Nos primeiros dias de 1931, o ERG continua pleiteando uma reforma eleitoral, que viesse garantir o sufrágio universal, possibilitando a constitucionalização do país, o mais rápido possível. Reclama que em dois meses de governo, nada foi feito nesse sentido. Ressalta, citando nomes como Juarez Távora e o próprio Getúlio, que defendiam a restrição do sufrágio e a substituição do Parlamento, por conselhos técnicos.<sup>28</sup> Defende a presença deles, que seriam formados pelos representantes classistas, desde que fossem órgãos

---

<sup>26</sup> As classes e os partidos, In: ERG, Porto Alegre, 11 dez. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>27</sup> Administração e política, In: ERG, Porto Alegre, 17 dez. 1930, p. 3, MCSHJC.

<sup>28</sup> *O sufrágio restrito e A reforma eleitoral*, In: ERG, Porto Alegre, 02 e 03 jan. 1931, p. 3, MCSHJC.

auxiliares do Legislativo, conforme o modelo adotado em países como a França, a Grã-Bretanha e a Alemanha. Mas discorda dos modelos vigentes na Itália, ditadura de direita, e na Rússia, ditadura de esquerda, segundo o jornal, onde os conselhos anularam a representação parlamentar.<sup>29</sup>



Figura 7 – Charge saudando a ano-novo de 1931 (ERG, 31 dez. 1930)

A necessidade de convocar-se uma convenção nacional, a fim de definir os rumos da revolução, foi defendida pelo ERG. Falou dos que queriam prolongar a ditadura, dos que queriam encurtá-la, caso dos libertadores, e daqueles que estavam no meio termo, como o ex-presidente da República, Artur Bernardes. Disse que o programa revolucionário era aquele defendido pelos libertadores, enquanto os demais, seguiam um programa pós-revolucionário.<sup>30</sup>

O embate entre constitucionalistas e tenentistas prosseguia. Comentando uma entrevista de Juarez Távora, o ERG voltou a mencionar que a ditadura deveria durar apenas um ano, no máximo, pois sua tarefa era acabar com o “velho regime”. Não podia se confundir com a tarefa da revolução, que era muito mais ampla, mas deveria ser

<sup>29</sup> Democracia e representação por classes, In: ERG, Porto Alegre, 05 jan. 1931, p. 3, MCSHJC.

<sup>30</sup> A necessidade da convenção, In: ERG, Porto Alegre, 06 jan. 1931, p. 3, MCSHJC.

feita nos limites da legalidade. Critica Távora quando este diz temer que as oligarquias voltem ao poder através da constituinte, porque, diferentemente das revoltas de 1922 e 1924, esta era respaldada pelo povo. Diz que a revolução não pode temer o sufrágio popular, se quiser cumprir as promessas feitas à Nação e criar uma república democrática.<sup>31</sup> Uma crítica forte aos que estavam no governo provisório e que não eram liberais foi apresentada da seguinte forma:

“Ao lado do governo provisório, em grande parte constituído por homens de saber, experiência e verdadeiras convicções liberais, temos um bando de álacres e estonteados rapazes, que se convenceram de sua missão providencial, instituíram uma espécie de super-governo, que não está em parte nenhuma e está ao mesmo tempo em toda a parte e não pensam em largar a sua presa senão quando o Brasil estiver definitivamente salvo, isto é, completamente arruinado pelas suas loucuras.

Tal é o maior perigo que ameaça esta admirável revolução brasileira. Para evitá-lo, precisamos voltar o quanto antes à normalidade constitucional.”<sup>32</sup>

Eis aí uma crítica direta aos jovens militares que estavam exercendo pressão junto ao governo provisório, e neste momento, em vantagem diante dos liberais. Quanto ao perigo de uma derrota eleitoral da Revolução, o editor afirma que isso seria praticamente impossível. Mas, caso isso ocorresse, os revolucionários deveriam entregar o poder aos vencedores, pois o objetivo da Revolução era entregar o país ao seu próprio governo.<sup>33</sup>

No início da segunda semana de 1931, o órgão oficial do PL volta a questionar a função da Legião Revolucionária, dizendo—a desnecessária, muito mais no Rio Grande do Sul. Aqui havia dois partidos políticos, fortes o suficiente para defender politicamente a Revolução, e os batalhões estaduais e federais, para a defesa militar.<sup>34</sup> O jornal afirma que não apoiava a Legião Revolucionária porque, primeiramente havia declarado guerra aos partidos políticos e, depois, tentando mudar o discurso, diziam ser algo acima dos partidos. O fato de não se conhecer o programa e nem os seus objetivos, fazia da Legião algo suspeito. Afirma que seus líderes eram Góis Monteiro, Juarez Távora e João Alberto, todos militares, mais o civil Osvaldo Aranha.<sup>35</sup>

<sup>31</sup> A revolução e a ditadura, In: ERG, Porto Alegre, 08 jan. 1931, p. 3, MCSHJC.

<sup>32</sup> A vertigem das alturas, In: ERG, Porto Alegre, 14 jan. 1931, p. 3, MCSHJC.

<sup>33</sup> O perigo das eleições, In: ERG, Porto Alegre, 21 jan. 1931, p. 3, MCSHJC.

<sup>34</sup> O Rio Grande e a Legião Revolucionária, In: ERG, Porto Alegre, 12 jan. 1931, p. 3, MCSHJC.

<sup>35</sup> O programma da Legião e Os objetivos da Legião, ERG, Porto Alegre, 17 e 19 jan. 1931, p. 3, MCSHJC.

As críticas ao Governo Provisório começavam a ser acentuadas. Falava de um “poder oculto” que praticava a velha política na República Nova. Este grupo teria declarado uma “guerra de morte aos antigos políticos” e pregava a “continuação do governo discricionário por prazo longo, até que seja desmontada a máquina do antigo regime”. O jornal critica este poder oculto, dizendo que Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha, por exemplo, faziam parte dos antigos políticos, pois Vargas tinha sido inclusive ministro de Washington Luís. Afirma ainda o periódico que o “antigo regime” já estava destruído, não havendo necessidade de uma longa ditadura.<sup>36</sup>

Outra crítica era a pretensão do governo provisório em realizar a reforma do Poder Judiciário. Para os libertadores isso era tarefa da constituinte e não da ditadura, que deveria tão somente realizar a reforma eleitoral e demitir os juízes comprovadamente corruptos:

“Da orientação que há de presidir a reforma, todos ignoram. E, segundo informações de boa origem, dum para outro instante, teremos o nosso sistema judiciário radicalmente transformado sem que, para isto, se ouça a Nação. Nem mesmo virá a público o projeto, em questão, para se haver dele conhecimento. E a imprensa, já que somos sem representação, em torno pudesse tecer sua crítica.

Protestemos, desde logo, contra a maneira escolhida para solver questão assim transcendente (...).

Do açodamento atual em reformar institucionalmente a justiça, ressalta o dilema: Ou o governo se quer prolongar e vai promulgando leis da relevância desta, ou o governo prepara e era constitucional.

Se vencedora a segunda hipótese, desnecessária será a reforma institucional anunciada que, em breve tempo, dela cogitará a Nação, por seus mandatários.”<sup>37</sup>

O jornal prega que um assunto de relevância como este não poderia ser decidido por decreto, mas necessitaria de ampla discussão, tarefa, portanto, para um parlamento com poderes constituintes. Explica que o projeto não era conhecido, que o país não fora ouvido e nem a imprensa o havia criticado, por desconhecê-lo. Comenta que, ao fazer leis deste porte, a ditadura estava querendo se perpetuar.

O anticomunismo foi tratado pela primeira vez, neste estágio dos acontecimentos. Elogiando a forma como o governo provisório estava tratando da questão

<sup>36</sup> Política velha e república nova, In: ERG, Porto alegre, 16 jan. 1931, p. 3, MCSHJC.

<sup>37</sup> A reforma da justiça, In: ERG, Porto Alegre, 27 jan. 1931, p. 3, MCSHJC.

social, o jornal indica que o Ministério do Trabalho saberia dar aos operários algo muito melhor do que o oferecido pelo regime soviético:

“A desídia, a incúria, nesse perigoso terreno, propiciarão a sementeira das doutrinas subversivas que se procuram infiltrar no organismo social do Brasil. Ninguém ignora que agentes do comunismo trabalham subterraneamente, com o intuito de minar as classes trabalhadoras e seduzi-las no seu desespero e na sua ingenuidade.

Sobre esses agitadores profissionais deve cair a repressão policial. Paralelamente, porém, deve ir-se fazendo sentir uma ação construtiva e eficiente do poder público no sentido de dar aos proletários uma vida melhor e mais humana. Será um neutralizador integral do fermento comunista. Muito mais eficaz do que os maiores excessos policiais.

O ministério do Trabalho, melhor do que a polícia, poderá combater, em terras brasileiras, o messianismo bolchevista.”<sup>38</sup>

Lindolfo Collor era o Ministro do Trabalho e o jornal libertador depositava confiança em seu trabalho. A união entre republicanos e libertadores continuava forte em torno do projeto conservador liberal. O “inimigo na trincheira” era representado pelo tenentismo autoritário, que prevalecia naquele momento do governo provisório. Ainda que a nascente política trabalhista, a cargo de Collor, fosse inspirada no fascismo italiano, o inimigo a ser combatido, naquele momento, era o tenentismo. O caráter antiliberal do regime inspirador da legislação trabalhista não era criticado pelos libertadores.

O jornal também criticou uma proposta de estabelecer o ensino religioso católico, de caráter facultativo, nas escolas e quartéis. Pregando a separação entre a religião e o Estado como uma conquista republicana, o ERG rejeita esta proposta. Lembramos que no passado, o catolicismo europeu legitimou o poder absoluto dos monarcas. No próprio período colonial, no Brasil, a Igreja teve papel importante na manutenção da administração portuguesa, mesmo que alguns membros do clero tenham sido importantes líderes de revoltas liberais. Mas o embate foi perdido, no mês de abril de 1931, um decreto do governo provisório, permitiu o ensino religioso nas escolas públicas.<sup>39</sup>

A reforma eleitoral foi o tema do jornal para elogiar uma “palestra” de Osvaldo Aranha aos redatores do *Correio da Manhã*. O jornal libertador elogia o ministro

<sup>38</sup> Proletariado, In; ERG, Porto Alegre, 31 jan. 1931, p. 3, MCSHJC.

<sup>39</sup> FAUSTO, Boris, 2004, Op. cit, p. 333 e *A Religião e o Estado*, In: ERG, Porto Alegre, 04 fev. 1931, p. 3, MCSHJC.

do Interior e Justiça porque, segundo ele, o governo provisório havia elaborado o decreto que criava a comissão legislativa e uma das subcomissões era a da lei eleitoral.<sup>40</sup> O jornal ainda dizia que o decreto veio “desfazer algumas apreensões”. Descrevendo os “descontentes com o atual estado de coisas”, dividiu-os em dois grupos: “os reacionários desalojados das suas antigas posições e os revolucionários discordantes de certos atos ou atitudes da ditadura”, colocando-se entre estes últimos.<sup>41</sup>

No início de março de 1931, o jornal comentava palavras de Getúlio Vargas, o qual dizia que iria governar com apoio da Legião de Outubro, pois ela representava verdadeiramente a opinião popular. Teria dito ainda que não foram os partidos que provocaram a luta armada, mas sim a opinião nacional. O editor refuta as palavras do chefe do governo, dizendo que a essência da democracia está na vontade popular, representada por órgãos legítimos. Estes órgãos eram os partidos políticos. Disse ainda que a Legião não representava o povo brasileiro, mas que o PRR e o PL representavam o povo gaúcho. Concluiu dizendo que a Revolução foi obra dos dois partidos políticos rio-grandenses que, contando com a confiança do restante da nação, uniram-se para derrubar a República Velha. Nesse mesmo período, o ERG elogiou Vargas e Batista Lusardo quando estes se manifestaram, dizendo que a ditadura deveria durar pouco tempo, o necessário para realizar a reforma e o alistamento eleitoral.<sup>42</sup>

#### **4.2. O congresso do Partido Libertador**

O embate entre os paulistas e o Governo Provisório leva o Partido Libertador a tomar uma atitude cautelosa. Aliados históricos dos democráticos, os libertadores pedem que o governo central dê uma solução definitiva ao caso. São Paulo pede um interventor paulista e civil, Getúlio nomeia João Alberto Lins de Barros, militar e nordestino. Os problemas se sucediam e a crise aumentava. As divergências do PL com Vargas estavam basicamente na questão da reconstitucionalização imediata e na das Legiões Revolucionárias, mas ainda não havia motivos para um rompimento entre eles.

---

<sup>40</sup> Reforma eleitoral, In: ERG, Porto Alegre, 11 fev. 1931, p. 3, MCSHJC.

<sup>41</sup> A situação revolucionária, In: ERG, Porto Alegre, 12 fev. 1931, p. 3, MCSHJC.

<sup>42</sup> A duração da ditadura e Revolução e ditadura, In: ERG, Porto Alegre, 07 e 10 mar. 1931, p. 3, MCSHJC.

Nesse contexto, ocorreu o congresso do Partido Libertador, de 14 a 19 de abril de 1931. Segundo o ERG, o principal objetivo era exigir o cumprimento das promessas revolucionárias, sacrificar o que fosse honestamente sacrificável, para não dificultar a marcha da revolução e não comprometer o bom êxito da mesma. Previsto na lei orgânica do PL, tratava-se de um congresso ordinário, que deveria reunir delegados de todos os municípios onde o partido estivesse organizado. A grande ausência foi Assis Brasil que, na ocasião, foi eleito presidente honorário do PL. Sendo ministro da Agricultura do governo provisório, preferiu não participar de atividades de cunho partidário. Portanto, a presidência do PL estava com o próprio diretor do jornal, Raul Pilla. O congresso era presidido por Batista Lusardo, também membro do governo federal, como chefe de polícia do Distrito Federal.

No discurso de abertura, Raul Pilla destacou:

“Demos tudo quanto possível na fase eleitoral, pregamos depois abertamente a revolução, ainda nos momentos em que os mais animosos esmoreciam, e quando, finalmente, irrompeu a luta, não regateamos o nosso sangue...

Enganam-se, todavia, os que imaginam esteja finda a nossa missão. Fez-se a revolução, mas iniciada apenas vai a obra revolucionária. E, mais do que isso, ela como que hesita muitas vezes e arrisca transviar-se. A nós, que nada queremos da revolução senão a liberdade e a justiça, porque são as únicas coisas que os revolucionários têm o direito e o dever de exigir para si mesmos, compete-nos assisti-la. Não poderemos abandoná-la sem motivos gravíssimos e irremovíveis, sob pena de incorrer em crime de alta traição. Mas apoiar lealmente a revolução não é condescender com os seus erros, senão, pelo contrário, aponta-los; não é ficar com os homens que a fizeram, senão com os princípios que a inspiraram. Esta tem sido até hoje a orientação do Partido Libertador e certamente será a que este congresso vai traçar no exercício da sua soberania (...).”<sup>43</sup>

Nas palavras de Pilla, que foi eleito presidente estadual do partido, a revolução hesitava e corria riscos de desviar-se dos propósitos originais. Por isso, ao PL cabia o papel de apontar os erros de direção e não condescender com os mesmos.

O congresso também redigiu uma moção em solidariedade aos democráticos de São Paulo, no episódio do rompimento com o interventor João Alberto:

“O Partido Libertador, fiel às suas responsabilidades, inclusive e muito particularmente quanto à fundação do Partido Democrático

---

<sup>43</sup> A notável oração do Dr. Raul Pilla, In: ERG, 15 abr. 1931, p. 3, MCSHJC.

Nacional, cujo programa é o seu, é solidário com os correligionários de São Paulo na atitude nobre e lógica que acabam de assumir.

Confia em que o Partido Democrático Paulista há de conservar a sua forte coesão tradicional, só por si suficiente para triunfar, e justifica a nobre resolução de declinar de colaborar na administração local, pelos motivos apontados em seu recente manifesto, sem por isso deixar de apoiar o governo da República, sincera e eficazmente consagrado a realizar os objetivos da revolução, diante de cuja magnitude muitos incidentes da política regional oferecem importância secundária e podem esperar as soluções honestas e justas que a própria natureza dos fatos autoriza a prever.”<sup>44</sup>

Os libertadores entendiam as razões dos democráticos paulistas nas questões que envolviam a crise política regional e apoiavam o rompimento com o interventor, mas ainda defendiam o governo federal, pedindo que este encontrasse uma solução justa e honesta para o caso paulista. Esta moção foi a causa da ausência de outro político importante do partido, Francisco Antunes Maciel, então secretário da Fazenda no governo Flores da Cunha. Maciel estava descontente com Pilla, devido ao seu apoio aos democráticos paulistas e, em protesto, não participou do congresso do PL.<sup>45</sup> O jornal não publicava estas divergências internas, pois, conforme o ditado, “roupa suja se lava em casa”.

#### 4.3. “Pelos ideais da revolução”

Nos últimos dias de abril e no início de maio de 1931, quando a Revolução completava seis meses, o jornal libertador proclamava a necessidade do estabelecimento do regime constitucional:

“Seis meses já decorreram da queda do Sr. Washington Luís e do despotismo que ele encarnava, mas as dificuldades, longe de se dissiparem, parece que se estão acumulando. A fácil vitória embriagou os chefes; o orgulho e a ambição floresceram no campo revolto, donde não haviam sido extirpados os vícios do antigo regime; muitas belas promessas foram esquecidas. O organismo nacional não entrou ainda em convalescença: está se debatendo entre os males antigos e as conseqüências do traumatismo operatório.”<sup>46</sup>

<sup>44</sup> A moção de solidariedade ao Partido Democrático de S. Paulo, In: ERG, 18 abr. 1931, p. 1, MCSHJC.

<sup>45</sup> CARAVANTES, Rejane M. Born. *A crise política de 1932 no Rio Grande do Sul: o papel de Flores da Cunha*. Dissertação de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 1988. p. 184.

<sup>46</sup> A voz do povo, In: ERG, Porto Alegre, 29 abr. 1931, p. 3, MCSHJC.

Completo o editorial dizendo que o povo havia sido esquecido pelo governo, no ardor das competições. Para os libertadores, o prazo de seis meses era suficiente para “arrumar a casa” e a Constituinte deveria ser eleita imediatamente.

Nesse contexto, uma visita de Flores da Cunha à capital federal serviu para mostrar a posição governista quanto ao assunto. Na volta do Rio de Janeiro, o interventor declarou que era necessário ainda um ano e meio para que o Brasil voltasse ao regime constitucional. O ERG faz uma análise desse longo prazo, comparando a Constituição de 1824, outorgada 18 meses após a independência e a Constituição de 1891, promulgada 15 meses após o advento da República. Compara ainda as Cartas de países europeus, todas elas prontas em poucos meses após os movimentos revolucionários. O jornal afirma que dois anos de ditadura é inconcebível com o propósito da Revolução.<sup>47</sup>

Os defensores da constitucionalização imediata eram chamados de “revolucionários liberais” pelo ERG, enquanto aqueles que pregavam a extensão do governo provisório eram classificados como “revolucionários radicais”:

“Concedido, pois, que a doutrina radical seja a mais aceitável, a sua prática se tornou impossível pela falta de um prévio acordo entre as correntes que fizeram o movimento.

Essa é a verdade que vai, dia a dia, conquistando a consciência pública, motivando manifestações em todos os pontos do país pela volta ao regime constitucional, canalizando todas as vontades, num único sentido – de dar a Nação o governo de si mesma.”<sup>48</sup>

Para o periódico libertador, a ala tenentista da revolução não podia dar as cartas sem dialogar com as demais correntes. No entanto, na luta contra as oligarquias, os tenentes não irão poupar os gaúchos da Frente Única e nem os democráticos paulistas. As divergências só iriam aumentar. A nosso ver, não havia, como dizia o jornal, uma mobilização nacional pela Constituinte. O movimento era concentrado em São Paulo e no Rio Grande do Sul. No entanto, faltam-nos informações a esse respeito.

O mês de junho iniciou com este debate no periódico libertador. No dia 6, João Neves da Fontoura escreveu a Flores da Cunha, criticando a demora do governo provisório em retornar à constitucionalidade. No dia 8, o ERG comenta declaração de

<sup>47</sup> Da Revolução à Constituição, In: ERG, Porto Alegre, 13 maio 1931, p. 3, MCSHJC.

<sup>48</sup> A conciliação entre radicais e liberais, In: ERG, Porto Alegre, 22 maio 1931, p. 3, MCSHJC.

Oswaldo Aranha à imprensa, onde o ministro dizia que no prazo de três a quatro meses a Constituinte seria convocada. E no dia seguinte, Flores da Cunha solicitava a Borges de Medeiros, que este intercedesse, o quanto antes, a favor da convocação da Constituinte.<sup>49</sup>

O fato de o Partido Libertador exigir a imediata reconstitucionalização do país e a presença dos libertadores Assis Brasil e Batista Lusardo no governo provisório provocou uma crítica ao partido no jornal carioca *Diário de Notícias*. A resposta do ERG veio através do editorial *Critério Revolucionário*. Explicou que o congresso do partido realizado recentemente fora presidido pelo próprio Lusardo, congresso este que reafirmou a necessidade da volta ao regime legal. Disse que o próprio Assis Brasil declarou-se favorável à volta imediata do regime constitucional. Argumentou o editor: “Os ministros ou auxiliares do governo, sejam quais forem as suas posições, não estão obrigados a pensar da mesma forma que o governo (...) O cidadão, pelo fato de ser ministro, não perde o direito de pensar, não capitula de sua individualidade. Os libertadores assim têm agido. E não é possível mesmo esperar que os homens porque pertençam ao mesmo governo opinem de maneira idêntica.”<sup>50</sup>

No início de agosto de 1931 o ERG celebrava a chegada às mãos de Getúlio Vargas do projeto de lei eleitoral. Havia a expectativa de que naquele mesmo mês o governo provisório decretasse mais três leis eleitorais: uma marcando a data das eleições, outra sobre o alistamento eleitoral e a terceira sobre o processo da eleição, que seria secreta e apurada por uma junta independente. Pelas previsões dos libertadores, o alistamento duraria seis meses e após esse período, ocorreriam às eleições.

Acerca da nova eleitoral, o jornal aborda algumas inovações, como a obrigatoriedade do voto, com sanções aos eleitores inscritos que não comparecessem para o sufrágio. Considera uma inovação útil e medida oportuna. “Tanto mais em se tratando de um país, como o nosso, sem consciência cívica desenvolvida, onde determinadas classes persistem numa indiferença injustificável.”<sup>51</sup> Em relação ao voto feminino, que também constava na lei recém decretada, o jornal se posicionava à favor, embora afirmava que era uma questão aberta no Partido Libertador, por não haver a esse respeito nenhuma disposição

---

<sup>49</sup> TRINDADE, Héglio (Org.), Op. cit, 1980, p. 496 e *Palavras e atos*, In: ERG, Porto Alegre, 08 jun. 1931, p. 3, MCSHJC.

<sup>50</sup> ERG, Porto Alegre, 08 jul. 1931, p. 3, MCSHJC.

<sup>51</sup> O dever de votar, In: ERG, Porto Alegre, 24 set. 1931, p. 3, MCSHJC.

positiva no seu programa. Cita a concordância de Assis Brasil, para quem “a mulher tem direito a votar e ser votada”. No entanto, afirma que tal assunto, como vários outros, não deveria ser tema do governo provisório, mas da Assembléia Constituinte, por deveras importante.

No primeiro aniversário da Revolução, o ERG trouxe na capa a imagem reproduzida na figura 8. A ilustração é ambígua e não contém nenhuma explicação. Uma mulher carrega nos braços um homem, que parece dormindo ou ferido. A figura feminina deve representar a Revolução e o homem, pelos trajés, representa o Rio Grande do Sul. Ao fundo aparece a bandeira do Brasil e na base o lema “Para o ideal distante”. No dia anterior, o editorial celebrava a efeméride:

“3 de outubro foi o termo dessa tendência e desse longo período de elaboração (a República Velha). Acorreu a nação em armas numa espontaneidade que bem caracteriza o momento grave. Ao norte os governos caíam sem luta. Não tinham raízes na opinião, nem mesmo nas forças que os deveriam guardar. O sul formou todo como uma avalanche nova (...)

Passado, pois, um ciclo da vitória das armas, cumpre ao povo exigir dos seus mandatários contas da tarefa que lhes confiou. Porque se a vitória material foi rápida, demonstrando existir uma generalizada tendência, ao governo, se impõe como um imperativo, o cumprimento das promessas feitas... A tarefa ditatorial deve reorganizar o organismo da nação e entrega-la ao povo para orientar o seu destino. 3 de outubro é a ressurreição do velho sonho que os vencedores de 89 não souberam realizar (...) É preciso, pois, que o novo golpe armado não venha constituir simplesmente uma passagem histórica sem expressão moral. Ele foi realizado pelo povo em nome de superiores ideais de renovação.”<sup>52</sup>

Há um tom de celebração nas palavras do jornal, mas também, uma preocupação com os destinos do movimento. Sabemos que neste período o embate entre as oligarquias e os tenentes estava no auge, sendo que Vargas tendia contemplar a causa tenentista, com a demora na constitucionalização do país.

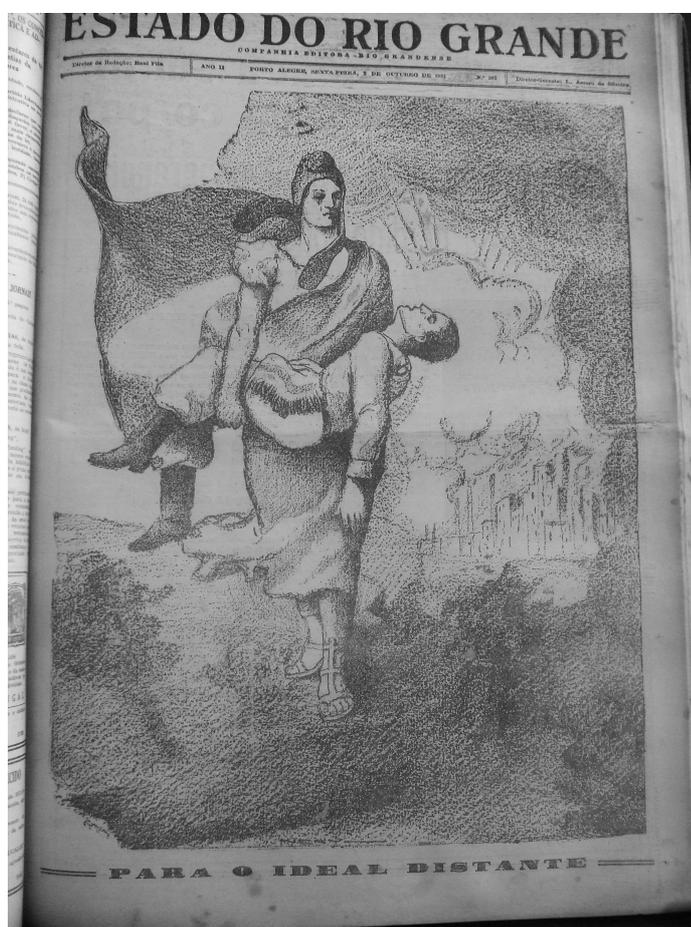
Para os libertadores o governo provisório estava sem rumo:

“(...) a orientação revolucionária vai sofrendo os seus colapsos. As paixões ainda não se aquietaram. Os erros passados vão alargando a sua sombra até estes dias, após mais de um ano de triunfo revolucionário. Os artífices da jornada gloriosa, quando nos postos de direção, não se

<sup>52</sup> 3 de outubro, In: ERG, Porto Alegre, 02 out. 1931, p. 3, MCSHJC.

encontram. Caminhos vários são escolhidos, num contraste lamentável... Tem-se a impressão de que o ato glorioso não foi mais do que uma atitude impulsiva. As tendências para a esquerda, para o centro e para a direita, denotam essa lamentável confusão.”<sup>53</sup>

Um ano depois da vitória revolucionária, os libertadores, junto com os republicanos, cobravam a volta do país ao regime legal, num embate com as novas forças políticas que brotavam no seio do movimento. Para isso, tinham o apoio das correntes políticas paulistas, agora unindo republicanos e democráticos, em confronto aberto com o Governo Provisório.



**Figura 8 – Capa do jornal no primeiro aniversário da Revolução de 1930 (ERG, 03 out. 1931)**

<sup>53</sup> Contraste de atitudes, In: ERG, Porto Alegre, 10 out. 1931, p. 3, MCSHJC.

O dia 14 de outubro de 1931 marcou o segundo aniversário do jornal *Estado do Rio Grande*. Na capa daquele dia, uma ilustração celebrava o acontecimento (Figura 9). Uma figura feminina representava o periódico, que acenava para um grupo de cavaleiros gaúchos. Constava ainda a frase: “O *Estado do Rio Grande*, ao vencer o segundo marco da sua jornada, saúda o civismo rio-grandense nas hostes libertadoras de outubro, cujos propósitos e ideais constituíram e constituem a sua intransigente diretriz.”<sup>54</sup> No editorial daquele dia, intitulado *Prestando contas*, afirma seu propósito de ser um veículo informativo de caráter partidário, que representa um segmento da política rio-grandense e que conserva o caráter revolucionário. Conclui, explicando que a luta pela volta ao regime legal é um imperativo do movimento iniciado um ano antes.



Figura 9 – Capa do jornal em seu 2º aniversário (ERG, 14 out. 1931)

<sup>54</sup> ERG, Porto Alegre, 14 out. 1931, p. 1, MCSHJC.

Também o 24 de outubro foi comemorado pelo jornal como o “dia da vitória”. O tom ufanista do editorial, porém, se transforma ao longo do texto, apontando para os desvios que a Revolução estava tomando:

“Passa amanhã o primeiro aniversário do dia em que a nação brasileira respondeu, pela mais bela das afirmações, que todas as grandes vibrações ao apelo da Aliança Liberal. Um ano é prazo suficiente para que se amorteçam. Impossível será reviver aqueles dias de exaltação sobre humana. A evocação de uma imagem, por mais forte, nunca tem a força da realidade. Mas há ainda outra razão, para que não possamos reviver plenamente aqueles dias gloriosos. É a decepção que lentamente se foi apoderando de muitos espíritos.

Em verdade, faltou a muitos revolucionários a compreensão, a madureza, o equilíbrio, que seriam necessários aos empreendedores da magna tarefa da reconstrução nacional. E logo aos primeiros dias começou o povo a ser surpreendido com as declarações mais estapafúrdias e pelos atos mais insólitos. Dir-se-ia que a embriaguez da vitória perturbava muitos espíritos enfraquecidos pelas privações passadas. E o programa da Aliança Liberal, tão claro, tão simples, tão compreensível, foi esquecido, quando não deliberadamente postergado como incompatível com o espírito dos tempos.

Essa a origem da desconfiança popular, *larga manu* semeada nos primeiros meses da nova república. Mas nada é irremediável. Melhor do que isso: temos a impressão de que tudo se está procurando remediar. Um ano de constantes experiências é um prazo suficiente para que se dissipem as exaltações dos primeiros momentos e o bom senso volte a predominar. O Brasil, como todas as nações cultas ou semi-cultas, somente na democracia poderá encontrar as suas condições normais de desenvolvimento (...).

Se enveredarmos decididamente por este caminho, se pusermos sinceramente todo nosso empenho na realização da verdadeira democracia representativa, é certo que o segundo aniversário da vitória despertará na alma nacional maiores ressonâncias do que o primeiro.”<sup>55</sup>

Dizia ainda o editor que tinha certeza de que o segundo aniversário da Revolução seria num regime legal e que o Rio Grande do Sul “se fez o mais alto pregoeiro da constitucionalização do país.”

Ainda no final de outubro de 1931, o jornal refutava uma entrevista do ministro da Guerra, concedida a uma folha carioca, onde dizia que era muito cedo para o país voltar ao regime constitucional, pois Getúlio Vargas ainda precisava promover muitas mudanças, o que não seria possível num regime legal. O ERG afirmava que as mudanças eram necessárias, mas não poderiam ser feitas por somente uma pessoa ou um grupo. A tarefa da ditadura estava concluída e o poder deveria ser devolvido ao povo. Também nesse período,

---

<sup>55</sup> ERG, Porto Alegre, 23 out. 1931, p. 3, MCSHJC.

o Diretório Central do Partido Libertador elaborou uma moção, que foi comentada pelo jornal no editorial *Pelos ideais da revolução*. A opinião diz:

“É certo que o governo revolucionário tem cometido erros. Ninguém mais do que nós, que começamos a apontá-los desde os primeiros dias, tem a necessária autoridade para censurá-los. Mas o remédio não é arrastar o país a cronicidade das lutas armadas. Não é perpetuar a indisciplina, a desordem, o caos. O remédio, o remédio heróico é entregar a nação ao governo de si mesma e, enquanto não chega esse dia, agir pela persuasão, pela crítica honesta, nunca pela violência armada.”<sup>56</sup>

Pelas palavras acima, parece que o PL estava abortando a sua participação em qualquer movimento armado que pudesse estourar contra o governo provisório ou que este estivesse planejando contra os defensores da constitucionalização.

A demissão do interventor de São Paulo, Laudo de Camargo, na metade de novembro de 1931, também foi comentada pelo ERG. Tradicionais aliados dos democráticos paulistas, os libertadores não aceitavam a interferência dos tenentes no governo daquele estado, representado por João Alberto, ex-interventor. Na véspera da demissão, João Alberto havia proposto a Laudo de Camargo, mudanças no secretariado. O jornal congratulou-se com este e diz que, diante da situação paulista, não havia homem sensato que pudesse exercer o governo de São Paulo.

#### **4.4. “As contradições da revolução”**

No feriado de 15 de novembro de 1931, reuniram-se em Cachoeira do Sul, o interventor Flores da Cunha, o líder da Aliança Liberal, João Neves da Fontoura, o chefe do PRR, Borges de Medeiros e o presidente do PL, Raul Pilla. Este fato foi celebrado como o primeiro encontro pessoal entre os dois líderes dos partidos políticos gaúchos, desde a “histórica e malograda conferência entre Júlio de Castilhos e Gaspar Martins”. Acerca da reunião, o jornal comentou:

“O Rio Grande do Sul, pelos seus partidos, isto é, pela massa dos cidadãos que aqui vivem e trabalham, não tem faltado aos compromissos espontaneamente assumidos para com a nação brasileira. Não se apagou a idealidade que o levou à luta. Nem se retirou da liça após

---

<sup>56</sup> ERG, Porto Alegre, 31 out. 1931, p. 3, MCSHJC.

as primeiras surpresas e decepções. Pelo contrário, ele tem sido a grande força conservadora em meio do embate das paixões, e a serena voz admonitória na confusão da procéla.

O Rio Grande não desertou o seu posto de honra. Tudo tem feito e tudo fará para que não sejam esquecidos e repudiados os compromissos da revolução liberal. Grave injustiça cometem, portanto, os que o consideram responsável por tudo quanto de mau se tem praticado na república nova. Se alguns dos seus homens tem errado, nunca se transviou o senso político do povo rio-grandense.”<sup>57</sup>

O texto procura mostrar a unidade política dos gaúchos em torno da reconstitucionalização imediata do país, mas também quer mostrar que a presença de gaúchos no governo provisório não significava que o Rio Grande do Sul fosse responsável pelo que ocorria no país. Hélio Silva escreveu que, naquele momento, os paulistas nutriam ódio aos gaúchos, devido ao prolongamento da ditadura e à situação política vigente em São Paulo.

As repercussões desta reunião foram significativas. O jornal libertador, procurando tirar a responsabilidade do Rio Grande do Sul no prolongamento da ditadura, escreveu:

“Desvirtuou-se, assim, de modo bárbaro, a finalidade, o espírito das armas novas. Lutara-se contra o personalismo e o personalismo surgia mais perigoso. Nada podiam o bom senso, o conselho das correntes responsáveis. O ideal transformara-se em privilégio de homens e de classes. A nação sentiu a hora grave. E em todas as camadas o espírito de repulsa, de protesto, levantou, agremiou aderentes. Foi precisamente nesse instante que o Rio Grande do Sul falou pela voz de suas forças políticas. Não representou um pensamento regional. Foi muito mais do que isto: fez-se símbolo ativo da tendência, do espírito do país. Advertiu que o governo, embora rio-grandense, não estava integralmente realizando as promessas da revolução. O Rio Grande do Sul foi, neste instante de dúvidas, de confusões perigosas, a nação contra a anarquia, o direito contra o arbítrio e a prepotência (...)

Não era possível que do triunfo das armas surgisse o despotismo. Mas não era também possível que o Rio Grande do Sul consentisse que em seu nome agissem forças estranhas, transformando assim o mais alto poder num governo irresponsável.”<sup>58</sup>

Talvez esta tenha sido a crítica mais forte publicada pelo jornal, desde o início do governo provisório, fruto da reunião entre os líderes políticos em Cachoeira do Sul. Nesse período corriam boatos inclusive sobre a demissão de Assis Brasil e Batista Lusardo.

<sup>57</sup> A conferência de Cachoeira, In: ERG, Porto Alegre, 17 nov. 1931, p. 3, MCSHJC.

<sup>58</sup> A ordem civil, In: ERG, Porto Alegre, 25 nov. 1931, p. 3, MCSHJC.

O ERG afirmava que as diferenças de opiniões no movimento revolucionário ocorriam devido à heterogeneidade dos elementos que se uniram no propósito de derrubar o governo Washington Luís e o seu sucessor. Após a vitória, entretanto, muitos não tinham idéia do que fazer com o poder que conquistaram e receberam as más sementes. Outros tinham idéias particulares, que procuraram colocar em prática, logo no início da nova república. Para os libertadores, era uma idéia cristalina o fato de que a Revolução de 1930 foi uma continuação da Aliança Liberal, derrotada em eleições fraudulentas, daí a sua legitimidade. Para os tenentes, no entanto, o movimento de outubro era uma continuação das revoltas de 1922 e 1924, e mesmo da Coluna Prestes, cuja finalidade era derrotar o poder das oligarquias regionais, não somente os paulistas do PRR. Por isso os primeiros achavam que a ditadura deveria durar apenas um ano, vindo a seguir a democracia liberal, a partir de uma nova Constituição. Já os tenentes, acreditavam que era necessário um longo período de exceção, segundo o ERG, de cinco a dez anos, para posteriormente surgir um modelo político diferente do liberalismo que vigorou na República Velha.

Em dezembro de 1931, os desdobramentos da reunião de Cachoeira continuaram ocorrendo. O próprio interventor Flores da Cunha fez menção de renunciar, sendo então dissuadido. O periódico do PL comentou o “veemente apelo” de Assis Brasil e Raul Pilla, e as manifestações populares, para que Flores permanecesse à frente do governo estadual. Nesse momento, Flores da Cunha se colocava como o intermediário entre o governo provisório e a Frente Única, que estavam praticamente rompidos.

Na metade de dezembro, Maurício Cardoso foi empossado no Ministério do Interior e Justiça, em substituição a Osvaldo Aranha, que assumia a pasta da Fazenda, no lugar de José Maria Whitaker, que havia pedido demissão trinta dias antes. O fato foi comemorado pelo ERG, que ressaltou as virtudes liberais do novo ministro, dizendo que o mesmo seria uma voz constitucionalista no Governo Provisório.

Ainda em 1931, nos últimos dias do ano, o Clube Três de Outubro, organização tenentista que visava defender a Revolução, publicou um Manifesto à Nação, que foi severamente criticado pelo ERG. Segundo a folha libertadora, os tenentes deixavam claro que não queriam uma assembléia nacional representativa do povo brasileiro, que elaborasse uma Carta de acordo com a vontade popular. Queriam uma Constituição elaborada pelos próprios tenentes:

“Esqueceram, na sua bem aventurada ingenuidade, que a nação não pode ser um clube Três de Outubro, onde se reúne meia dúzia de camaradas para deliberar acerca dos destinos nacionais (...)

Nada mais claro do que isso, a Assembléia Constituinte é uma superfluidade. Mas, se um dia tivermos Constituição e a tivermos sem a mediação de uma assembléia representativa que a discuta e promulgue, donde nos virá ela? A resposta já se encontra formulada no manifesto. A nova Constituição brasileira ser-nos-á outorgada pelo Clube Três de Outubro, como detentor que é do verdadeiro espírito revolucionário. A seu tempo, ele nos dirá qual será o novo estatuto fundamental. Antes disso e fora disso “ele combaterá e lutará implacavelmente, até o sacrifício, afim de que não se adote uma Constituição qualquer.”

(...) O Clube Três de Outubro opor-se-á, por bem ou por mal, a que o Brasil se organize livremente. A revolução não libertou o país, conquistou-o.”<sup>59</sup>

O jornal foi irônico na crítica ao manifesto tenentista, deixando bem clara a diferença de opinião entre estes e as oligarquias.

O ano de 1932 representou o rompimento definitivo dos libertadores com o regime instituído pela Revolução de 1930. A crise aumentava, à medida que o governo provisório tardava em aplicar dispositivos a fim de levar o país de volta ao regime legal. Os acontecimentos do primeiro semestre, sobretudo em São Paulo, levaram os políticos gaúchos do PL, tradicionais aliados dos democráticos paulistas, a manterem-se fiéis aos colegas do estado bandeirante. Contavam também com a fidelidade do PRR e de Flores da Cunha.

Numa das primeiras edições de 1932, o ERG aplaudiu a iniciativa do governo provisório, quando este extinguiu a Delegacia do Norte e a conseqüente demissão de Juarez Távora, um dos principais líderes do tenentismo. Para o PL, a tal Delegacia era uma grande intendência, ou seja, Távora era o “Grande Intendente” da região setentrional do Brasil, estando acima dos demais intendentess estaduais e por isso era chamado pela imprensa carioca de “Vice-Rei do Norte”. Este fato criava uma distorção regional, pois o elo de ligação entre Vargas e os intendentess, era o Ministério do Interior, mas para o norte do país, havia um “delegado especial”. Os libertadores não aceitavam um papel com tamanho destaque nas mãos de um militar descomprometido com a constitucionalização. Por isso a extinção daquele órgão foi saudada pelo periódico liberal.

---

<sup>59</sup> O manifesto anti-constitucionalista, In: ERG, Porto Alegre, 29 dez. 1931, p. 3, MCSHJC.

Ainda a respeito de diferenças políticas regionais, o ERG afirma que os interventores do norte e do centro do país, eram contrários à constitucionalização imediata. Comenta o jornal que, enquanto no sul, os interventores eram favoráveis, ou pelo menos não eram contrários à volta ao regime legal, os demais não tinham a mesma opinião. No entanto, os interventores não tinham respaldo popular para emitir tais opiniões, porque eram representantes do Governo Provisório nas unidades da federação. Segundo o jornal, tanto no norte quanto no sul, são os órgãos de imprensa, as associações de classe, os representantes de todas as camadas sociais que reclamam pela convenção nacional e os interventores eram, em sua maioria, estranhos aos estados que governavam. Para os libertadores não existia oposição entre o norte e o sul, pois todo o país clamava pela reconstitucionalização.

No dia 18 de janeiro de 1932 foi publicado o manifesto do Partido Democrático de São Paulo, rompendo com o Governo Provisório. O tema principal é a convocação da Constituinte. Relata a crise da sucessão paulista, acusando João Alberto de intromissão nociva na política do estado. No dia seguinte é o PRP, emergindo do ostracismo forçado, que lança o seu manifesto. No dia 25, no aniversário da cidade de São Paulo, um grande comício pede a Constituição. A multidão anda pelas ruas centrais, um grupo numeroso ataca o Centro Gaúcho, onde alguns tentam resistir e são feridos. Góis Monteiro diz que o estado queria separar-se do Brasil. O Partido Libertador, através do Diretório Central, reafirmou sua solidariedade aos democráticos. Porém, o jornal nada diz acerca do ataque dos paulistas ao Centro Gaúcho.

A formação da Frente Única Paulista foi saudada pelo ERG. Explicou que, diferentemente dos gaúchos, os paulistas se uniram “pela necessidade de salvaguardar os mais vitais interesses do Estado e preservar as liberdades públicas, ameaçadas por uma ditadura de sua natureza transitória, mas que se quer indefinida”. Diz ainda que a frente paulista formou-se

“Após a vitória material da revolução, mas quando já os erros e as decepções parecem ter desalojado a esperança do coração dos homens. É um ato de defesa, e não de ataque. Reúnem-se para se não deixarem sacrificar pelo poder que recebera como missão libertar o país inteiro.

(...) Se o Sr. Washington Luís não quis ver na formação da frente única rio-grandense a condenação inapelável de sua política ruinosa e mesquinha, o Sr. Getúlio Vargas, cuja candidatura só se tornou viável graças a esse movimento de concentração partidária, não poderá desconhecer a significação que, para a política até agora seguida, tem a formação da frente única paulista. Quando os adversários se estendem a

mão, esquecendo os agravos do passado, é que alguma coisa mais forte se ergue entre eles.”<sup>60</sup>

O dia 24 de fevereiro marcava o aniversário da Constituição de 1891 e serviu de pretexto para a realização de comícios pró-Constituinte em São Paulo. No Rio de Janeiro, um comício com tal finalidade estava programado para a mesma data, mas não pôde ser realizado, por proibição, segundo o ERG, do Ministério da Guerra. O jornal criticou tal fato, citando o motivo que teria levado o governo a proibir o comício: evitar manifestações que desacreditavam a obra revolucionária. Para o jornal, isso era obra dos anti-constitucionalistas, que neste momento, eram maioria no governo provisório.

No dia seguinte ocorreu um fato muito grave, que poderia ser comparado ao assassinato de João Pessoa, em termos de conseqüências, porque provocou uma crise ministerial que culminou com a demissão de dois ministros e mais dois importantes políticos que detinham cargos no governo provisório, sendo todos do Rio Grande do Sul. Trata-se do ataque ao *Diário Carioca*, um jornal constitucionalista. Boatos apontavam o próprio Ministério da Guerra como o responsável pelo “empastelamento”. O ERG manifestou-se sobre o caso, em editorial, somente no início de março.<sup>61</sup> Classificou de “atentado brutal, com o requinte de afronta, ato de vandalismo”. Disse que a dúvida quanto à punição dos envolvidos ainda perdurava e tinha razão de existir. O jornal ainda dizia que havia boatos de uma crise ministerial iminente, que envolveria também o chefe de polícia, responsável pelo inquérito. Realmente, no dia em que este editorial foi publicado, os ministros Lindolfo Collor e Maurício Cardoso, bem como o chefe de polícia, Batista Lusardo, e João Neves da Fontoura, que ocupava um cargo de direção no Banco do Brasil, deixaram os seus postos no governo federal.

Realmente a capa do ERG de 4 de março de 1932 estampava a manchete: “Acha-se em crise o governo provisório da República – O Sr. Getúlio Vargas vai falar à Nação” Ainda na capa, também em destaque, o seguinte texto: “Ontem à tarde, João Neves, a chamado do Sr. Getúlio Vargas foi a Petrópolis levando cartas de exoneração irrevogável dos srs. Batista Lusardo, Lindolfo Collor e sua própria. Entrevista entre srs. Getúlio Vargas e João Neves foi serena e cordial, prolongando-se por duas horas. Batista

---

<sup>60</sup> A frente única paulista, In: ERG, Porto Alegre, 18 fev. 1932, p. 3, MCSHJC.

<sup>61</sup> Ambiente de dúvida, In: ERG, Porto Alegre, 03 mar. 1932, p. 3, MCSHJC.

Lusardo transmitiu a chefia de polícia ao Sr. Salgado Filho, 4º delegado auxiliar. Os demissionários seguem hoje para o Rio Grande.” No dia seguinte o editorial *Afastamento* explicava o fato, dizendo que se tratava da saída do Rio Grande do Sul, através dos dois partidos políticos, do governo provisório. Para os libertadores, o estado estava unido contra o governo Vargas, contando com a adesão de Flores da Cunha ao projeto constitucionalista. Destacamos parte do texto:

“Assim chegou o momento em que os homens públicos que no governo representavam o pensamento do Rio Grande foram obrigados a deixar os seus postos. O assalto ao *Diário Carioca* e o restabelecimento da censura à imprensa fizeram transbordar a medida. O Rio Grande – pois para a nação inteira era o Rio Grande o maior responsável pelo governo ditatorial – o Rio Grande já não podia continuar endossando todos os erros, todos os desatinos que ele era o primeiro a condenar. Os seus homens abandonaram os postos, para não incorrerem injustamente numa pesada responsabilidade histórica.”<sup>62</sup>

Ainda repetiu o bordão de que a Frente Única Gaúcha não se fez em torno de um nome, mas de idéias. As palavras do editor também serviram para dizer aos paulistas que o “culpado” pelos erros do governo provisório não era o Rio Grande do Sul. Com a saída de Lusardo da chefia de polícia do Distrito Federal, o PL ficava sem os dois grandes nomes do partido no governo federal, pois Assis Brasil, que havia assumido a embaixada brasileira em Buenos Aires, poucos dias depois renunciaria do cargo diplomático. O jornal libertador procurou deixar claro que a posição do Rio Grande do Sul era contrária à posição do governo provisório e a demissão de seis gaúchos com altos cargos federais era prova disso.

A partir da saída dos ministros gaúchos do governo provisório, sendo eles homens do PL e do PRR, fica nítido que o periódico libertador irá dirigir suas críticas não somente aos anti-constitucionalistas presentes no governo, mas ao próprio Getúlio Vargas. Por exemplo, o editorial *Transviamento* critica o presidente por ocasião do seu discurso em Petrópolis, em agradecimento a uma manifestação do Clube Três de Outubro. Segundo o ERG, Vargas recebeu membros da organização tenentista com toda a solenidade, quando deveria fazer uma reprimenda aos envolvidos no empastelamento do *Diário Carioca*.

---

<sup>62</sup> ERG, Porto Alegre, 05 mar. 1932, p. 3, MCSHJC.

Para os liberais, os problemas nacionais somente poderiam ser resolvidos pela organização política do país. Achavam que a questão social deveria ser tratada primeiramente pela constitucionalização e criticavam a forma como o governo provisório estava promovendo as reformas trabalhistas, vendo até o “perigo vermelho” em algumas propostas:

“Procura-se, entretanto, fazer esquecer esta necessidade por si mesma evidente, acenando às massas com a solução da questão social. Propõe-se-lhes uma verdadeira barganha. Em troca de certas reformas econômicas mais ou menos radicais, o seu apoio a um regime de força. Tal é a grande tática dos extremistas. Querendo suprimir a liberdade, pretender substituir-lhe a saciedade, que obnubila (sic) o entendimento e amodorra o povo no trabalho das digestões difíceis (...)

Em segundo lugar, para que pudesse vingar o aliciamento esquerdista seria preciso esquecer que não há reforma popular, que possa vingar e consolidar-se, se ao povo se retira o domínio político. Despido destas prerrogativas soberanas, fica a massa popular entregue sem defesa aos que em seu nome assumiram o poder, e nada lhes garante, então, o ulterior cumprimento das promessas. Aí estão, sujeitos à observação mundial os dois exemplos típicos da Itália e da Rússia. Num e noutro país, a massa proletária nada lucrou com o regime ditatorial. Segundo os mais insuspeitos e autorizados testemunhos, à servidão política juntou-se a servidão econômica. Os cidadãos não inscritos nas organizações oficiais, não têm direito sequer ao trabalho, isto é, à vida.”<sup>63</sup>

Para o PL a volta do país ao regime democrático, iria resolver os problemas sociais existentes. A crítica aos regimes vigentes na Itália e na União Soviética era uma constante no jornal libertador. As ditaduras, tanto de direita quanto de esquerda, eram condenadas. O jornal chegou a chamar o governo provisório de “ditadura esquerdista no Brasil” (ERG, 06/05/1932, p. 3) e afirmou também acerca da “tendência fascista da nossa ditadura” (ERG, 12/05/1932, p. 3). Em outra ocasião, aludiu à esquerda revolucionária como predominante no governo provisório e nas interventorias estaduais: “A esquerda, que até agora tem governado discricionariamente quase todos os estados brasileiros (...).” (ERG, 22/06/1932, p. 3).

Num dos editoriais do mês de abril de 1932, o ERG expõe as razões para a constitucionalização imediata do país. Explica que o principal motivo é por uma questão de probidade: “Fez-se a revolução para banir o despotismo e instalar a democracia.” Havia uma diferença de interpretação acerca dos objetivos do movimento de outubro de 1930. Para os liberais, era uma revolução que visava unicamente depor Washington Luís, colocar

---

<sup>63</sup> Ditadura e questão social, In: ERG, Porto Alegre, 15 abr. 1932, p. 3, MCSHJC.

Getúlio Vargas no poder por um período de seis a doze meses e depois de efetuada uma reforma eleitoral, eleger uma Assembléia Constituinte a fim de elaborar a nova Carta Magna, tudo isso dentro dos princípios da democracia liberal. A segunda razão é porque um ditador sempre acaba tornando-se um péssimo governante e o seu governo, com o passar do tempo, acolhe a corrupção e toda espécie de arbítrio. Por fim, ressalta que a própria opinião pública brasileira, naquele momento, clamava pela constitucionalização.

De outro lado, como sabemos, havia uma corrente que propunha a dilatação da ditadura, a fim de que o projeto revolucionário pudesse ser implantado em sua plenitude. Para eles, o movimento de 1930 não era liberal, pois a República Velha assim tinha sido, e acabou mal. Portanto, o velho liberalismo não servia mais ao país, era necessário um novo tipo de governo. Um governo centralizado, forte, que quebrasse o poder das oligarquias regionais. Este pensamento foi exposto por Humberto C. de Mello e é muito interessante:

“(...) Fazem eles a distinção nítida entre a Aliança liberal da Revolução. Mostram, em suas atitudes, que são mais revolucionários que liberais; e, na fidelidade aos princípios revolucionários, eles vão longe. Essa atitude está bem caracterizada, por exemplo, no telegrama que o interventor no Estado (Paraíba), Antenor Navarro, dirigiu a duas figuras eminentes na política gaúcha: Borges de Medeiros e Raul Pilla. Tendo estes se reunido no começo de 32, diante da expectativa, que se criara, de que Getúlio Vargas não convocaria a Assembléia Constituinte e procuraria se demorar o mais possível no poder, elaboraram um documento dirigido a figuras gradas da política nacional e a todos os Intervenores nos Estados, lembrando os princípios da Aliança Liberal. O Interventor paraibano responde dizendo, simplesmente, que a Aliança Liberal estava defunta desde junho de 1930 – junho era, precisamente, o mês em que tinha havido a concretização da degola dos parlamentares paraibanos e mineiros pelo Congresso Nacional.”<sup>64</sup>

Havia, portanto, uma divisão nítida: para os libertadores, bem como para os republicanos, no Rio Grande do Sul, juntamente com os democráticos de São Paulo, a Revolução de 1930 e o liberalismo eram sinônimos, a Revolução era um prolongamento da Aliança Liberal. No entanto, para um grande número de revolucionários, em especial aqueles oriundos do movimento tenentista, o movimento de outubro e o liberalismo eram antagônicos, outubro de 30 não tinha nada a ver com a Aliança Liberal.

---

<sup>64</sup> MELLO, Humberto C., In: *Simpósio sobre a revolução de 30*, Porto Alegre, out. 1980. Porto Alegre, ERUS, 1983. p. 380.

O Partido Libertador, através do seu jornal, expressava a idéia de que o proletariado seria beneficiado através do regime democrático. Contrastava a situação dessa classe na Rússia Soviética e nos países liberais da Europa, para demonstrar a validade desta crença:

“(…) Os proletários, quer urbanos, quer rurais, constituem a grande maioria da população. Portanto, num regime de maioria como o democrático, todas as suas aspirações legítimas podem concretizar-se. Basta, para isso, que sejam justas, não colidam com a realidade e tenham encontrado uma fórmula adequada, em torno da qual se reúna a maioria da opinião pública. A moderna legislação social dos países mais adiantados nada mais é do que o fruto da democracia. Em vez de promessas deslumbrantes, que não se cumprem, nem se podem cumprir, a realidade palpável do progresso social (…)

Muito cuidado devem ter, por conseguinte, os proletários para não se deixarem enredar. Preciso é que fixem bem este ponto na consciência: no atual momento da vida pública brasileira, há um problema capital, que sobreleva aos demais. É o da organização política do país. Este é o que condiciona todos os outros. Se nas nações mais cultas a questão social é a que ocupa o primeiro plano, deve-se isto a que o problema da organização política já foi satisfatoriamente resolvido. A democracia é ali uma realidade mais ou menos perfeita.”<sup>65</sup>

Era uma crença ingênua na democracia liberal, como solução para os problemas sociais. Acreditavam que antes das reformas sociais, era necessária a reforma política, possibilitando ao proletariado, enquanto maioria da população, ter também, através dos seus representantes, a maioria no Parlamento e, a partir disso, suas reivindicações seriam atendidas e postas em prática pelos governos.

No dia 14 de maio de 1932, por meio de um decreto, o governo provisório marcou a data para as eleições da Assembléia Nacional Constituinte, seria no dia 3 de maio do ano seguinte, e criou uma comissão para criar o anteprojeto da Constituição. Nesse dia, Getúlio Vargas leu o manifesto *A revolução e o regime legal* em solenidade no edifício da Câmara dos Deputados. O ERG saudou o decreto, mas criticou o manifesto presidencial, colocando em dúvida a vontade real do governo:

“Ao convocar o povo, decorrido já um ano e meio da revolução, para se reunir, daqui a mais um ano, a fim de eleger os seus representantes, sentiu o ditador a necessidade de justificar tão longo prazo, quando todas as outras revoluções liberais e democráticas procederam muito mais rapidamente. Mas, se era natural que o chefe do governo provisório se

---

<sup>65</sup> Reformas políticas e sociais, In: ERG, Porto Alegre, 23 jun. 1932, p.3, MCSHJC.

dirigisse ao país nesta ocasião, duvidamos de que isto houvesse sido útil. O que todos aguardavam, sobretudo, era a certeza de que, dentro de um ano, se realizariam as eleições. O decreto não deixa dúvidas a esse respeito. Lá se encontra fixada a data: 3 de maio de 1933. Entretanto, algumas passagens do manifesto estão longe de corroborar que tal seja realmente o pensamento firme da ditadura.”<sup>66</sup>

O jornal critica, em especial, a parte do manifesto em que Vargas culpa a crise ocorrida após o empastelamento do *Diário Carioca* como responsável pelo retardamento do processo de constitucionalização do país. Diz o jornal que tal declaração é infeliz porque os amigos mais fiéis do presidente deixaram o governo; porque decorridos dois meses e meio, nada foi feito para apurar a responsabilidade do atentado. E ainda porque, bastaria um novo ato de violência como aquele, para retardar por mais alguns meses aquilo que a nação aguardava ansiosamente. Por isso o editorial conclui dizendo: “Façamos abstração do manifesto e fixemos toda a nossa atenção, toda a nossa vontade no decreto”.

Ainda criticando o manifesto, o ERG publicou um editorial intitulado *Os liames da campanha liberal*. Trata do assunto por nós levantado anteriormente, acerca da descontinuidade entre a Aliança Liberal e a Revolução de 1930. Falando de Vargas, diz:

“... uma vez elevado ao poder supremo, S. Excia. timbrou em desprezar os conselhos e as advertências da maior parte dos seus companheiros de campanha. Mas nem todos tiveram esta desventura. Senão a certas intimativas, pelo menos a certas solicitações, sabe o país que se mostrou sensível o ditador. Desde os primeiros dias da vitória fomos governados por um poder oculto, com muito mais influência do que o ministério aparente e formal, de que se cerca a ditadura.

(...) Por uma ironia do destino, o governo ditatorial incidiu exatamente nos mesmos vícios que pretendia extirpar.

Concordaríamos inteiramente com o Sr. Getúlio Vargas, se para vencer as mais difíceis situações, ele não tivesse proposto acordos imorais, não houvesse solicitado apoios suspeitos e não tivesse atendido a intimativas descabidas. Estes são os acordos, os apoios, as intimativas que envergonham e desonram qualquer governo.

(...) Uma das teses que no manifesto se pretende demonstrar é justamente descontinuidade, a falta de nexo lógico entre a Aliança Liberal e a Revolução. No seu conceito, esta teria anulado todos os compromissos anteriormente assentados, para deixar inteira liberdade de ação á ditadura.

Citando palavras de Vargas:

---

<sup>66</sup> Decreto e manifesto, In: ERG, Porto Alegre, 16 maio 1932, p. 3, MCSHJC.

“(...) Esta força gerou a revolução de Outubro, cujos efeitos de ordem política e social não poderiam restringir-se aos postulados da Aliança Liberal. Como processo violento aplicado à transformação de um regime em bancarrota, ela somente se condicionaria às necessidades impostas pelo momento excepcional em que teria de atuar para reconstruir, de alto a baixo, o arcabouço institucional do país. O programa da Aliança Liberal tinha muita coisa aproveitável, mas somente ele não bastava para satisfazer as necessidades e as conquistas da revolução.”

Voltando às palavras do editor:

“A verdade é, porém, muito outra. A diferença de método não implica diferença de finalidade. Fosse pela revolução legal, fosse pela revolução armada, o objetivo do formidável movimento de opinião era sempre o mesmo: destruir o despotismo presidencial e instituir o verdadeiro regime democrático representativo. Secundário era, no caso, o processo capaz de consegui-lo.

(...) A Aliança Liberal foi a matriz da revolução.

Admitindo, entretanto, que o deflagrar da revolução houvesse ampliado o quadro ideológico, o defini-lo novamente não caberia, em boa ética, só ao ditador e ao grupo que logo o cercou, mas a todos os companheiros de causa. A orientação a ser tomada deveria ser uma *resultante*, lisamente calculada, e não uma *determinante* de origens obscuras. Esta é a verdade que o manifesto procura obscurecer e cujo desprezo representa uma das causas principais da confusão atual.”<sup>67</sup>

Para os libertadores, o poder oculto dos tenentes era maior e influenciava mais o presidente do que o próprio ministério. Estavam comparando Vargas a Washington Luís. Nessa altura já estavam usando palavras “pesadas” contra o chefe do governo provisório. O jornal do PL afirmava que o povo apoiou o movimento armado em 1930 porque ele era liberal e democrático. Dizia ainda que se houvesse necessidade de mudança de rumos após a conquista do poder, esta deveria ser discutida entre todos os participantes do movimento e não ficar restrita ao grupo tenentista.

Já no início de julho de 1932, às portas da Revolução Constitucionalista, o ERG criticou uma declaração de Juarez Távora, onde resumiu o pensamento da Frente Única Gaúcha em relação ao governo provisório, naquele momento:

“Fizemos uma revolução para destruir um despotismo constitucional, que os textos legais até certo ponto restringiam e, como se fôramos indignos da liberdade conquistada, como se em nosso solo só pudessem vicejar as árvores malditas, deixamos que se implantasse um outro despotismo muito pior, porque sem freio nas leis, nem nos costumes.

<sup>67</sup> ERG, Porto Alegre, 17 maio 1932, p. 3, MCSHJC.

Enganam-se, porém, os partidários da ditadura, se pensam prolongar por muito tempo o seu domínio. A ditadura pode e sabe muito, mas o que ela não pode, nem sabe, é anular as grandes leis naturais, que destinaram o homem culto a viver numa atmosfera de liberdade.”<sup>68</sup>

Justamente no dia em que o ERG publicou este editorial, o *Correio do Povo* noticiava o rompimento da Frente Única com o governo provisório e a solidariedade de Flores da Cunha a Getúlio Vargas. No dia seguinte, o periódico libertador explicava os motivos do rompimento. Vargas e a Frente Única não haviam chegado ao entendimento. A tentativa de formar um “ministério de concentração nacional” não deu certo. Foram cogitados os nomes de Flores da Cunha para a pasta da Justiça, João Alberto para o Trabalho, entre outros. A interventoria do Rio Grande do Sul ficaria com Francisco Flores. Mas o problema foi o Ministério da Guerra. Os gaúchos exigiam “um militar de notória e indiscutível independência de ação e que seja, realmente, uma expressão do Exército Nacional.”<sup>69</sup> O que os políticos gaúchos queriam era um general que enquadrasse os tenentes. Foi lembrado o nome de Andrade Neves, que não aceitou. A nomeação do general Espírito Santo Cardoso, segundo Hélio Silva, foi uma surpresa geral. Oficial reformado, afastado do Exército há muito tempo, nem tinha uniforme para tomar posse. Nesse contexto, os chefes do PL e do PRR, deram por encerradas as discussões visando à formação de um “governo de concentração nacional”. O jornal libertador explicou que “o Rio Grande não pretendeu envolver a política na escolha do ministro da Guerra e, pelo contrário, quis restituir este departamento às suas antigas e honrosas tradições”. Disse ainda “que não foi a Frente Única Riograndense quem rompeu as negociações, mas sim o Sr. Getúlio Vargas quem as impossibilitou com um gesto intempestivo, retirando ao negociado acordo a sua principal garantia.”<sup>70</sup>

Poucos dias depois ainda justificava o fim das tentativas de acordo com o governo: “Tal é a significação da nossa recusa em retomar as negociações que haviam sido entabuladas. O que se visava com elas não era propriamente constitucionalizar o país, mas atrelar de novo o Rio Grande ao carro da ditadura, sobrecarregando-o de todos os ônus, sem lhe dar nenhuma das vantagens da sua participação no governo.”<sup>71</sup>

<sup>68</sup> Arbítrio, onipotência, onisciência; In: ERG, Porto Alegre, 01 jul. 1932, p. 3, MCSHJC.

<sup>69</sup> SILVA, Hélio. *História da República Brasileira: a Revolução Paulista (1931-1933)*. v. 8, São Paulo, Editora Três: 1998. p. 137

<sup>70</sup> O Rio Grande e o Ministério da Guerra; In: ERG, 02 jul. 1932, p. 3, MCSHJC.

<sup>71</sup> Constituição e acordo, ERG, Porto Alegre, 06 jul. 1932, p. 3, MCSHJC.

O desligamento de Francisco Antunes Maciel do Partido Libertador foi comentado pelo jornal. O eminente político pelotense ocupava a Secretaria da Fazenda do governo estadual. Procurando minimizar o fato e desqualificar Maciel, o editor afirma que já era a terceira ou quarta vez que ele se afastava do partido. Em tom irônico, dizia que Antunes Maciel tinha abandonado família e amigos para seguir o novo messias. Concluiu dizendo que mais uma vez Maciel abandonou o seu partido, não por princípios, que para ele não tem nenhuma importância, mas “por causa de ordem pessoal, como é do seu feitio”. Abandonando o partido, estava abandonando também o Rio Grande. O editorial explicou: “O Partido Libertador separou-se da Ditadura, porque esta faltou a todas as suas promessas, implícitas e explícitas. Ninguém fez a revolução para tirar o país das mãos do Sr. Washington Luís e entregá-lo às do Sr. Getúlio Vargas, nem para substituir a ditadura legal do regime deposto, pela ditadura extra-legal do regime revolucionário.”<sup>72</sup> Ressaltou que o PL somente apoiou a candidatura de um representante do PRR à presidência da República devido aos princípios liberais e democráticos assumidos por Vargas, e porque Assis Brasil foi firme diante da resistência de alguns membros do diretório libertador, quando foi decidido tal apoio.

Com o início da Revolução Constitucionalista no dia 9 de julho de 1932, os gaúchos da Frente Única ainda tentam convencer os paulistas à pacificação. Pode-se dizer que os políticos gaúchos que simpatizavam com a causa constitucionalista foram pegos de surpresa em relação à precipitação dos acontecimentos. Pelas notícias mais recentes, esperava-se um levante para a segunda quinzena de julho. O estado de São Paulo ficou isolado em sua tentativa de derrubar o governo Vargas. No Rio Grande do Sul, com a decisão de Flores da Cunha em permanecer leal ao governo, os representantes da Frente Única lançam um manifesto, publicado na capa do ERG, no dia 13 de julho. É interessante observá-lo na íntegra:

#### “AO RIO GRANDE DO SUL E À NAÇÃO

A hora grave que atravessamos obriga-nos a falar ao Rio Grande e à Nação.

A Frente Única riograndense, isto é, os partidos Republicano e Libertador têm compromissos de honra com a Frente Única de São Paulo.

Negá-los ou mesmo silenciá-los neste momento seria a ignomínia.

A identidade dos propósitos que animam São Paulo e Rio Grande na sua resistência aos erros da ditadura e ao seu ânimo deliberado de pôr entaves à volta do país à ordem legal, foram a causa inicial desta

<sup>72</sup> As razões do Sr. Antunes Maciel, In: ERG, Porto Alegre, 08 jul. 1932, p. 3, MCSHJC.

solidariedade. Desdobrou-se ela em compromissos políticos assumidos em nosso nome pelo representante da Frente Única no Rio de Janeiro, o Dr. João Neves da Fontoura, para o fim da constituição de um governo verdadeiramente nacional e afirmados ainda por nós para a eventualidade de uma ação enérgica desde que a tanto fosse arrastado o governo de São Paulo.

A rebelião de São Paulo contra a ditadura estava de há muito prevista. Atente-se para este quadro: ou São Paulo manteria os seus compromissos com o Rio Grande, conservando-se afastado da ditadura e recusando dar-lhe a sua colaboração para não ser desleal conosco, ou trairia a fé da sua palavra, abandonando-nos no combate em que estávamos empenhados. Foi de extrema nobreza o procedimento de São Paulo. À capitulação com a traição ao Rio Grande preferiu a resistência com a dignidade da palavra empenhada. Precipitaram-se os acontecimentos. O Rio Grande foi colhido de surpresa na avalanche.

Homem de honra, que preza os seus próprios compromissos, não exigiria por certo o ilustre interventor federal no Estado que nós renegássemos os nossos compromissos políticos, dando-os sumariamente por não existentes.

Comprometeu-se s. exa. a manter a ordem no Rio Grande do Sul. Sabe s. exa. melhor do que ninguém que nunca foram outros os propósitos da Frente Única. Pelo contrário, é sobre a intangibilidade da Frente Única que repousa exclusivamente a paz do Rio Grande. Não nos apartemos das grandes responsabilidades que nos pesam. A Frente Única deseja tanto como s. exa. preservar da anarquia e da desordem o Rio Grande do Sul.

A Frente Única não poupará esforços nesse sentido. Mas, em atenção aos nossos anelos e responsabilidades, que o interventor federal conhece, desejáramos que s. exa. procurasse contribuir com sua autoridade moral, para encontrar uma solução digna e patriótica que ponha termo à luta fratricida. Compreendam o Rio Grande e a Nação a angústia das nossas palavras. Talvez ainda seja tempo de evitar o desastre final. E é porque queremos evitá-lo que nos limitamos nesta hora, de consciência conturbada, ao mínimo que é possível esperar de nós e que é esta simples e precisa definição de atitudes.

Ao Rio Grande e à Nação: esta é, na sua expressão mais serena e leal, a orientação política dos partidos Republicano e Libertador do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 13 de julho de 1932.

Ass. Borges de Medeiros e Raul Pilla.”<sup>73</sup>

Com este manifesto, os líderes da Frente Única afirmavam o apoio aos paulistas e ao seu movimento, e convocavam Flores da Cunha para nele se engajar também. Ao mesmo tempo, ainda buscavam uma saída pacífica para resolver o impasse. Entretanto, como sabemos, Flores da Cunha permaneceu fiel ao governo provisório e os políticos libertadores e republicanos ficaram isolados. Desde a histórica reunião de Cachoeira do Sul, Flores era o intermediário entre Vargas e a FUG, era o algodão entre os cristais.

<sup>73</sup> *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 13 jul. 1932, p. 1. MCSHJC.

Preocupara-se em agradar tanto Getúlio quanto os políticos do PRR e do PL, mas na hora decisiva, a fidelidade ao primeiro falou mais alto.

Com o desenrolar dos acontecimentos, Borges de Medeiros foi preso em combate no dia 20 de setembro e enviado para Recife, onde ficou detido. Raul Pilla, que havia ido ao Uruguai, em busca de armas e munições, nem pôde voltar ao Brasil. A Revolução Constitucionalista terminou no dia 2 de outubro do mesmo ano. A 9 de dezembro os direitos políticos dos envolvidos no levante foram suspensos por três anos. Porém, a anistia foi antecipada e todos puderam retornar ao Brasil em 1934.

Com a adesão dos libertadores à Revolução Constitucionalista, o *Estado do Rio Grande* foi publicado pela última vez no dia 13 de julho de 1932, uma vez que sua circulação foi proibida, voltando a circular em 1934.

Vimos ao longo deste capítulo o que Carlos R. da Rosa Rangel já tinha apontado, quando escreveu:

“Efetivamente, os libertadores entraram em rota de colisão com a ditadura, contando com a aliança oportuna de republicanos sul-riograndenses e de democráticos paulistas. Nos editoriais de seu jornal, o Partido Libertador passou da defesa do programa negativo de todas as revoluções – “porque para construir é preciso demolir primeiro as ruínas que se encontram no terreno” (ERG, 01/11/1930, p.3) – para uma crítica aberta ao governo provisório, pondo em dúvida seus princípios revolucionários de base democrática e levantando suspeitas sobre o caráter fascista de aliados do governo, como Osvaldo Aranha, as legiões revolucionárias, o clube 3 de Outubro e os tenentes (ERG, 06, 08 e 11/12/1930, p. 3).”<sup>74</sup>

Para as oligarquias do Rio Grande do Sul, desfrutando há décadas, na verdade desde o 2º Reinado, de governos conservadores, sejam de tendências liberais ou autoritárias, a manutenção de uma autoridade federal forte e centralizadora era uma ameaça aos seus interesses. Na verdade, os tradicionais partidos políticos do estado, não conseguiram manter Getúlio Vargas sob suas rédeas, que foi conduzido pelas novas tendências políticas vigentes na época. Novamente Carlos Rangel bem descreveu a situação:

---

<sup>74</sup> RANGEL, C. R. R. O governo de Flores da Cunha, In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul: República – Da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. v. 4. Passo Fundo, Méritos: 2007. p. 23.

“Há momentos na história em que o tempo se acelera. Os atores perdem-se na convulsão dos acontecimentos e as convicções tornam-se palavras sem sentido. Assim foi a luta dos liberais brasileiros na década de 30 contra a ascensão triunfante do Estado sobre as organizações políticas da sociedade civil. A década infame – como foi denominada pelos vizinhos argentinos – testemunhou ditaduras por toda a América Latina e levou ao extremo o embate dos governos centralizadores contra as instituições liberais (sufrágio, atuação parlamentar, equilíbrio entre os poderes, pluralidade política e rotatividade no poder). No Brasil, encerrou-se com uma ditadura que só não foi brutal porque teve a intensa colaboração dos liberais brasileiros (...).<sup>75</sup>

Sob a inspiração de governos autoritários, inspirados nos regimes fascistas, e sob as conseqüências de uma crise econômica mundial, a democracia liberal estava desacreditada.

---

<sup>75</sup> Idem, p. 37.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na segunda metade do século XIX, com o fim das rebeliões regenciais e da revolta Praieira, o Brasil consolidou sua estrutura político-administrativa. Os dois partidos políticos existentes no período, representantes das elites, caracterizaram-se por uma prática conservadora. Não havia diferenças substanciais entre os *Luzias* e os *Saquaremas*, tanto que se dizia: “Nada mais liberal do que um conservador no poder, nada mais conservador do que um liberal no poder”. No Rio Grande do Sul, o quadro não era muito diferente. Apesar da predominância do Partido Liberal, uma herança farroupilha, os políticos gaúchos eram representantes dos estancieiros e charqueadores da zona da Campanha. Nem o movimento republicano alterou muito esta situação, embora o PRR procurasse recrutar os seus quadros entre as novas classes urbanas, sem muito êxito.

A proclamação da República colocou no poder estadual uma nova geração de políticos, que influenciados pelo positivismo de Auguste Comte, de viés autoritário, conseguiu estabelecer seu poder “a ferro e fogo.” Por trinta anos, o Rio Grande do Sul viveu uma fortíssima dicotomia política, responsável por duas guerras civis e violências sem fim. A formação de uma oposição organizada, porém, mantida longe de qualquer interferência, pela ditadura positivista, diferenciou o estado gaúcho do restante da nação.

No plano nacional, alijado por São Paulo e Minas Gerais, o estado meridional constituía a terceira força, por vezes, capaz de desestabilizar o regime eleitoral da República Velha. Tinha no senador Pinheiro Machado, um “quase presidente da República”, eminência parda dos presidentes café-com-leite até a sua morte em 1915. O estado participara ativamente da sucessão em 1910, elegendo o gaúcho Hermes da Fonseca, eleito muito mais por ser o “candidato oficial” e militar, do que por ser rio-grandense. Doze anos depois, o PRR apóia a candidatura dissidente de Nilo Peçanha, mas a fraude eleitoral era implacável, e a Reação Republicana não vingou.

Os agitados anos 20 trouxeram novos ares para a política rio-grandense. Após a revolta de 1923, *chimangos* e *maragatos* assinam o Tratado de Pedras Altas, anunciando o fim do longo período de governo de Borges de Medeiros. As oposições continuam organizadas em aliança, até que em 1928 realiza-se um sonho de Assis Brasil. O surgimento do Partido Libertador põe o lenço vermelho no pescoço de muitos descontentes com o regime instituído por Júlio de Castilhos e engrossa as fileiras do velho, e agora extinto, Partido Federalista. Em nosso trabalho, procuramos inicialmente, reconstituir este período, de modo que pudéssemos ter uma idéia geral de como se constituiu um novo partido político, que aglutinava as oposições, mas que na verdade, não era novo no espectro ideológico, dando continuidade ao grupo conservador-liberal que existia desde os tempos imperiais.

Após governar o estado por 25 anos, sendo os últimos quinze consecutivos, o *velho chimango* recolhe-se à sua estância no interior de Cachoeira do Sul e de lá comanda o PRR. No entanto, neste partido já despontava uma nova geração de políticos, entre eles o próprio governador Getúlio Vargas. Sua administração, como vimos neste trabalho, atraiu a simpatia da oposição e quando seu nome foi sugerido para disputar a presidência da República, na crise sucessória estabelecida pelo desencontro entre Minas Gerais e São Paulo, os libertadores não tiveram dificuldades em apoiar o antigo adversário.

O Partido Libertador não era um novo partido, no sentido de representar uma nova classe social emergente. Era herdeiro ideológico do velho Partido Liberal, do tempo do Império, e trazia em suas fileiras a maioria dos estancieiros do pampa. Portanto, a tradição liberal do PL contrastava com a prática autoritária do PRR. No entanto, em essência, não diferia em termos de conservadorismo, pois não pugnava, para usar uma palavra comum na época, por mudanças substanciais nas estruturas econômicas e sociais. O lema *Representação e Justiça* os aproximaram dos tenentes no período anterior à Revolução de 1930. Acreditavam que um regime democrático, de inspiração liberal, com uma Constituição que garantisse os direitos e garantias individuais, seria suficiente para “pôr o Brasil nos trilhos.”

Esse programa político foi exposto ao público de um modo comum á época, através de um jornal. A imprensa partidária já agonizava quando os libertadores fundaram o seu jornal. O *Estado do Rio Grande* tinha a missão de informar e de formar a opinião dos leitores. Através, principalmente, dos editoriais, os libertadores procuraram

mostrar aos gaúchos a importância do modelo, segundo eles, democrático-liberal. Quando surgiu a possibilidade de mudar um quadro político que se mostrava desgastado, o PL não teve receio em se aliar ao inimigo da véspera e defender a candidatura de Getúlio Vargas. A revolução, tramada na surdina com os tenentes, poderia ocorrer via eleitoral, sem derramamento de sangue e, principalmente, sem a participação das massas, bem ao gosto das oligarquias.

Através do seu jornal, portanto, os libertadores fizeram apologia à Aliança Liberal. Getúlio Vargas e João Pessoa tornaram-se a encarnação dos princípios defendidos pelos libertadores. Oligarquias dissidentes e tenentes caminharam lado a lado, do período eleitoral até a vitória da revolução, mas, como disse Maria Cecília Spina Forjaz, seus projetos eram diferentes:

“Os tenentes (com exceção de Prestes), persistentes em sua visão militarista, continuam organizando uma sublevação de quartéis, e as oligarquias dissidentes, persistentes no seu objetivo de tomar o poder, acreditavam ser possível fazê-lo através de eleições. São duas revoluções e dois chefes revolucionários – uma conspiração e uma imensa campanha eleitoral – que tentam, sem sucesso, caminhar lado a lado.”<sup>1</sup>

Raymundo Faoro explicou o conservadorismo da Aliança Liberal: “O dissídio dos três Estados levanta bandeiras sem nova expressão ideológica (...) Os cegos riam e se divertiam com as contradições dos políticos, ontem defensores da ordem, hoje liberais.” O autor do clássico *Os donos do poder* citou palavras de políticos como o senador Leônidas Amaral e o deputado Lindolfo Collor, que se diziam todos conservadores, vinho da mesma pipa. Queriam conservar a construção republicana, melhorando-a, e por isso não eram liberais.<sup>2</sup> Embora isto não fosse expressado oficialmente pelo PL, podemos dizer que os libertadores concebiam uma política conservadora com um arcabouço doutrinário de cunho liberal.

Entre a eleição a o início da revolução, transcorreram sete meses de avanços e recuos na conspiração do movimento. Nesse período, o *Estado do Rio Grande*

<sup>1</sup> FORJAZ, Maria Cecília S., Tenentismo e Revolução de 30, In: *Simpósio sobre a Revolução de 30, Porto Alegre, out. 1980*. Porto Alegre, ERUS, 1983. p. 483.

<sup>2</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16. ed. São Paulo, Globo: 2004. v. 2., p. 384,385.

apresentava uma crítica feroz ao governo Washington Luís e ao presidente eleito e comentava os fatos ocorridos na perspectiva da Aliança Liberal. Até o assassinato de João Pessoa, não havia um motivo forte o suficiente para defender a revolução. A crítica maior era direcionada à “degola” dos deputados federais eleitos pela Paraíba e de parte da bancada mineira, todos defensores da candidatura Vargas. Assim, numa perspectiva bem liberal, o jornal fazia a defesa do legislativo, como espaço de luta política. A palavra *revolução* era usada com muita parcimônia e, por se tratar de um periódico, os atos conspiratórios não podiam ser divulgados. A verdade é que os libertadores estavam um tanto à margem da conspiração, ligada mais diretamente a alguns republicanos, como Osvaldo Aranha. A partir do final de julho de 1930, com a morte de João Pessoa, quando o movimento revolucionário parecia ter esfriado, surge novamente a pregação do levante armado.

Mas é a partir da posse de Getúlio Vargas na chefia do Governo Provisório que fica nítida a diferença entre as oligarquias, representadas pelo PL, e os tenentes. Os libertadores, e os republicanos também, perceberam que Vargas não seria manipulado por eles. O jornal libertador se posicionava contrário às tentativas de mudança, apresentadas pelos representantes do governo identificados com o tenentismo. A nosso ver é nesse aspecto que fica caracterizado o conservadorismo dos libertadores. O fato de serem contrários às Legiões Revolucionárias, à representação classista, ao prolongamento do governo “provisório” e a outros projetos apresentados, mostra que o PL não aceitaria propostas que colocasse em risco o que chamavam de “democracia liberal”. Criticavam os rumos que o governo Vargas estava tomando. Classificavam os projetos tenentistas de fascistas, tendentes à direita e ao mesmo tempo, não faziam a defesa das propostas trabalhistas apresentadas por Lindolfo Collor. Aliás, chegavam a ver idéias esquerdistas em algumas medidas de política social e apresentavam a Rússia Soviética como o “inferno do proletariado”.

A defesa da constitucionalização imediata do país colocou o PL em rota de colisão com Getúlio Vargas. Propondo um novo alistamento e profundas mudanças no processo eleitoral, achavam que a eleição para uma Assembléia Constituinte, a fim de “devolver o país ao governo de si mesmo” seria suficiente para consolidar as propostas da Aliança Liberal. Formou-se, logo no início da era Vargas, um forte grupo opositor no Rio Grande do Sul, onde Getúlio era acusado de ter abandonado os princípios da Aliança Liberal e de ter renegado os valores defendidos pelo PRR, seu partido de origem. A aliança

com os paulistas na revolução de 1932 levou os oposicionistas ao exílio. No entanto, estava formada uma nova dicotomia política no Rio Grande do Sul: os getulistas contra os anti-getulistas.

O curto período constitucional, de cunho liberal, entre 1934 e 1937 deu novo ânimo aos opositores da política varguista, porém o Estado Novo mostrou que a Revolução de 1930 não aceitava ser tutelada. Com o advento do período democrático no pós 1945, os libertadores continuaram sua luta, mas já era uma força menor no espectro político-partidário do Rio Grande do Sul.

Nosso trabalho teve como objetivo perceber a mudança de opinião do Partido Libertador em relação ao movimento que instalou Getúlio Vargas na presidência da República. Para essa finalidade, analisamos os editoriais do jornal *Estado do Rio Grande*, órgão oficial do partido. Dessa análise, concluímos que os libertadores apresentavam uma posição conservadora diante da situação nacional, uma vez que não aceitaram mudanças propostas pelo governo provisório, preferindo defender um quadro liberal, muito parecido com aquele que vigorou na República Velha. Afirmavam que não haviam mudado de posição, dizendo que quem tinha se convertido era o governo provisório, abandonando os postulados da Aliança Liberal. O jornal por nós analisado mostrou a metamorfose que o PL sofreu entre outubro de 1929 e julho de 1932, quanto a Getúlio Vargas. De apoiador incondicional a opositor intransigente.

Creemos que o jornal *Estado do Rio Grande* foi, com efeito, um periódico que serviu aos libertadores para combater e doutrinar, conforme era o seu propósito, descrito no expediente. Fazendo parte da imprensa partidária, comum à época, o jornal exerceu um papel combativo na defesa da candidatura de Getúlio Vargas, da Revolução de 1930 e da constitucionalização do país. Exerceu também o papel de doutrinador político-ideológico, procurando inculcar nos leitores o programa partidário, que propugnava, entre outros, o voto secreto, a eleição indireta do presidente da República, a representação legislativa das minorias, etc.

Além disso, buscou ser parte da imprensa moderna, informativa, indo além dos limites do partidarismo. Dizia ser um jornal não faccioso, embora emitisse opiniões partidárias. Penso que o uso da imprensa como fonte histórica, sempre respeitando suas

peculiaridades, é excelente para resgatar uma época pretérita. Os políticos jornalistas que escreviam no calor dos acontecimentos, foram intérpretes de seu tempo. Como dito pelo próprio editor, pelo jornal dos libertadores falava uma parcela do Rio Grande do Sul. Em nossa ótica, o Partido Libertador, através do jornal *Estado do Rio Grande*, conseguiu ser um posto de combate e uma tribuna de doutrina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONACCI, Maria Antonieta. A Revolução de 1923: as oposições na República Velha, In: DACANAL, José H. e GONZAGGA, Sergius (Orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre, Mercado Aberto: 1979.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições & a revolução de 1923*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981.

ARDENGHI, Lurdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, UPF: 2003.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Lúcia M. B. P. e MOREL, Marco (Orgs.). *História e Imprensa – homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos: anais do colóquio*. Rio de Janeiro, UERJ: 1998.

CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: Imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo, Brasiliense: 1989.

CARAVANTES, Rejane M. Born. *A crise política de 1932 no Rio Grande do Sul: o papel de Flores da Cunha*. Dissertação de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 1988.

CARONE, Edgard. *República velha: evolução política*. São Paulo, DIFEL: 1971.

CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo (1922/1938)*. São Paulo, DIFEL: 1975.

CASTRO, Maria Helena M. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante, In: GOMES, Ângela de Castro (Coord.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: 1980.

CESAR, Guilhermino (Coord.). Escritores e jornalistas. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*: Porto Alegre, out. 1980. Porto Alegre, ERUS: 1983.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília, UnB: 1985.

DECCA, Edgar S. de. *1930 – O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense: 1984.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo, Globo: 2004. v. 2.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo, Brasiliense: 1970.

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. In: MOTA, Carlos G. (Org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil: 1995.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, EDUSP: 2002.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre, Mercado Aberto: 1987.

FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo: 1978.

FONSECA, Pedro C. Dutra. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre, Mercado Aberto:

FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido federalista. In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (Coords.). *História geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. v. 3, t. 1. Passo Fundo, Méritos: 2007.

GAGLIETTI, Mauro. *Dyonélio Machado e Raul Pilla: médicos na política*. Porto Alegre, IEL/EDIPUCRS: 2007.

*Grande Enciclopédia Larousse Cultural*. 24 v. São Paulo, Nova Cultural: 1999.

HOHLFELDT, Antonio. A imprensa (1870-1930) In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (Coords.). *História geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. v. 3, t. 2. Passo Fundo, Méritos: 2007.

KANAN, Maria Cecília. *O “Estado do Rio Grande” e os libertadores (1929-1932)*, In: TRINDADE, Hélió (Org.). *Revolução de 30: Partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre, L&PM: 1980.

KIELING, José Fernando. *Política oposicionista no Rio Grande do Sul (1924-1930)*. Dissertação de Mestrado em História da Universidade de São Paulo, São Paulo: 1984.

LIMA, Valentina R (Coord.). *Getúlio: uma história oral*. Rio de Janeiro, Record: 1986.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo, Perspectiva: 1975.

NOGUEIRA FILHO, Paulo. *O Partido democrático e a revolução de 1930: ideais e lutas de um burguês progressista*. v. 1 e 2. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora: 1965.

NOLL, Maria Izabel. *Partidos e política no Rio Grande do Sul (1928-1937)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1980.

NOLL, Maria Izabel. O contexto político revolucionário de 30 e a unificação dos partidos rio-grandenses (1928-1930). In: TRINDADE, Hégio (Org.). *Revolução de 30: Partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre, L&PM: 1980.

NOLL, Maria Izabel e TRINDADE, Hégio (Coords.). *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul (1823-2002)*. Porto Alegre, Ed. UFRGS/Assembléia Legislativa – RS: 2004.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Coord.). *Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, FGV, Brasília, INL/MEC: 1980.

OSÓRIO, Joaquim L. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul (Período Republicano)*. Pelotas, Livraria do Globo: 1930.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. N. (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. v. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

PESAVENTO, Sandra J. República Velha Gaúcha: “Estado autoritário e economia”. In: DACANAL, José H. e GONZAGGA, Sergius (Orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre, Mercado Aberto: 1979.

PINTO, Celi Regina J. *Positivismo: um projeto político alternativo (1889-1930)*. Porto Alegre, L&PM: 1986.

RANGEL, Carlos R. R. *Crime e castigo: conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-1938)*. Passo Fundo, UPF: 2001.

RANGEL, Carlos R. R. O governo de Flores da Cunha. In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (Coords.). *História geral do Rio Grande do Sul: República – Da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. v. 4. Passo Fundo, Méritos: 2007. p. 17-37.

RECKZIEGEL, Ana Luiza S. História regional: dimensões teórico-conceituais. In: *História: Debates e Tendências*. Passo Fundo, UPF, v. 1, n. 1, p. 15-22, 1999.

REVERBEL, Carlos. *Maragatos e pica-paus: guerra civil e degola no Rio Grande*. Porto Alegre, L&PM: 1985.

RÜDIGER, Francisco R. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre, Ed. UFRGS: 1993.

SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre, Ed. Tabajara: 1973.

SILVA, Hélio. *História da República Brasileira: o fim da Primeira República (1927-1930)*. v. 7. São Paulo, Editora Três: 1998.

SILVA, Hélio. *História da República Brasileira: a Revolução Paulista (1931-1933)*. v. 8, São Paulo, Editora Três: 1998.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1982.

*Simpósio sobre a Revolução de 30, Porto Alegre, out. 1980*. Porto Alegre, ERUS, 1983.

TRINDADE, Hélió. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José H. e GONZAGGA, Sergius (Orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre, Mercado Aberto: 1979.

TRINDADE, Hélió e NOLL, Maria. I. *Rio Grande da América do Sul: Partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre, Ed. UFRGS e Sulina: 1991.

TRINDADE, Hélió (Org.). *Revolução de 30: Partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre, L&PM: 1980.